

Aula 00

*MP-GO (Oficial de Promotoria e Auxiliar
de Promotoria) História do Brasil e
Geografia*

Autor:

Sergio Henrique

17 de Janeiro de 2023

SUMÁRIO

00. Bate-Papo Inicial.....	2
1. O Período Joanino e a Independência	3
<i>1.1. Apogeu e Crise do Sistema Colonial: a Corte Portuguesa no Brasil e a Independência</i>	<i>3</i>
2. Independências da América Espanhola.....	5
<i>2.1. Comparação entre os Processos de Independência.....</i>	<i>6</i>
3. O Reconhecimento Internacional da Independência	7
<i>3.1. Organização do Império Brasileiro: Primeiro Reinado</i>	<i>7</i>
4. A Constituição Outorgada de 1824.....	8
5. A Confederação do Equador (1824)	9
6. A Guerra da Cisplatina.....	10
7. A Impopularidade de D. Pedro e a Abdicação	11
8. Período Regencial (1831-1840).....	12
9. O Avanço Liberal: a Regência de Antônio Diogo Feijó	15
10. O Retorno Conservador e o Golpe da Maioridade	17
11. Textos Complementares.....	18
<i>11.1. O Encaminhamento da Emancipação Política.....</i>	<i>18</i>
11.1.1. As Principais medidas de D. João VI no Brasil.....	18
<i>11.2. A Guarda Nacional</i>	<i>20</i>
<i>11.3. Regência Una: A Eleição (1835).....</i>	<i>20</i>
<i>11.4. A Regência de Feijó (1835-1837)</i>	<i>21</i>
<i>11.5. As Rebeliões Regenciais: A Ameaça à Unidade Política e Territorial</i>	<i>21</i>
A Instabilidade Política	21
12. Orientações de Estudo (Checklist) e Pontos a Destacar	22
<i>12.1. Primórdios da Independência e Primeiro Reinado</i>	<i>22</i>
<i>12.2. Período Regencial (1831-1840).....</i>	<i>27</i>
13. Exercícios	31
14. Considerações Finais	165



00. BATE-PAPO INICIAL

Olá, amigo concurseiro. É com muita alegria que o recebo novamente para falarmos de *História*. Estudar as aulas anteriores é fundamental para que você possa compreender muitas das coisas que vamos tratar aqui. Leia com atenção o seu texto de apoio, releia e pratique exercícios. Aos poucos, o conteúdo básico vai ficar retido na sua memória. Claro que, para isso, é muito importante que você faça as suas próprias anotações, em forma de resumo ou comentários nos exercícios, não importa como, você escolhe! O importante é estudarmos bastante e nos concentrarmos nos estudos. Estimule sua disciplina e procure motivação pensando em seus sonhos. Bons estudos!



1. O PERÍODO JOANINO E A INDEPENDÊNCIA

Contexto: a presença britânica no Brasil, a transferência da Corte, os tratados, as principais medidas de D. João VI no Brasil, a política joanina, os partidos políticos, as revoltas, as conspirações, as revoluções, a emancipação e os conflitos sociais.

1.1. APOGEU E CRISE DO SISTEMA COLONIAL: A CORTE PORTUGUESA NO BRASIL E A INDEPENDÊNCIA

No início do século XIX, a Europa passava pelas **Guerras Napoleônicas**. Ameaçados por Napoleão Bonaparte, a família real portuguesa colocou em prática um antigo projeto de evacuação do território, transferindo toda a corte para o Brasil. Tem aí o início do nosso processo de independência. Os portugueses eram dependentes da Inglaterra desde 1703, quando foi assinado o Tratado de Methuen (panos e vinhos), no qual Napoleão proibiu os portugueses de fazerem comércio com os ingleses. Na transferência da corte, eles foram escoltados pelos britânicos. Ao desembarcarem no Brasil foram assinados dois importantes tratados comerciais:

- ✓ **1808 – A abertura dos portos às nações amigas:** permitia realizar comércio com os ingleses. Na prática punha **fim ao Pacto Colonial**.
- ✓ **1810 – Tratados de comércio e navegação com as nações amigas.** Concedia tarifas alfandegárias especiais aos ingleses, que pagavam 15% de impostos sobre o valor. As outras nações pagavam até 60%. Ocorreu uma grande enxurrada de produtos ingleses no nosso mercado, o que atrasou nossa industrialização por quase 100 anos.

O período em que Dom João ficou no Brasil ficou conhecido como **Período Joanino**. Dom João realizou importantes mudanças como:

- ✓ Criação do Banco do Brasil.
- ✓ Casa da Moeda.
- ✓ Criação do Jardim botânico.
- ✓ Várias obras públicas.
- ✓ Escolas de estudos médicos e farmacêuticos no RJ e Salvador.
- ✓ Invasão militar da Guiana Francesa (retaliação a Napoleão) e da Província Cisplatina (atual Uruguai).
- ✓ Em 1815, elevou o Brasil à categoria de Reino Unido.



Em 1820, ocorreu em Portugal a **Revolução Liberal do Porto**, que restabeleceu a monarquia no modelo constitucional e exigiu o retorno da família real. Dessa forma, D. João voltou a seu país e deixou aqui seu filho D. Pedro I como príncipe regente. A corte portuguesa pretendia recolonizar o Brasil e ordenou o retorno do príncipe, que se negou a voltar e passou a tomar medidas que irritaram as cortes:

- 1- Equiparou as forças armadas do Brasil às de Portugal e estabeleceu que nenhuma ordem portuguesa deveria ser cumprida sem a sua aprovação.
- 2- Recebeu apoio dos grandes fazendeiros que eram a favor da independência. Em janeiro, Dom Pedro declarou que ficaria no Brasil, apesar dos apelos da corte (Dia do Fico). Em setembro, recebeu uma comunicação solicitando seu retorno imediato a Portugal, sob o risco de invasão militar. Em 7 de setembro, ele proclamou a Independência do Brasil. Foi um processo pacífico (não houve guerras), elitista (comandados por D. Pedro e os grandes fazendeiros, não havendo participação popular). Ocorreu a manutenção do nosso território e a escravidão não foi abolida.



2. INDEPENDÊNCIAS DA AMÉRICA ESPANHOLA

Denominamos América Latina os países colonizados principalmente por Portugal e Espanha. Ela corresponde aos países entre o México e a Argentina, sendo uma área bastante grande. Nela foram criadas colônias de exploração, as quais eram rigidamente exploradas pelas suas metrópoles. A América espanhola possuía importantes colônias fornecedoras de metais preciosos e produtos primários. Com a eclosão da Independência dos EUA e da Revolução Francesa, a elite colonial da América espanhola, muito influenciada pelas ideias iluministas, passou a desejar a independência. Durante as Guerras Napoleônicas, a Espanha foi invadida e a elite colonial crioula viu nesse contexto a oportunidade de romper com o antigo sistema colonial.



TOME NOTA!

Quem eram os Criollos? A elite colonial. Brancos, ricos proprietários, nascidos na colônia. Eram impedidos de ocupar cargos políticos. Eram descendentes dos **Chapetones**: brancos, ricos proprietários, nascidos na Espanha, e possuíam o monopólio dos cargos públicos.

O processo de Independência da América espanhola foi liderado pelos criollos e teve uma profunda participação popular nas batalhas travadas contra os exércitos espanhóis. Ex-escravos e nativos participaram ativamente. Após a independência, proclamaram repúblicas e aboliram a escravidão. Você se lembra da Santa Aliança, criada no congresso de Viena? Esse exército lutou para tentar impedir as independências. **A Inglaterra era favorável à independência das colônias** (países independentes significam a conquista de novos mercados para os produtos industriais ingleses).

Entre os principais líderes da independência das colônias espanholas, podemos citar:

- ✓ **Simon Bolívar**: venezuelano considerado herói libertador dos países andinos (Venezuela, Colômbia, equador, Peru e Bolívia).
- ✓ **San Martín**: líder da independência da Argentina e do Chile.

O primeiro país a ficar independente foi o Haiti, que passou por uma revolução de escravos em 1791. As outras independências ocorreram ao longo da primeira metade do século XIX.



2.1. COMPARAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA

Observe o quadro comparativo entre o processo de independência da América espanhola e o processo de independência do Brasil. O século XIX, nas Américas, foi o século das independências.

América Espanhola	Brasil
Influência do Iluminismo	-
Repúblicas	Monarquia
Participação popular	Elitista (sem participação popular)
Abolição da escravidão	Manutenção da escravidão
Guerra	Pacífico
Fracionamento territorial	Manutenção da unidade territorial



3. O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DA INDEPENDÊNCIA

3.1. ORGANIZAÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO: PRIMEIRO REINADO

Com o país independente, vários desafios se colocaram diante de D. Pedro quando ele foi coroado como Imperador do Brasil. Seu reinado foi curto, durou de 1822 a 1831, quando, devido à queda de sua popularidade, foi obrigado a abdicar do trono por inexistir saída política. A historiografia (produção científica da história) do Brasil sobre a época tende a retratar o período do Primeiro Reinado destacando os desmandos de Dom Pedro, principalmente os historiadores republicanos, no começo do século XX. Em Portugal, quando morreu, ele era duque e herói nacional por ter liderado uma guerra civil vitoriosa.

Com o país independente, era necessário escrever uma Constituição para o Brasil. Em 1823, foi promulgada (votada) uma Constituição que ficou conhecida como **Constituição da Mandioca**, pois previa voto censitário (o eleitor, para votar, tinha que ter determinada renda anual, a qual era calculada pela quantidade de mandioca plantada, por ser o alimento dos escravos). Essa Constituição possuía a divisão do país em **3 poderes** (Executivo, Legislativo e Judiciário – influência do pensamento liberal) e limitava os poderes do imperador. D. Pedro não gostou disso e dissolveu a Constituição.



4. A CONSTITUIÇÃO OUTORGADA DE 1824

Em 1824, foi lançada uma nova Constituição outorgada (imposta), que possuía **4 poderes**: Executivo, Legislativo, Judiciário e um quarto: o poder Moderador. Este poder era representado pela figura do imperador, o qual passava a ter poderes quase absolutos. De acordo com essa Constituição, ele poderia dissolver o parlamento (Câmara dos Deputados) quando quisesse e convocar novas eleições, poderia também barrar qualquer medida que não concordasse. Só havia deputados federais, e as províncias não poderiam eleger representantes locais. Os governadores de província eram indicados pelo imperador, e os senadores tinham cargo vitalício.

Com pequenas mudanças (a criação das assembleias estaduais e a Lei Áurea, por exemplo) ela se manteve como a Constituição do Império até a proclamação da República.



5. A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (1824)



O ato de dissolver a Constituição de 1823 gerou muitas revoltas; no Nordeste, eclodiu uma revolta separatista contra o autoritarismo de D. Pedro: a Confederação do Equador. Ela foi uma revolta republicana que chegou a se separar, mas foi sufocada. Com a independência, as províncias não passaram a ter mais liberdade, o que era uma reivindicação dos liberais. Na verdade, a liberdade tendia a diminuir com as mostras do autoritarismo e do pensamento conservador centralista (que defendia todo o poder concentrado na capital do país, sem autonomia provincial). Os presidentes de província, de acordo com a Constituição outorgada de 1824, seriam indicados pelo imperador.

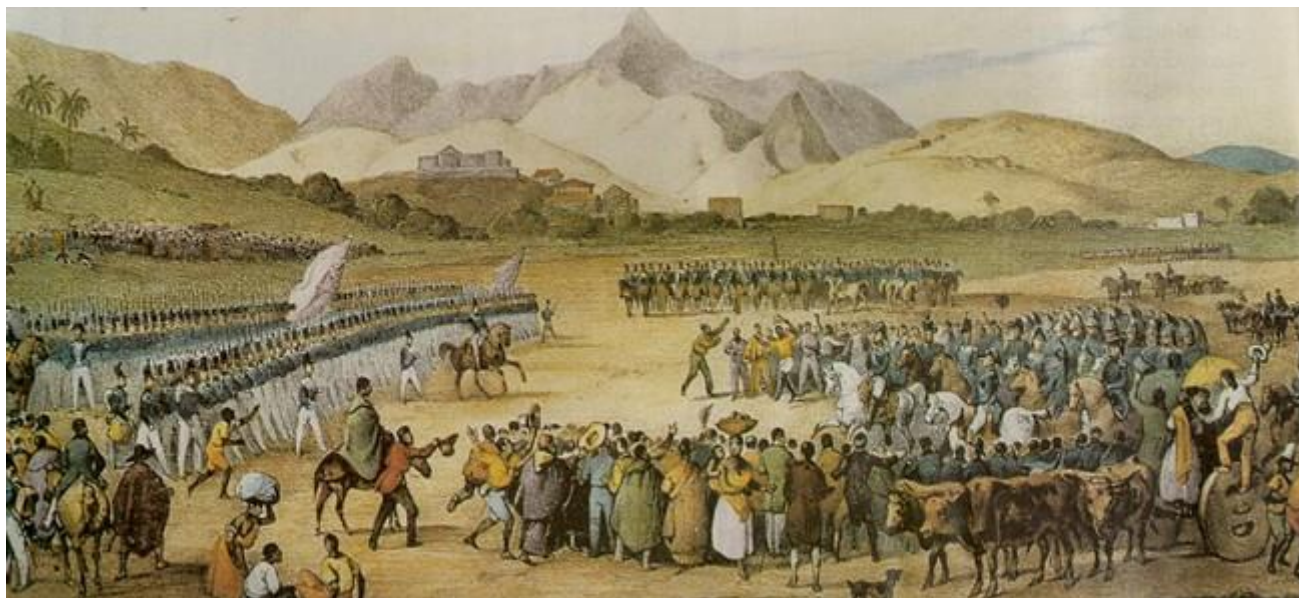
Ocorreram muitos protestos contra a nomeação de Pais Barreto. O mesmo ocorreu na Paraíba e no Ceará. Em Pernambuco, a reação mais incisiva foi a de Manoel Carvalho Andrade, um liberal que participou da Revolução de 1817 e se exilou nos EUA. Lá sua convicção liberal republicana se consolidou. Ele liderava a resistência contra o imperador: a Confederação do Equador, que eclodiu em 1824.

Foi muito importante o papel da **imprensa liberal**, destacadamente de dois jornais: O Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, de **Cipriano Barata**, e o Tifis Pernambucano, dirigido por frei Caneca. Realizaram um levante contra o governo do conservador Barreto, e seus aliados, que eram conhecidos como a “junta dos matutos”, instalaram uma junta governativa na cidade de Goiana.

Conclamaram o levante dos estados do Nordeste, e o apelo foi seguido pelo Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, que formaram a Confederação do Equador. Dom Pedro I reagiu violentamente e usou o máximo da força disponível. Saíram tropas por terra e mar para combater os revoltosos, e as condenações foram severas. **Frei Caneca**, por sua destacada ação política liberal, foi condenado à força. Era tão querido e popular que os carrascos se recusaram a matá-lo. Ele foi morto por fuzilamento. Manoel Carvalho teve o mesmo destino. Apesar da Confederação do Equador ter sido derrotada, continuava crescente a oposição ao autoritarismo do imperador.

6. A GUERRA DA CISPLATINA

A Cisplatina corresponde ao atual território do Uruguai. Logo que Dom João VI estabeleceu a corte no Rio de Janeiro, iniciou uma política externa expansionista. Ele invadiu a Guiana Francesa em retaliação a Napoleão Bonaparte, o general francês que forçou a transferência da Corte e invadiu o território do atual Uruguai, na época conhecido como Província Cisplatina. Dominando este território, o Brasil teria acesso a um ponto estratégico muito disputado até o século XIX entre o país e os seus vizinhos: o Rio da Prata. Com a Cisplatina, a borda superior, ao norte do rio, pertenceria ao Brasil, que poderia exercer o domínio da navegação. Logo após a independência brasileira, a população da Cisplatina se organizou contra a ocupação militar, iniciando uma guerra de independência. Uma das medidas mais impopulares durante o curto governo de D. Pedro foi ele ter enviado tropas sem ter recursos financeiros, pois foi gasta uma enorme soma e morreram milhares de pessoas. A população era radicalmente contra o conflito, e as formas de recrutamento forçado geraram uma grande revolta.



7. A IMPOPULARIDADE DE D. PEDRO E A ABDICAÇÃO

D. João morreu na Europa e ocorreu uma **crise sucessória no trono português**. D. Pedro era o herdeiro. Os brasileiros temeram que ele assumisse o trono, mas ele abdicou em favor de sua filha, que levou um golpe político de seu tio, do irmão do rei. Neste contexto, o imperador envolveu-se mais nas questões políticas portuguesas que nas brasileiras.

A popularidade de D. Pedro só caía e os jornais o atacavam profundamente. **Libero Badaró**, o principal jornalista de oposição, foi **assassinado** e a culpa recaiu sobre o imperador. Para tentar realizar campanhas e restabelecer certo apoio, D. Pedro foi fazer uma visita política em MG, onde foi recebido com frieza. Ao retornar ao RJ, seus correligionários (seguidores) o receberam com uma grande festa. A oposição começou a protestar e a lançar garrafas contra o desfile. Foi uma grande confusão que ficou conhecida como **Noite das Garrafadas**. Diante da tremenda oposição e impossibilidades de governar, abdicou do trono em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, que na época tinha 5 anos de idade. No entanto, a Constituição só permitia a coroação na maioridade do herdeiro. Sendo assim, foi declarada uma regência, algumas pessoas ocuparam o cargo de governante e estiveram no poder enquanto o D. Pedro de Alcântara crescia.



8. PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

A primeira regência foi uma regência trina provisória (3 regentes, cada um de uma corrente política da época :Partido Conservador, o Liberal Exaltado e o Moderado) que em pouco tempo foi substituída por uma regência trina permanente. Foi um período curto, mas de grande importância. O Brasil passou por vários movimentos separatistas e o nosso território correu **risco de fracionamento**. Foi nessa época que também surgiram as assembleias provinciais (Câmara dos Deputados Estaduais).

No mesmo ano da abdicação, em 1831, foi criada uma milícia em defesa da nação: **a Guarda Nacional**.



Ela teve muito trabalho pela frente, com as revoltas regenciais. Além do quadro de instabilidade, as tropas existentes no país, em sua alta oficialidade, eram ocupadas por portugueses e o país estava em um contexto de forte sentimento **antilusitano** (antiportuguês), pois além dos oficialatos das armas, os portugueses também eram grandes comerciantes e ocupavam altos cargos públicos.

Até na Guarda Nacional, os cargos de oficiais do exército eram ocupados por militares portugueses, e a massa dos soldados e as baixas patentes eram formadas, em geral, por pessoas consideradas vadias, viajantes errantes e indolentes, cuja sorte não importava a ninguém. O

serviço militar era considerado um castigo, conhecido nos meios populares como “tributo de sangue”, principalmente porque os métodos de recrutamento usados na época da Guerra da Cisplatina eram violentos e involuntários, quero dizer, as pessoas eram alistadas à força no exército. Foi em um contexto deste, de grande agitação política, que a Regência Trina Permanente criou, em agosto de 1831, a Guarda Nacional. **Ela não era parte do exército e não era submetida a ele.** A lei previa um alistamento censitário, pois era necessário possuir certa posse. Ela passou a ser vista como uma forma de fugir do terrível alistamento militar, que era muito malvisto e temido pela maioria. De acordo com o historiador Flávio Henrique Saldanha:

"O serviço prestado pelos milicianos era gratuito e a Guarda Nacional foi requisitada para várias atividades. Além de reprimir revoltas e combater quilombos, os guardas eram solicitados para participar de procissões religiosas, patrulhar e escoltar presos. Essa prestação de serviços às vezes dava margem a reclamações. Nas épocas de colheita, quando mais braços eram necessários nas plantações, os guardas que eram escalados para vigiar cadeias ou escoltar presos implicavam ausência de mão de obra nas lavouras e no comércio, resultando em perigosa falta de suprimentos nas cidades. Requisições constantes, especialmente nas vésperas das eleições, geravam queixas por parte dos comandantes da milícia e dos presidentes de província. "Não se dá maior injustiça! Manuel João está todos os dias vestindo a farda. Ora pra levar presos, ora pra dar nos quilombos... É um nunca acabar", lamenta a personagem Maria Rosa, da peça O juiz de paz na roça (1838), de Martins Pena, sobre seu marido ter que servir à Guarda Nacional e perder o trabalho na lavoura."

Em 1934, os liberais moderados conseguiram uma grande conquista: a aprovação de uma lei chamada **Ato Adicional à Constituição**, promulgada em 1834. Este ato previa:

- ✓ **Criação de uma regência uma** (que foi ocupada pelo Pe. Antônio Diogo Feijó). Era um padre de orientação liberal em várias de suas posições políticas, e que defendia a maior autonomia das províncias e uma maior descentralização do poder. Em termos religiosos, ele era defensor do fim do celibato ao clero. Perceba a grande influência da Igreja Católica, associada a Portugal desde as grandes navegações, união que durou até a proclamação da república. O cargo mais influente e poderoso do país, pois basicamente o regente governa no lugar do rei, ficou a cargo de um clérigo (pessoa pertencente ao clero).
- ✓ Uma maior **descentralização política**, que fundamentalmente era a proposta dos liberais.
- ✓ Criação das assembleias estaduais (deputados do estado para produzirem as leis da província).



- ✓ **Novo código de processo criminal**, que descentralizava a justiça e estabelecia, por exemplo, a figura do “juiz de paz”, que era escolhido por votação na comunidade local. Era uma descentralização jurídica que causava profundos impactos na segurança pública. A Guarda Nacional foi criada de forma que a defesa foi dissociada, sobretudo porque seus integrantes passaram a ser apreciados pelos juízes de paz.



O que diferenciava um liberal de um conservador?

Basicamente ambos eram membros da elite proprietária, escravistas e senhores brancos que não executavam trabalhos manuais. Os conservadores eram defensores do centralismo e os liberais, do federalismo. No primeiro caso, defendiam que todas as medidas importantes que não pudessem ser resolvidas no âmbito local, ou seja, nas câmaras municipais, deveriam ser de competência da união, isto é, do governo central, o qual governaria por ordens diretas do Rio de Janeiro. Os liberais defendiam maior autonomia provincial, ou seja, uma assembleia legislativa estadual a fim de criar as leis e escolher os juízes localmente, com defesa da ordem pública submetida aos poderes locais (descentralização da segurança). Uma avaliação que vale por todo o império, da regência à proclamação da república, é que, em regra geral, eles eram basicamente a mesma coisa: **“farinha do mesmo saco”**, pois todos os interesses que verdadeiramente os representavam estavam ligados ao latifúndio escravista. Suas propostas eram fundamentalmente ligadas à organização e à gestão do Estado Nacional, que naquela época encontrava-se ainda em construção, visto que a independência era muito recente.

Ela era tão recente que alguns consideraram que, efetivamente, começava ali o império totalmente independente, livre da influência portuguesa, com um imperador nascido no Brasil e criado para o papel de reinar sobre uma nação em construção.



9. O AVANÇO LIBERAL: A REGÊNCIA DE ANTÔNIO DIOGO FEIJÓ

- ✓ Maior autonomia para as províncias: câmaras de deputados estaduais, novo código de processo civil (descentralizava a justiça) e a Guarda Nacional.



Durante a regência de Feijó, eclodiram várias revoltas separatistas; como ele teve dificuldade em sufocá-las, a Guarda Nacional foi criada, como instrumento de defesa dos grandes proprietários rurais contra as revoltas populares e separatistas. Entre elas podemos citar:

- ✓ Cabanagem (PA) 1835.
- ✓ Sabinada (Ba) 1837.
- ✓ Balaiada (Ma) 1838.
- ✓ Farroupilha (RS) 1837.
- ✓ A Revolta do Malês, na Bahia: revolta de africanos islâmicos que foram escravizados e levados para Salvador.



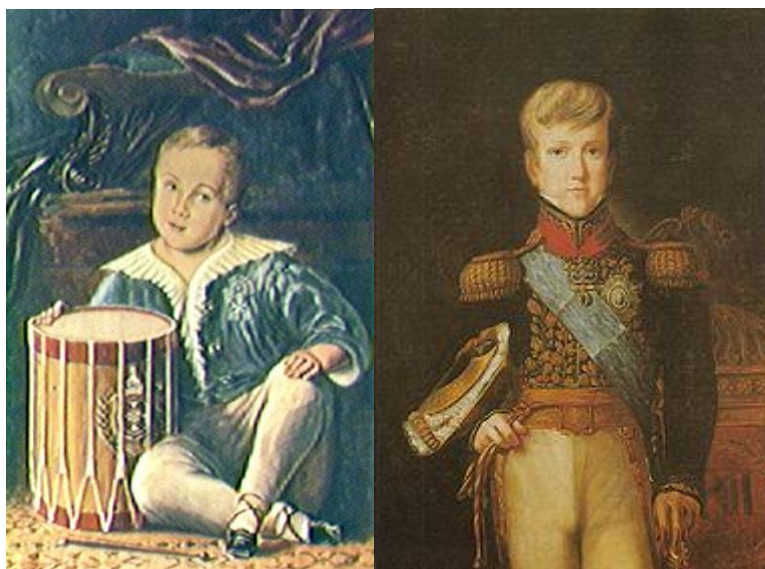
Guido Mondin. A Revolução Farroupilha Painel na Assembleia legislativa do RS.

Foram revoltas separatistas e republicanas. A mais importante delas foi a Farroupilha, que durou 10 anos e chegou a proclamar uma república independente. Para os políticos da época, a onda de rebeliões ocorria devido à regência, sendo assim seria necessário empossar o príncipe (o que era dificultado pela sua idade).

Feijó foi pressionado de todos os lados e responsabilizado pelas revoltas regenciais, diziam que ele não era capaz de manter a estabilidade e que a fragilidade política daquele momento ocorria devido à ausência do rei, pois a falta de um poder centralizador é o que estimulava as guerras civis separatistas e republicanas em curso. Feijó renunciou em favor de um conservador: Araújo Lima.

10. O RETORNO CONSERVADOR E O GOLPE DA MAIORIDADE

Logo ao chegar ao poder, Araújo Lima criou a **Lei de Interpretação do Ato Adicional**, que limitava muitas medidas implantadas pelos liberais. Eles, querendo retornar ao poder, pensaram em um golpe que poderia colaborar com a estabilização do país: coroar o príncipe. Assim passaram a fazer campanhas pela coroação de D. Pedro de Alcântara (na esperança de que ele montasse um gabinete liberal). Os conservadores não podiam fazer oposição, (como se opor ao rei?) assim, em 1840, com apenas 15 anos, o príncipe foi coroado como imperador do Brasil, com o nome D. Pedro II. Por um só dia, a maioria penal diminuiu de 18 para 15 anos. Esse foi o Golpe da Maioridade.





Coroação de dom Pedro II, Manoel Araújo. Museu Nacional

11. TEXTOS COMPLEMENTARES



11.1. O ENCAMINHAMENTO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

11.1.1. As Principais medidas de D. João VI no Brasil

O rompimento do Pacto Colonial

Com a transferência da Corte, o Brasil praticamente deixou de ser colônia, graças às seguintes medidas adotadas pelo regente:

- ✓ Em 28 de janeiro de 1808, a Carta Régia permitiu a *abertura dos portos* a todos “os navios estrangeiros das potências que se conservem em paz e harmonia com a minha Real Coroa”, conforme o texto da Carta, acabando com o regime de “exclusivo” metropolitano ou Pacto Colonial.
- ✓ O Alvará de 1º de abril de 1808 revogou o de 1785, que proibia a instalação de manufaturas no Brasil.
- ✓ Em 16 de dezembro de 1815, o Brasil foi elevado à categoria de *Reino Unido a Portugal e Algarves*.



A Abertura dos Portos

Embora a abertura dos portos tivesse vindo ao encontro dos interesses dos proprietários rurais brasileiros, essa medida tinha em vista apenas o interesse e a conveniência da Corte. De acordo com Hipólito José da Costa, um jornalista brasileiro da época,

[...] o governo português, quando se mudou de Lisboa para o Rio de Janeiro, deixou em poder dos franceses, seus inimigos, os dois portos de Lisboa e Porto, os únicos com os quais o Brasil comerciava na Europa; logo, não podendo obter dali o que precisava, necessariamente havia de recorrer aos outros portos, sob pena de se reduzir à última penúria [...] e não sei que povo fique obrigado a tão estranha gratidão ao governo, por este adotar uma linha de conduta necessária para conservar a sua existência como governo e indivíduos.

Apesar disso, de acordo com a Carta Régia, a abertura dos portos fora estabelecida “em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa”, de modo que a medida tinha um *caráter provisório* e, ao menos teoricamente, poderia ser revogada tão logo a normalidade retomasse à Europa.

No entanto, os grandes proprietários escravistas, que há muito reivindicavam o livre comércio com as nações estrangeiras, dificilmente concordariam com o retorno à situação anterior. Além disso, eles contavam com o apoio da burguesia inglesa, a quem não interessava o fechamento do mercado brasileiro. Não obstante seu declarado caráter provisório, a medida tornou-se irreversível.

O Alvará de 1º de abril de 1808.

A revogação do Alvará de 1785 de D. Maria I, que proibira a manufatura da colônia, ampliava a liberdade econômica. O Brasil estava autorizado não apenas a comercializar livremente com as nações estrangeiras, mas também a dedicar-se à atividade manufatureira.

Contudo, o Alvará de 1º de abril não foi suficiente pra promover o desenvolvimento manufatureiro no Brasil. Havia dois fortes obstáculos: de um lado, o escravismo; de outro, a concorrência inglesa. O escravismo tinha poucas chances de imprimir dinamismo à economia e uma chance ainda menor de criar uma economia industrial. A Inglaterra, ao contrário, encontrava-se em plena Revolução Industrial e estava produzindo grande quantidade de mercadorias de boa qualidade e baixo preço. Além disso, como nação favorecida, colocava com facilidade suas mercadorias no Brasil. Portanto, não havia como enfrentar com êxito a concorrência inglesa. Resultado: o Alvará de 1º de abril não tinha aplicação prática. Apesar disso, foi importante, pois a proibição da produção manufatureira estava formalmente suspensa, indicando outra ruptura dos laços coloniais.

O Transplante do Estado Português.

Chegando ao Brasil, a Corte se instalou primeiro em Salvador e depois se transferiu definitivamente para o Rio de Janeiro. Em 11 de março de 1808, iniciou-se a reorganização do Estado, com a nomeação dos ministros. Assim, foram sendo recriados todos os órgãos do Estado português: os ministérios do Reino, da Marinha e Ultramar, da Guerra e Estrangeiros e o Real Etário que, em 1821, mudou o nome para Ministério da Fazenda. Também foram recriados os



órgãos de administração e de justiça: Conselho de Estado, Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e Ordens e Conselho Supremo Militar.

Dessa maneira, peça por peça, o Estado português renasceu no Brasil. A complexa rede burocrática implantou-se à revelia da colônia e a ela se sobrepôs como um corpo estranho, pois o estado foi recriado para empregar a nobreza parasitária que acompanhara o regente, sem levar em consideração os interesses do Brasil.

Apesar disso, esse transplante do Estado teve importantes consequências porque o Brasil não era mais administrado “de fora”. Com a transferência da Corte, o centro de decisão foi *interiorizado* e a dispersão colonial se atenuou com o surgimento de um centro aglutinador representado pelo Estado português. Chegamos assim ao que se chamou de *inversão brasileira*: os negócios do Brasil, antes a cargo do Ministério da Marinha e do Ultramar, passaram a ser de competência do Ministério do Reino; no plano da justiça, o Tribunal de Relação do Rio de Janeiro foi convertido em Casa de Suplicação, tribunal supremo de última instância; o setor militar foi reforçado com a fundação da Academia Militar, da Academia da Marinha, da fábrica de pólvora, do hospital e do arquivo militar.

11.2. A GUARDA NACIONAL

Em resposta às agitações militares e populares, foi criada a Guarda Nacional subordinada ao Ministério da Justiça, pela Lei de 18 de agosto de 1831. Seus membros eram recrutados nas grandes cidades, entre aqueles que possuíam renda igual ou superior a 200 mil-réis, e a 100 mil-réis nas demais cidades. Organizada por distrito, seus comandantes e oficiais locais eram escolhidos por eleição direta e secreta. Foi assim que o governo dos moderados equipou-se com uma força repressiva fiel e eficiente. Como instrumento de poder da aristocracia rural, sua eficiência foi testada com sucesso em 1831 e 1832, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, contra as rebeliões populares. Entregava-se assim, ao setor privado, parte importante da responsabilidade de manutenção da ordem pública.

A rigor, depois do fracasso das revoltas de 12 e 13 de julho de 1831 (crise de julho), os moderados dominaram a situação e se afastaram tanto dos exaltados quanto dos Andrada, com os quais haviam se aliado temporariamente. Porém, a partir desse momento, começava a se falar abertamente na volta de D. Pedro I.

Esse foi o verdadeiro ponto de Partida para a formação dos grupos dos restauradores. Diante do novo quadro que se desenhava, os moderadores agiram para implantar seu programa político.

11.3. REGÊNCIA UNA: A ELEIÇÃO (1835)

Na eleição da regência, em 7 de abril de 1835, concorreram dois candidatos: Diogo Antônio Feijó, ex-ministro da Justiça, e o pernambucano Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti, um rico senhor de Engenho de Pernambuco que obteve apoio de Honório Hermeto Carneiro Leão,



antigo moderado e, na época, líder regressista e de muitos ex-restauradores. Evaristo da Veiga, líder progressista, apoiou Feijó, que desfrutava de grande prestígio em Minas Gerais e na Província Fluminense.

Feijó venceu a eleição com 2828 votos contra 2251 dados a Holanda Cavalcanti. A vitória de Feijó representou a vitória dos progressistas. Porém, nas eleições legislativas do ano seguinte, venceram os regressistas.

11.4. A REGÊNCIA DE FEIJÓ (1835-1837)

Feijó tomou posse em 12 de outubro de 1835, num momento em que graves agitações sacudiam o país. A Cabanagem eclodiu no Pará e se expandiu rapidamente; no Rio Grande do Sul, a Farroupilha assumiu sérias proporções; na Bahia uma audaciosa rebelião dos escravos malês teve grande repercussão no país.

Em 1836, num discurso, Feijó disse o seguinte:

"Nossas instituições vacilam, o cidadão vive receoso, assustado; o governo consome o tempo em vãs recomendações. Seja ele responsabilizado pelos abusos e omissões: dai-lhe, porém, leis adaptadas às necessidades públicas; dai-lhe forças com que possa fazer efetiva a vontade nacional. O vulcão da anarquia ameaça devorar o Império; aplicai a tempo o remédio."

Em resposta, o deputado Rodrigues Torres referiu-se à necessidade de interpretar o Ato Adicional no sentido de restringir a descentralização e coibir as liberdades democráticas. Era o início do regressismo. A Câmara dos Deputados eleita em 1836 apoiava, em sua maioria, esse ponto de vista e colocou-se em oposição a Feijó.

O regente ignorou o Parlamento e não percebeu que, com a formação da ala regressista, estava nascendo um agrupamento político muito poderoso, que expressava o ponto de vista da elite dominante do país. Isolando-se, acabou por se enfraquecer politicamente. Além disso, cometeu a imprudência de entrar em conflito com a Igreja, sustentando posições favoráveis ao fim do celibato clerical e interferindo em suas questões internas.

Diante da oposição crescente e dos insucessos na repressão às revoltas do Pará e do Rio Grande do Sul, Feijó demitiu-se em 19 de setembro de 1837. A regência foi assumida interinamente por Araújo Lima, ministro de Feijó. O que parecia ser apenas uma troca de nomes no poder revelou-se um evento mais do que significativo: assinalou a ascensão política dos barões do café do vale do Paraíba - a poderosa facção da aristocracia rural do sudeste brasileiro que terminaria por "controlar o aparelho do Estado".

11.5. AS REBELIÕES REGENCIAIS: A AMEAÇA À UNIDADE POLÍTICA E TERRITORIAL

A Instabilidade Política

O processo de emancipação política caminhou em duas direções: a ruptura em relação à Metrópole e a organização do Estado. Resolvida a primeira, a tarefa seguinte dependia da



definição do grupo social que ascenderia ao poder, de seu projeto político e de que forma este projeto seria implantado.

O eixo de gravitação política era o centro-sul, particularmente o Rio de Janeiro. Desde o período joanino, procurou-se adotar o centralismo político-administrativo e manter a economia escravista colonial.

Desse modo, as rebeliões regenciais tiveram dupla raiz: o empenho das camadas dominantes locais pela preservação da autonomia provincial e a luta das camadas populares para alterar o quadro social.

A abdicação de D. Pedro I e a menoridade de seu filho deixou um vazio político que o regime regencial se esforçou para preencher. De 1831 a 1840, o Brasil vivenciou um período de “experiência republicana”, em que diferentes grupos disputavam o poder. Como resultado, instalou-se um clima de grande instabilidade que propiciou a irrupção de conflitos em inúmeros pontos do país. Tais conflitos demonstraram, por um lado, como a consolidação do Estado nacional brasileiro foi difícil, pois entre a elite não havia consenso e muito menos um projeto político claro para o país. Por outro, demonstram que os setores populares, embora aliados do poder, resistiram a essa condição.

Fonte: KOSHIBA, Luis e PEREIRA, DenizeManzyFrayze. História do Brasil no Contexto da História Ocidental. 8 ed. São Paulo; Atual, 2003.

12. ORIENTAÇÕES DE ESTUDO (CHECKLIST) E PONTOS A DESTACAR



12.1. PRIMÓRDIOS DA INDEPENDÊNCIA E PRIMEIRO REINADO

1. A História do Brasil Império começa enquanto resultado da crise do sistema colonial, evidenciada desde o final do século XVIII e início do XIX, além dos problemas sociais e da insatisfação com o domínio metropolitano, que desencadearam algumas revoltas, por exemplo, a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana de 1817, que procuravam, dentre outros fatores, romper com a dominação colonial e estabelecer a independência política do Brasil.
2. Neste período, três importantes grupos sociais presentes na Colônia podem ser estabelecidos: os **colonizadores** (ou reinóis, nascidos em Portugal), os **colonizados** (escravos africanos, indígenas, brancos livres e pobres) e os **colonos** (senhores de engenho,



fazendeiros de algodão e tabaco, pecuaristas, proprietários de minas de ouro e diamantes, dentre outros).

3. No contexto europeu, podemos destacar um importante fator que contribuiu para a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil: as invasões napoleônicas do início do século XIX. Em 1806, Napoleão Bonaparte decretou o **Bloqueio Continental**, a partir do qual os países europeus deveriam fechar seus portos à Inglaterra.
4. Portugal procurou se manter neutro aos embates entre França e Inglaterra, uma vez que grande parte dos comerciantes de Portugal mantinham relações com o mercado inglês. Além disso, a marinha inglesa poderia reagir e invadir as colônias portuguesas, o que causaria inúmeros danos a Portugal. Os franceses, contudo, não aceitaram tal indefinição e invadiram Portugal, ocasionando a transmigração da Corte ao Brasil, sob a proteção inglesa, no ano de 1808.
5. Diante dessa situação, a Inglaterra procurou se aproveitar e pressionou D. João a acabar com o monopólio comercial sobre a colônia, o que foi estabelecido ainda em 1808 com a **abertura dos portos às nações amigas**, ou seja, ao comércio internacional, inclusive à Inglaterra.
6. Tal medida possibilitou que os comerciantes da colônia obtivessem uma ligeira liberdade e, assim, incentivou o processo de emancipação gradual do Brasil em relação a Portugal.
7. Um mês após ter chegado a Salvador, D. João se instalou no Rio de Janeiro e organizou a estrutura monárquica portuguesa, nomeando ministros de Estado, criando órgãos públicos, instalando Tribunais de Justiça e criando o Banco do Brasil. Além disso, seu governo também foi responsável pela fundação de escolas de medicina, Jardim Botânico, Biblioteca Real, Imprensa Régia, Academia de Belas Artes.
8. Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal, Brasil e Algarves, deixando, na prática, de ser colônia portuguesa, passando a adquirir autonomia administrativa. Tal fato se deve às definições do Congresso de Viena, de 1815, que estabelecia que as antigas monarquias europeias depostas por Napoleão deveriam reassumir seus tronos. O Congresso reconhecia apenas Lisboa como sede do Governo Português, o que colocava a situação de D. João no Brasil como ilegítima. Tal situação foi temporariamente resolvida com a elevação à categoria de Reino Unido, preservando o trono português à Dinastia de Bragança. Contudo, a situação causou grande insatisfação em Portugal, uma vez que o Brasil passou de colônia a sede do Reino Português. Esta “inversão” nos papéis foi questionada e foi um dos fatores **da Revolução Liberal do Porto**, em 1820.
9. A Revolução do Porto espalhou-se por Portugal, obtendo apoio entre camponeses, militares e profissionais liberais. Elaborou-se uma nova Constituição, de caráter liberal, que limitava os poderes de D. João VI, exigindo o seu retorno a Portugal, algo que foi postergado até abril de 1821, quando, enfim, ele regressou a Portugal, deixando seu filho Dom Pedro como Príncipe Regente do Brasil.



10. As chamadas **Cortes de Lisboa**, que passaram a controlar Portugal após a Revolução de 1820, tomaram medidas que restringiam a autonomia do governo brasileiro, o que enfraquecia a autoridade de D. Pedro. Com isso, passaram a exigir o retorno do príncipe regente a Portugal.
11. D. Pedro, diante da situação, teve o apoio de grande parte dos latifundiários e dos grandes comerciantes brasileiros, que se organizaram em favor da sua permanência, dando origem àquele que ficou conhecido como o **Partido Brasileiro**, o qual contava com lideranças como José Bonifácio, Cipriano Barata e Gonçalves Ledo. Esse partido elaborou um documento pedindo que D. Pedro permanecesse no Brasil. No dia 09 de janeiro de 1822, o então príncipe regente declarou que ficaria no Brasil. Esse dia entrou para a História do Brasil como o **Dia do Fico**.
12. Os membros das Cortes de Lisboa continuaram tentando reduzir a autoridade de D. Pedro, contudo, o rompimento político com Portugal se deu, efetivamente, no dia 07 de setembro de 1822, quando foi proclamada a **Independência do Brasil**. O príncipe regente foi aclamado, enfim, imperador e recebeu o título de D. Pedro I, em 1º de dezembro de 1822, dando início ao período conhecido como o **Primeiro Reinado** (1822-1831).





13. Durante o Primeiro Reinado, a participação da população foi pouco expressiva e o poder permaneceu nos grupos dominantes da ex-colônia e, sobretudo, na figura de Pedro I.
14. Dentre as principais diferenças entre o Brasil e as demais nações americanas, no que diz respeito à sua independência, temos que o Brasil esteve sob um regime monárquico, enquanto as demais nações, como Argentina e Uruguai, por exemplo, proclamaram um regime republicano.
15. A Inglaterra foi um dos primeiros países a reconhecer a independência brasileira, exigindo o fim do tráfico negreiro, em acordo feito em 1826. Em 1831, foram declarados livres os escravos vindos, a partir de então, da África, contudo, tal lei não foi cumprida. Vem desse período, por exemplo, a expressão “**Pra inglês ver**”, uma vez que os tratados não eram obedecidos na prática, apenas em teoria.
16. Em 1823, os deputados da Assembleia Constituinte, reunidos no Rio de Janeiro, procuraram fazer um projeto de **Constituição**, dentre os seus principais aspectos temos: oposição aos portugueses, limitação dos poderes do imperador, ampliação do Poder Legislativo e manutenção do poder nas mãos dos grandes proprietários rurais. Para votar, o projeto estipulava que o eleitor deveria possuir uma renda mínima anual de 150 alqueires de mandioca. Para ser eleito, o representante também deveria ter renda elevada em alqueires do mesmo produto, motivo pelo qual esse projeto ficou conhecido como a **Constituição da Mandioca**.

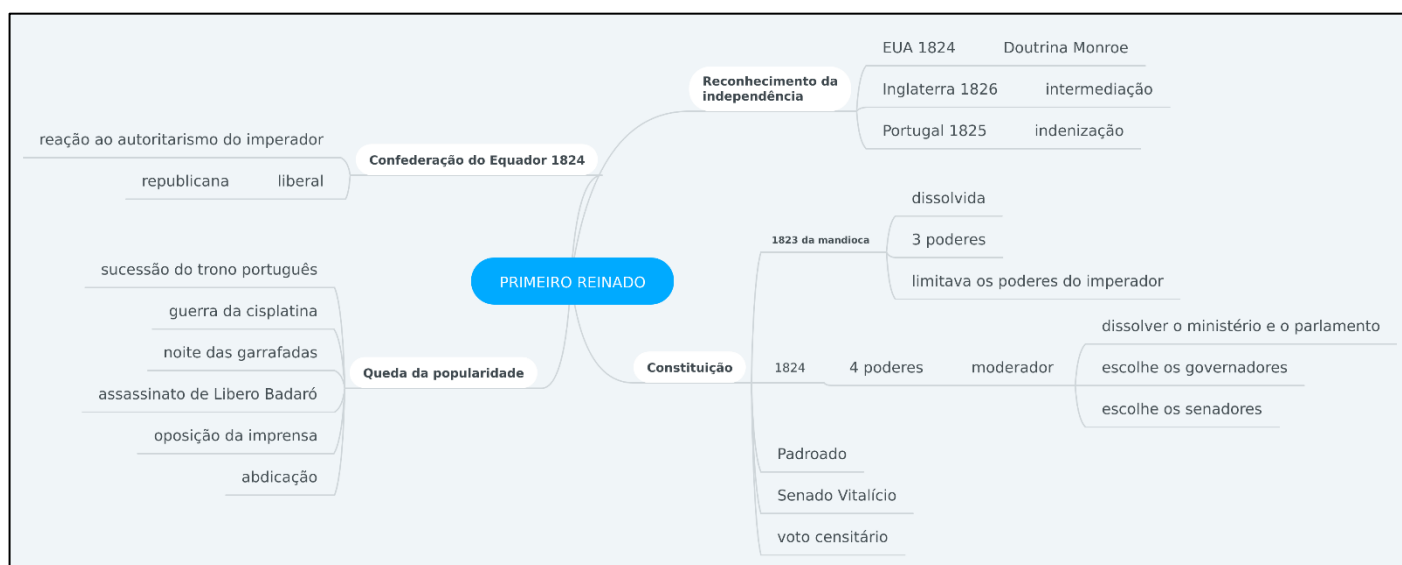


17. D. Pedro, recusando tal projeto, uma vez que este limitava seus poderes, **dissolveu** a Assembleia Constituinte de 1823, sob o apoio do Partido Português, que procurava reatar os vínculos com Portugal. Diante disso, o imperador nomeou uma comissão composta por 10 brasileiros natos, responsáveis pela elaboração de uma nova Constituição, tendo sido esta **outorgada**(imposta) por D. Pedro I em 25 de março de 1824.
18. A Carta Magna de 1824 estabelecia a submissão da Igreja Católica ao controle político do imperador (regime do **padroado**), um novo sistema eleitoral (que excluía as mulheres, escravos, indígenas, além de grande parte dos homens que não obtivessem uma renda mínima) e a existência de 4 poderes: **Judiciário** (que fiscalizava o cumprimento das leis), **Legislativo** (responsável pela elaboração das leis), **Executivo** (encarregado da administração pública e exercido pelo imperador e seus ministros de Estado) e **Moderador**(exclusivo ao imperador e acima dos demais poderes, concedia autonomia ao chefe do Executivo para nomear ministros, senadores, juízes, demitir presidentes de províncias, dissolver Câmaras, vetar atos do Legislativo, dentre outros).
19. Com tais atitudes, D. Pedro I enfrentou algumas revoltas entre os políticos de pensamento liberal. A mais contundente desse período foi a **Confederação do Equador**, ocorrida em Pernambuco, em julho 1824. A elite da província estava insatisfeita com a queda nas exportações do açúcar, e os pequenos comerciantes, os militares de baixa patente, os mestiços, os negros livres e os escravos se encontravam em grande miséria. Unindo-se em ideias contrárias à Monarquia e sob a liderança de Cipriano Barata e Frei Caneca, defendiam a instalação de um regime republicano com poder descentralizado, concedendo maior autonomia às províncias.
20. Após a nomeação de um novo presidente da Província de Pernambuco, os revoltosos, liderados por Manuel Pais de Andrade (antigo presidente da província) tentaram organizar a Confederação do Equador, reunindo as províncias do Nordeste sob uma República Federalista, expandindo-se para o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Alagoas. Contudo, após a saída das elites, que discordavam do fim do tráfico negreiro e da igualdade social, principais bandeiras do movimento, a revolta enfraqueceu e não resistiu à repressão do governo imperial. Diversos líderes foram presos e condenados à morte, como o próprio Frei Caneca.
21. Frente a uma sucessão de crises, a popularidade de D. Pedro caiu significativamente. Isso foi fruto do fechamento da Constituinte, em 1823;da imposição da Constituição de 1824; da violência contra a Confederação do Equador;da falência do Banco do Brasil, em 1829; além das mortes e despesas com a **Guerra da Cisplatina**, conflito entre Brasil e Argentina pela posse da Colônia de Sacramento, na região do Rio da Prata, cujo término se deu em 1828,resultando na criação de um novo país, a República Oriental do Uruguai. Assim o desgaste da imagem do imperador foi marcante.
22. Outro fator importante de sua impopularidade diz respeito à participação da imprensa na vida política do século XIX: em novembro de 1830, Líbero Badaró, um dos líderes da imprensa de oposição ao governo, foi assassinado, e a opinião pública acreditava que sua morte tinha ligações com D. Pedro. Diante deste cenário, o imperador viajou para Minas



Gerais, sendo recebido com hostilidade pela população. Como resposta a tal atitude, o Partido Português organizou uma festa de recepção no Rio de Janeiro, contudo ela foi impedida pelos políticos liberais. No dia 13 de março de 1831, o embate entre brasileiros e portugueses no Rio de Janeiro ficou conhecido como a **Noite das Garrafadas**.

23. Diante de tal situação, o imperador decidiu **abdicar** do trono em 07 de abril de 1831, tendo partido para a Europa em busca do trono português. Deixou seu filho Pedro de Alcântara, então com 5 anos, como seu herdeiro. Pela Constituição de 1824, o Brasil deveria ser governado por um conselho de três **regentes**, eleitos pelo Legislativo, até Pedro de Alcântara completar 18 anos. Tem início, assim, o chamado Período Regencial Brasileiro.



12.2. PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

1. O período regencial é marcado por disputas políticas em jornais, no Parlamento e, em alguns casos, em revoltas sociais. Com a abdicação de D. Pedro, três grupos políticos dominavam o poder: os **restauradores**, **liberais exaltados** e **liberais moderados**.
 - 1.1. **Restauradores**: defendiam um regime absolutista e centralizador com a volta de Pedro I.
 - 1.2. **Liberais exaltados**: descentralização do poder, autonomia administrativa e sistema federalista, além do fim da monarquia e a instalação da república.
 - 1.3. **Liberais moderados**: preservação da unidade territorial. Defendiam a monarquia, mas sem absolutismo. Defendiam a permanência da escravidão e a manutenção da ordem social.



2. Em 1837, os liberais moderados dividiram-se em **progressistas e regressistas**. Os primeiros defendiam um governo forte e centralizado no Rio de Janeiro, mas eram dispostos a concessões aos liberais exaltados, como delegar uma maior autonomia às províncias. Os regressistas eram favoráveis ao fortalecimento do Legislativo, centralizado no Rio, e contrários à liberdade administrativa das províncias. A partir de 1840, os regressistas assumiram a denominação de **Partido Conservador** (saquaremas) e os progressistas, de **Partido Liberal** (luzias).
3. O país foi governado, entre 07 de abril e 07 de junho de 1831, por uma **Regência Trina Provisória**, composta pelos senadores Carneiro de Campos, Campos Vergueiro e Francisco de Lima e Silva, até que a Assembleia Legislativa pudesse se reunir e escolher os membros permanentes. Adotaram medidas de caráter mais liberal, as quais duraram até 1837, como a anistia aos presos políticos, suspensão **parcial** do Poder Moderador e readmissão do Ministério dos Brasileiros (demitido por D. Pedro em abril de 1831).
4. A **Regência Trina Permanente** durou entre 1831 e 1835, e era formada pelos deputados João Bráulio Muniz, José da Costa Carvalho e Francisco de Lima e Silva. Nomearam o padre Diogo Feijó como ministro da Justiça, o qual acabou com as agitações populares e revoltas ao governo central. Em agosto de 1831, criaram a **Guarda Nacional**, uma polícia de confiança do governo e dos proprietários rurais, cuja existência perdurou até 1922.
5. Em 1834, os moderados promoveram uma reforma na Constituição, conhecida como **Ato Adicional**, em uma tentativa de harmonizar as forças em disputa no país. Neste sentido, estabelecia que a Regência deixava de ser trina e passava a ser una, além de extinguir o Conselho de Estado e criar as Assembleias Legislativas provinciais.
6. Pelo determinado no Ato, novas eleições foram realizadas e Diogo Feijó foi eleito, representando a **Regência Una** entre 1835 e 1837. Seu governo, ligado à ala progressista dos moderados, enfrentou a oposição dos regressistas, além de sofrer com as chamadas **revoltas regenciais**, como a Cabanagem (Pará) e a Farroupilha (Rio Grande do Sul). Quando faltavam 2 anos para o término do mandato, Feijó renunciou ao cargo, sendo substituído por meio de eleições por Pedro de Araújo Lima, o que representou um triunfo para os conservadores regressistas.
7. Em meio a este cenário de instabilidades políticas, é preciso destacar as principais revoltas regenciais ocorridas entre as décadas de 1830 e 1840, que marcaram o contexto político-social do Brasil.
8. A **Cabanagem** ocorreu no Pará, entre 1835 e 1840, e contou com a participação de **cabanos**, homens e mulheres pobres, negros, indígenas e mestiços que viviam em casas à beira de rios, semelhantes a cabanas. Dentre seus objetivos, procuravam acabar com as desigualdades sociais e a exploração, defendiam o fim da escravidão e a distribuição de terras para os lavradores. Devido à sua desorganização, o movimento foi reprimido pelas tropas enviadas pelo governo, cerca de 30 mil revoltosos foram mortos e aqueles que sobreviveram foram presos.
9. A **Revolução Farroupilha**, ocorrida no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845, contestava os problemas econômicos dos produtores rurais gaúchos. Os produtores reclamavam da



concorrência dos **charques** (carne seca) vindos do Uruguai e da Argentina, os quais eram importados ao Brasil com impostos mais baixos, o que consequentemente reduzia as vendas e os lucros do charque sulino. Os gaúchos foram liderados por Bento Gonçalves, Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, chegando a fundar, inclusive, a **República Rio-Grandense** (também chamada de República de Piratini) em 1836. Em 1839, o movimento se expandiu para Santa Catarina, na qual foi fundada a **República Juliana**. A partir de 1842, a Revolução começou a ser contida por meio de ações militares, sobretudo aquelas feitas pelo futuro Duque de Caxias. Em 1º de março de 1845, ocorreu um acordo entre as tropas imperiais e os farroupilhas, assegurando vantagens exigidas pelos gaúchos.

10. Em 1835 ocorreu também a **Revolta dos Malês**, em Salvador, liderada por uma maioria de escravos muçulmanos em busca de liberdade. Contudo a revolta foi denunciada e o movimento foi antecipado para a noite de 24 de janeiro de 1835. Porém, muitos rebeldes morreram no combate, outros foram presos e vários foram açoitados ou fuzilados.
11. No ano de 1837, a **Sabinada** ganhou importância também em Salvador, mas dessa vez em um movimento que procurava instituir uma república na província. De início, teve apoio de parte do exército baiano, mas muitos fazendeiros temiam uma revolta contra o modelo escravocrata brasileiro, o que os prejudicaria financeiramente. Dessa forma, no ano seguinte a revolta estava contida. Ao contrário da Cabanagem, os líderes da Sabinada eram homens cultos e de posses, e a maioria deles não foi morta, mas degradada para outras regiões. O médico Francisco Sabino, por exemplo, foi preso e levado para o Mato Grosso.
12. A **Balaia**, finalmente, ocorreu entre 1838 e 1841 na província do Maranhão. Vaqueiros, sertanejos e escravos uniram-se para lutar contra a miséria, a fome e a escravidão, sob a liderança de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira (produtor de balaies, daí o nome da revolta), Cosme Bento das Chagas e Raimundo Gomes. Ainda que pouco organizados, conquistaram a cidade de Caxias, mas não possuíam muita clareza quanto aos seus objetivos após a tomada da cidade. Dessa forma, passaram o comando ao grupo dos **bem-te-vis** (profissionais urbanos maranhenses). Para conter a revolta, o governo enviou tropas que, a essa altura, já contavam a deserção dos bem-te-vis e seu consequente apoio, derrotando os balaies em 1841, quando já haviam morrido cerca de 12 mil sertanejos e escravos.
13. A **Regência Unida** de Araújo Lima ocorreu entre 1838 e 1840. O novo governo passou a reprimir violentamente as revoltas, centralizando o poder nas mãos do Chefe do Executivo. Para tanto, em 12 de maio de 1840, foi criada a **Lei Interpretativa do Ato Adicional**, que reduzia o poder das províncias e subordinava os órgãos da polícia e da justiça ao poder central.
14. O grupo dos regressistas, em oposição à regência de Araújo Lima, passou a defender que a melhor forma de preservar a unidade territorial e a autoridade do governo central seria transferindo o poder para as mãos de Pedro de Alcântara, filho de Pedro I. Para isso ocorrer, fundou-se o **Clube da Maioridade**, cujo objetivo era o de antecipar a maioridade do príncipe junto à Assembleia Nacional, obtendo apoio dos progressistas e parte dos regressistas.



15. Em 1840, a Assembleia aprovou a maioria, naquele que ficou conhecido como o **Golpe da Maioridade**. Pedro de Alcântara foi aclamado imperador, sob o título de D. Pedro II, em 23 de julho de 1840, com 14 anos, dando início ao período da História Imperial conhecido como o **Segundo Reinado**.



13. EXERCÍCIOS



1. (UFPR - Pref. de Curitiba-PR - Professor de História /2019)

Os dois trechos a seguir tratam de um mesmo tema: os vazios demográficos no Paraná no século XIX. O primeiro faz parte de um livro de Lúcio Tadeu Mota, publicado em 2012. O segundo foi publicado por Wilson Martins em 1955.

“A princípio tudo representava um panorama selvático. O seio da terra virginal, recoberto de florestas seculares, abrigava tesouros inestimáveis de fecundação e fertilidade, prontos para fornecerem colheitas dadivosas [...]. Havia, de primeiro, a terra protegida pela floresta imensa. E lentamente a floresta, a floresta tão exuberante e impenetrável, cedia lugar àqueles homens intrépidos e valentes”.

Frases como essas acima, de diferentes autores, são comuns nos escritos sobre a História do Paraná. Construiu-se a ideologia de que esses territórios estavam vazios, desabitados e prontos a serem ocupados [...].

(MOTA, Lucio Tadeu. História do Paraná: relações sócio-culturais da pré-história a economia cafeeira / Maringá: Eduem, 2012, p. 11.)

[...] a província era nesse momento [quando da emancipação política], do ponto de vista humano, um ilimitado deserto, interrompido irregularmente por dezenove pequenos oásis, situados a distâncias imensas uns dos outros – e distâncias literalmente intransponíveis, pois, além dos “caminhos históricos”, que iam revelar dentro de pouco não serem “caminhos econômicos”, nada existia que pudesse prenunciar uma rede qualquer de comunicações. [...] Em compensação, na maior parte do território o vazio era absoluto: eram os “campos gerais”, era a floresta, era a Serra do Mar.

(MARTINS, Wilson. Um Brasil Diferente. São Paulo: Anhembi, 1955, p. 71.)

Considerando os dois fragmentos citados, assinale a alternativa correta.

- A) Ambos os autores concordam sobre o fato de que o território paranaense era desabitado no período da emancipação política, sendo uma paisagem natural a ser desbravada.
- B) O texto de Wilson Martins é uma demonstração que valida a afirmação de Lúcio Tadeu Mota sobre a produção intelectual que reiterou a ideologia do “vazio demográfico”.



C) Ao mencionar os “dezenove pequenos oásis”, Wilson Martins se refere aos núcleos de colonização de imigrantes, instaurados pelo governo provincial do Paraná na primeira metade do século XIX.

D) Lúcio Tadeu Mota, no fragmento citado, desconsidera a existência de uma população de indígenas e caboclos que habitava a região muito antes da imigração e da colonização feita por estrangeiros.

E) Os dois textos evidenciam que o conhecimento histórico é cumulativo, pois a produção mais atual de Lúcio Tadeu Mota introduz elementos que completam o conhecimento produzido anteriormente, por Wilson Martins.

Comentários:

A Alternativa A) é incorreta, pois o primeiro autor relata sobre o território e suas belezas antes da ocupação humana propriamente dita, enquanto que o segundo autor já relata o território depois de uma ocupação pequena.

A Alternativa B) é correta, pois ao defenderem a necessidade da introdução de imigrantes, os presidentes de província construíram a imagem de um Paraná provincial marcado pelo vazio demográfico. Ao comentar a mesma postura expressa pelos presidentes da Província de Santa Catarina no século XIX, Wittmann observou que “parecia até que as terras estavam apenas aguardando moradores”. A utilização do termo “vazios demográficos”, assim remete a ideia de que ninguém habitava esses espaços, os índios, no entanto, já viviam lá. Essa mesma situação pôde ser verificada nos relatórios dos presidentes do Paraná. A historiografia, por sua vez, acabou aceitando a ideia dos vazios demográficos, constantemente afirmando que a imigração foi incentivada pela preocupação com vazios demográficos, característicos do Brasil nos séculos XVIII e XIX.

A Alternativa C) é incorreta, pois desde o início do século XIX o Paraná vinha recebendo imigrantes, dentro da política de preenchimento dos vazios demográficos. Eram açorianos, alemães, suíços e franceses, mas em pequeno número e sem condições de prosperidade. Embora esteja em parte correta, a afirmação que dizer sobre apenas um autor, o que é incompatível com a pergunta da questão.

A Alternativa D) é incorreta, pois, apesar de ser verdade que os escritores dos “vazios demográficos”, em sua maioria, excluía a ideia de que o índio já habitava aquelas terras antes dos imigrantes, essa afirmativa não diz sobre toda a questão, ou sobre os dois autores.

A Alternativa E) é incorreta, pois os escritos dos dois autores meio que dizem exatamente sobre um fenômeno, e o fazem de formas completamente diferentes, não sendo exatamente cumulativos, em que o escrito mais novo completa o mais antigo.

(SZYCHOWSKI. 2012)

Gabarito: B

2. (Pref. de Juazeiro do Norte-CE - Professor de História /2019)

Sobre a Constituição Brasileira de 1824, marque a alternativa INCORRETA.



- A) A Constituição de 1824 foi outorgada, isto é, efetivada sem qualquer participação popular, pelo imperador D. Pedro I e vigente até a declaração da república em 1889.
- B) Uma das maiores peculiaridades da Constituição de 1824 é a sua divisão dos poderes, uma vez que a Carta Constitucional apresentava, além dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Poder Moderador que assegurava o controle do Imperador sobre os demais poderes.
- C) Dentre as maiores inovações da Constituição de 1824 estava o estabelecimento do Estado laico que punha fim ao Catolicismo como religião oficial, havendo liberdade de culto a outras religiões em locais privados e públicos.
- D) O direito ao voto nas eleições primárias, onde eram escolhidos aqueles que votariam nos deputados e senadores, era concedido apenas aos homens livres, maiores de 25 anos e com renda anual de mais de 100 mil réis.
- E) De acordo com a Constituição, só poderiam ser candidatos nas eleições primárias os homens livres com renda a partir de 200 mil réis. Já para os candidatos a deputados e senadores, estes deviam ter uma renda superior a 400 mil réis, serem brasileiros e católicos. É importante lembrar que os negros libertos não podiam concorrer aos cargos, ainda que preenchessem os outros quesitos necessários.

Comentários:

A Alternativa A) é correta, pois a Constituição Política do Império do Brasil, comumente referida como Constituição de 1824, foi a primeira constituição do Brasil, outorgada em 25 de março de 1824 e revogada em 24 de fevereiro de 1891. Vigente durante o período do Brasil Império, ela foi uma constituição do tipo outorgada, isso é, imposta unilateralmente pela vontade do imperador Pedro I, que a encomendara ao Conselho de Estado. D. Pedro havia dissolvido a Assembleia Constituinte em 1823 e, por meio da Constituição de 1824, impôs o seu próprio projeto político ao País. O mesmo D. Pedro viria a outorgar, em Portugal, a Carta Constitucional de 29 de abril de 1826, inspirada no modelo brasileiro.

A Alternativa B) é correta, pois a Constituição de 1824 é mais conhecida por sua peculiar divisão de poderes, com a inclusão do Poder Moderador entre o executivo, legislativo e judiciário. Com o objetivo declarado de resolver impasses e disputas, o Poder Moderador, na prática, foi uma maneira de assegurar a autoridade do Imperador sobre os demais poderes; liberal nas intenções, a Constituição foi centralizadora na prática, sendo que o Imperador era também a autoridade máxima do Executivo (com os ministros como auxiliares) e podia adiar sessões da Assembleia Geral (equivalente ao Congresso Nacional) ou dissolver a Câmara dos Deputados.

A Alternativa C) é a incorreta, pois notadamente, o título oitavo da Constituição garantiu alguns direitos inalienáveis a todos os cidadãos brasileiros, considerado "cidadão" qualquer pessoa livre natural ou naturalizada no Brasil: o direito à liberdade, à segurança pessoal e à propriedade. No âmbito religioso, ela estabeleceu o catolicismo como única religião oficial do Estado, havendo liberdade de culto a outras religiões somente no âmbito doméstico, ou seja, sem demonstrações em local público. Apesar desta restrição, a liberdade religiosa era ampla na prática.



A Alternativa D) é correta, pois o estabelecimento do voto para o poder legislativo (Assembleia Geral) foi a tentativa de conferir um caráter popular à Carta, limitado pelo fato de este ser indireto (cidadãos votavam em Eleitores de Província, que então escolhiam os parlamentares) e censitário (limitado por condições financeiras). Embora as eleições primárias fossem permitidas a qualquer cidadão, os Eleitores de Província deviam ser homens livres, sem antecedentes criminais e com renda anual superior a 200 mil réis. A Constituição qualificou os eleitores, bem como os que poderiam ser votados, segundo o critério censitário. Podiam votar os maiores de vinte e cinco anos, com renda líquida anual de cem mil réis para as eleições paroquiais, e de duzentos mil réis para as de província.

A Alternativa E) é correta, pois o sistema eleitoral estabelecido pela Constituição baseou-se numa aceção de cidadania que distinguiu os detentores dos direitos civis dos que usufruíam também direitos políticos, os cidadãos 'ativos', que possuíam propriedade, dos 'passivos'. As eleições seriam indiretas, ficando definidos dois tipos de eleitores, os de paróquia e os de província. Os eleitores de paróquia elegiam os de província, que votavam nos deputados à Assembleia Geral. A Constituição qualificou os eleitores, bem como os que poderiam ser votados, segundo o critério censitário. Podiam votar os maiores de vinte e cinco anos, com renda líquida anual de cem mil réis para as eleições paroquiais, e de duzentos mil réis para as de província. No caso do limite de idade imposto para o voto, de 21 anos, abria-se exceção aos que fossem casados, bem como para militares e bacharéis formados. Podiam votar nas eleições de paróquias os libertos, desde que nascidos no Brasil e obedecendo ao critério censitário. Ficavam excluídos do direito ao voto os criados e religiosos, as mulheres, os escravos, os índios e os filhos que viviam na companhia dos pais, isto é, dependentes economicamente. Para candidatos a deputado, o valor subia para 400 mil réis, com a exigência de seguir a religião oficial; para senadores, cujo cargo seria vitalício, o valor era de 800 mil réis, mais idade mínima de quarenta anos.

(CYSNE. 2020; CABRAL. 2014)

Gabarito: C

3. (Pref. de Juazeiro do Norte-CE - Professor de História /2019)

Assinale a alternativa que apresenta os principais objetivos da Revolução do Porto, ocorrida em Portugal no ano de 1820.

- A) O principal intento dos revoltosos era forçar o retorno do rei e da corte portuguesa, que estava no Brasil desde 1808. Além do mais, os portugueses viam na recolonização do Brasil e no reestabelecimento do Pacto Colonial uma forma de superar a crise portuguesa.
- B) Tinha como principal ideal fortalecer o movimento pró independência que crescia a cada dia no Brasil, pois os nativos entendiam que as riquezas do Brasil significavam também o enriquecimento dos cofres portugueses.
- C) A Revolução do Porto tinha como principal intuito combater Napoleão Bonaparte e suas tropas que, ao ameaçarem invadir o território português, provocaram a família real portuguesa para o Brasil.



D) A motivação mais relevante da Revolução do Porto foi a luta pela permanência do Marechal Beresford que comandava, com extrema popularidade, o País durante a ausência da corte portuguesa.

E) Os revoltosos almejavam a proclamação de uma república portuguesa e o fim da Monarquia, entendida pelos portugueses como pouquíssimo moderna e bastante ultrapassada. Assim, os lusos desejavam a permanência da família real no Brasil.

Comentários:

A Alternativa A) é correta, pois a Revolução do Porto (1820), ocorrida na cidade do Porto, segunda maior cidade portuguesa, se caracterizou por intensas disputas políticas envolvendo interesses divergentes entre Portugal e Brasil. Pode-se dizer que sua gênese esteve na chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, pois tal fenômeno concorreu, em certo sentido, para uma inversão e mesmo certa equiparação da lógica administrativa entre Metrópole (Lisboa) e suas colônias na África (Algarves) e América (Brasil). Em 1820 iniciou-se uma revolta que exigia a volta do rei a Portugal e a formação de uma Assembleia Constituinte para fundamentar a administração do novo governo pós-restauração. Com receio de perder o trono português, Dom João VI retornou à Lisboa, deixando seu filho Dom Pedro I no Governo do Brasil. Em Portugal, a formação das Cortes para elaborar uma Constituição de caráter liberal também se caracterizou por uma proposta de subordinação da Coroa ao Legislativo, criando uma espécie de Monarquia Constitucional. Além disso, intentaram empreender a recolonização do Brasil e restaurar sua antiga condição de colônia portuguesa.

A Alternativa B) é incorreta, pois, nesse sentido, pode-se dizer que a Revolução do Porto se caracterizou por um processo de reestabelecimento da capital administrativa do Império em Portugal; pressão pelo retorno da Família Real à Lisboa; instauração de um novo governo de caráter liberal e, especialmente, pela tentativa dos deputados portugueses em recolonizar o Brasil. No entanto, as pressões exercidas em Portugal concorreram para um movimento que impulsionou o processo de Independência do Brasil em 1822. Após o retorno de Dom João VI, os ânimos se acalmariam por um breve período, mas somente até o despontar de novas revoltas de caráter liberal não muito distantes daquele evento.

A Alternativa C) é incorreta, pois em 1815, tropas europeias derrotaram definitivamente o exército de Napoleão Bonaparte na Batalha de Waterloo, iniciando um processo de restituição dos território dos antigos Estados europeus anexados à França no contexto de sua expansão imperial. Em 1816, a banda oriental do Uruguai, denominada de Província Cisplatina também foi invadida, ampliando ainda mais o poderio geopolítico do Estado Brasileiro e demonstrando que a instalação administrativa do império luso no Brasil estava rendendo bons frutos. A insatisfação lusa só tendia a aumentar com as conquistas brasileiras.

A Alternativa D) é incorreta, pois William Carr Beresford (2 de outubro de 1768 – 8 de janeiro de 1854), 1.º visconde Beresford barão e visconde de Albuera e Dungarvan, conde de Trancoso, 1.º marquês de Campo Maior e duque de Elvas, foi um militar e político anglo-irlandês que serviu como general no Exército Britânico e marechal do Exército Português, tendo lutado ao lado de Arthur Wellesley, 1.º Duque de Wellington na Guerra Peninsular. Depois serviu como mestre de ordenanças no governo de Wellington em 1828. Em 1817, após rumores de uma conspiração



maçônica que pretendia o regresso do rei e que se manifestava contrária à presença inglesa, mandou matar os conspiradores (entre eles o general Gomes Freire de Andrade). Viaja para o Brasil onde consegue do Rei poderes mais alargados, sendo feito Marechal-General, título anteriormente usado pelo Barão Conde, pelo Conde de Lippe, pelo Duque de Lafões e pelo referido Duque de Wellington. Mas, devido à Revolução de 1820, é demitido das suas funções, não lhe sendo permitido sequer desembarcar em Portugal continental. Regressou a Portugal em 1826, mas a sua pretensão de regressar ao comando do Exército não foi aceite. Mais tarde, foi membro do primeiro governo de Wellington, de 1828 a 1830, com o título de "Master General of Ordnance", equivalente em Portugal ao posto militar de Diretor do Arsenal.

A Alternativa E) é incorreta, pois críticos da época afirmavam que a instalação da administração do império português na cidade do Rio de Janeiro teria sido prejudicial à Portugal. De fato, a transferência da máquina administrativa burocrática de Portugal para o Brasil iniciou um fenômeno administrativo no qual a própria metrópole passou a ser conduzida a partir de sua colônia. Somaram-se uma série de outras decisões tomadas pelo então Príncipe-Regente Dom João VI que concorreram para a exaltação dos ânimos de grandes parcelas das sociedades portuguesa e brasileira.

(FERNANDES. 2020)

Gabarito: A

4. (Pref. de Juazeiro do Norte-CE - Professor de História /2019)

São exemplos de revoltas ocorridas no período regencial

- A) Cabanagem, Balaiada e Sabinada.
- B) Farroupilha, Cabanagem e Guerra dos Emboabas.
- C) Revolta de Felipe dos Santos, Guerra dos Mascates e Revolta dos Malês.
- D) Revolta de Beckman, Cabanagem e Farroupilha.
- E) Guerra dos Emboabas, Revolta dos Malês e Balaiada.

Comentários:

A Alternativa A) é correta, pois as principais Rebeliões Regenciais são:

Balaiada: Ocorreu no Maranhão entre 1838 e 1841. A revolta ocorreu devido crise na produção algodoeira;

Cabanagem: Ocorreu na província do Grão-Pará entre 1835 e 1840. Os paraenses desejavam escolher os próprios governantes locais;

Sabinada: Aconteceu na Bahia entre 1837 e 1838. Foi um movimento marcado pela presença das camadas médias;

Revolução Farroupilha: Ocorreu na província do Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845, sendo a maior e mais importante revolta do período regencial.

A Alternativa B) é incorreta, pois os bandeirantes paulistas, responsáveis pelas primeiras descobertas, acreditavam que a exploração das minas deveria ser reservada aos pioneiros da



região. Em contrapartida, a Coroa Portuguesa enxergava o feito como mais uma excelente oportunidade de negócio capaz de sanar a vida do Estado Lusitano. Dessa forma, a região de Minas Gerais, entre 1708 e 1709, acabou se transformando em palco de um conflito que acabou conhecido como a Guerra dos Emboabas.

A Alternativa C) é incorreta, pois a Revolta de Felipe dos Santos ocorreu no Brasil Colônia; a guerra dos Mascates também ocorreu no período colonial; e a Revolta dos Malês é a única, aqui, ocorrida no período regencial do Brasil.

A Alternativa D) é incorreta, pois a Revolta de Beckman foi uma revolta organizada pelos homens-bons de São Luís, por conta de suas insatisfações com medidas tomadas pela Coroa em questões relacionadas ao comércio local e o trato dos indígenas. Iniciou-se em 1684 e se estendeu até 1685, quando uma esquadra portuguesa conseguiu restabelecer o domínio português sobre a cidade maranhense. Os envolvidos com o movimento foram punidos de diferentes maneiras.

A Alternativa E) é incorreta, pois a guerra dos Emboabas ocorreu entre 1708 e 1709.

(KOSHIBA. 2020; SOUSA. 2020; NEVES. 2020)

Gabarito: A

5. (IDHTEC - Pref. de Maragogi-AL - Professor de História /2019)

Sobre o Primeiro Reinado marque a alternativa incorreta:

- A) O Primeiro Reinado ficou marcado pelos atritos entre D. Pedro I e grupos políticos do Brasil, pelo autoritarismo e pela incompetência na administração do país.
- B) Com o fim da guerra de independência, era necessário garantir que Portugal reconhecesse a independência brasileira. Esse reconhecimento foi formalizado em 1823 por meio de negociações mediadas pela Holanda.
- C) Pressionado por diversos grupos insatisfeitos, D. Pedro I renunciou ao trono em 1831, em favor de seu filho.
- D) A outorga da Constituição de 1824 foi o exemplo mais claro do autoritarismo que marcou o reinado de D. Pedro I. Seu governo também foi marcado por decisões equivocadas, como a Guerra da Cisplatina.
- E) Iniciou-se um período de transição em que o país foi governado por regentes até que o futuro imperador tivesse a idade mínima para assumir o país – 18 anos –, conforme estipulava a Constituição de 1824.

Comentários:

A Alternativa A) não é a resposta correta, pois o governo de D. Pedro I não era muito popular no Nordeste brasileiro, principalmente por causa do autoritarismo do imperador. Por isso, a região tornou-se foco de críticas ao Império. Nesse contexto, dois nomes destacaram-se: Cipriano Barata e Joaquim do Amor Divino (freí Caneca), que veiculavam suas críticas em jornais de circulação local. Além do autoritarismo, da violência e da economia arruinada, o jogo político também contribuiu para minar a posição do imperador. Durante o Primeiro Reinado, foram formados, gradativamente, dois blocos entre os políticos: o partido brasileiro e



o partido português. Enquanto o primeiro representava a oposição ao imperador, o segundo oferecia-lhe apoio. O Primeiro Reinado foi um período que se iniciou em 1822, com a independência do Brasil. Seu fim ocorreu em 1831, quando o imperador abriu mão do trono. Esse foi um período marcado pela pouca competência de D. Pedro I para exercer o cargo de imperador.

A Alternativa B) é a resposta certa, pois diferentemente do que muitos acreditam, a independência do Brasil não foi pacífica. Houve províncias que permaneceram leais aos portugueses, por isso, foi necessário travar guerra a fim de garantir a unidade territorial do país. Um nome de destaque nessa luta contra os portugueses e seus aliados no Brasil foi lorde Cochrane, comandante contratado por D. Pedro I. Entre as regiões que se rebelaram contra a independência, podemos citar as províncias do Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina. Em meados de 1823, os conflitos contra a independência do país estavam sob controle, e os apoiadores de Portugal já estavam derrotados.

A Alternativa C) não é a resposta correta, pois os desgastes na relação de D. Pedro I com grande parte da sociedade, em especial com certa elite política e econômica, fizeram com que o imperador renunciasse o trono em favor de seu filho, Pedro de Alcântara. Dessa forma, em 1831, o Primeiro Reinado chegou ao fim.

A Alternativa D) não é a resposta correta, pois as discordâncias entre os parlamentares e D. Pedro I ocorreram em decorrência da arbitrariedade e da autoridade do imperador nas tomadas de decisões. No caso da Constituição, os parlamentares defendiam a existência de maiores liberdades individuais e a limitação do poder real. Em contrapartida, D. Pedro I queria poderes ilimitados para governar o Brasil. As consequências dessa guerra para o Brasil foram gravíssimas. Primeiramente, a guerra ampliou a crise econômica que atingia o país. Os gastos com o conflito foram gigantescos e quebraram a economia brasileira. Além disso, essa situação foi agravada pelo fato de que, durante os anos da guerra, a Casa da Moeda emitiu grande volume de moeda, o que causou a sua desvalorização. A guerra também contribuiu para desgastar a imagem de D. Pedro I. O imperador vinha sofrendo um desgaste contínuo desde 1822 por causa de seu autoritarismo. Ao final da guerra, a derrota e a crise econômica fizeram a sua popularidade despencar.

A Alternativa E) não é a resposta correta, pois quando D. Pedro I abdicou do trono, o sucessor naturalmente era seu filho, Pedro de Alcântara. Todavia, o príncipe do Brasil possuía apenas cinco anos e, por lei, não poderia ser coroado imperador do Brasil até que completasse a maioridade, que só seria alcançada quando obtivesse 18 anos. Assim, a saída legal existente e que constava na Constituição de 1824 era a de fazer um período de transição em que o país seria governado por regentes. Esse período deveria ter acontecido até 1844, quando Pedro de Alcântara completaria 18 anos, mas seu fim foi antecipado para 1840 por meio de um golpe parlamentar.

(NEVES, 2020)

Gabarito: B

6. (IDHTEC - Pref. de Maragogi-AL - Professor de História /2019)

O governo de D. Pedro I enfrentou muitas dificuldades para consolidar a independência, pois no Primeiro Reinado ocorrem muitas revoltas regionais, oposições políticas internas. Assinale o evento que não ocorreu durante o período do Primeiro Reinado.

A) Confederação do Equador.



- B) Guerra da Cisplatina.
- C) Noite da Agonia.
- D) Noite das Garrafadas.
- E) Revolução Praieira.

Comentários:

A Alternativa A) não é a resposta correta, pois a Confederação do Equador iniciou-se em 2 de julho de 1824 em Recife, Pernambuco. Sob a liderança de frei Caneca e Manoel de Carvalho Paes de Andrade, o movimento logo se espalhou pelo Nordeste, alcançando o Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão. A reação do imperador foi violenta: foi ordenada uma série de execuções em Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro. Em setembro, os rebeldes já tinham sido derrotados.

A Alternativa B) não é a resposta correta, pois a crise do Primeiro Reinado também está associada com a Guerra da Cisplatina, travada entre 1825 e 1828. Nesse conflito, o Brasil lutou pela manutenção da província Cisplatina a fim de evitar que ela fosse anexada pelas Províncias Unidas (atual Argentina). Essa guerra foi extremamente impopular no Brasil.

A Alternativa C) não é a resposta correta, pois como não concordava com os termos da Constituição elaborada pelos parlamentares, D. Pedro I decidiu vetar o documento, que ficou conhecido como Constituição da Mandioca. Essa ação aconteceu em 12 de novembro de 1823 e foi acompanhada de um evento chamado Noite da Agonia. Nessa ocasião, D. Pedro I ordenou que tropas cercassem e dissolvessem a Assembleia Nacional Constituinte. Nesse dia, vários parlamentares foram presos.

A Alternativa D) não é a resposta correta, pois esses desentendimentos entre brasileiros e portugueses fizeram com que um confronto aberto acontecesse. Esse episódio ficou conhecido como Noite das Garrafadas e durou dias nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Como resultado, D. Pedro I renunciou ao trono.

A Alternativa E) é a resposta certa, pois a Revolução Praieira, também denominada como Insurreição Praieira, Revolta Praieira ou simplesmente Praieira, foi um movimento de caráter liberal e federalista que eclodiu na província de Pernambuco, no Brasil, entre 1848 e 1850. Ocorrendo, assim, no Segundo Reinado.

(NEVES, 2020)

Gabarito: E

7. (Pró-Município - Pref. Municipal de Redenção-CE – Prof. de História / 2019)

Depois da ameaça de Napoleão Bonaparte, o governo inglês propôs a transferência da Corte do príncipe regente Dom João para o Rio de Janeiro. Em 1807, o governo britânico se comprometeu a proteger a família real portuguesa e sua Corte na longa travessia do Atlântico. Marque a opção relacionada a vinda da família real.

- A) Já no Rio de Janeiro, Dom João tomou importante medida econômica decretando a abertura dos portos às nações amigas, liberava o comércio do jugo do monopólio;



- B) Foi revogada a lei de 1785 que proibia a instalação de indústrias e iniciada a construção de estradas e melhoria dos portos;
- C) Instalado no Rio de Janeiro, Dom João criou três ministérios – Guerra e Estrangeiros; Marinha; Fazenda e Interior, fundou a Caixa Econômica e instalou a Casa da Suplicação;
- D) Após a morte de sua mãe, o príncipe regente foi coroado rei como Dom João VI. A partir de 1821, as províncias passaram a se chamar capitanias.

Comentários:

A Alternativa A) é incorreta, pois a viagem ocorreu em condições insalubres e durou 54 dias até Salvador (BA), onde desembarcou no dia 22 de janeiro de 1808. Na capital baiana foram recebidos com festas e ali permaneceram por mais de um mês. No período em que esteve na Bahia, o Príncipe Regente assinou o Tratado de Abertura dos Portos às Nações Amigas e criou a Escola de Cirurgia da Bahia.

A Alternativa B) é correta, pois em abril de 1808, o Príncipe Regente decretou a suspensão do alvará de 1785, que proibia a criação de indústrias no Brasil. Ficavam, assim, autorizadas as atividades em território colonial. A medida permitiu a instalação, em 1811, de duas fábricas de ferro, em São Paulo e em Minas Gerais.

A Alternativa C) é incorreta, pois D. João também abriu a Imprensa Régia, de onde surgiu a Gazeta do Rio de Janeiro. Foram criadas a Academia da Marinha, a Academia Militar, o Jardim Botânico, a Real Fábrica de Pólvora, Laboratório Químico-Prático, etc. Também ocorreu a fundação do primeiro Banco do Brasil, em 1808.

A Alternativa D) é incorreta, pois as medidas político-administrativas de Dom João fizeram com que a Inglaterra acentuasse o interesse no comércio com o Brasil. Essa condição fica clara com a abertura dos portos às nações amigas. O processo fez com que Portugal perdesse o monopólio sobre o comércio com o Brasil e a elite agrária passa a sonhar com a Independência. Em contrapartida, o Brasil passa a ser para a Inglaterra um promissor mercado consumidor e fornecedor. Quando D. João VI precisou retornar a Portugal, por causa da Revolução Liberal do Porto, o filho Dom Pedro, aproxima-se da elite agrária. Esta estava preocupada com a possibilidade de recolonização e as guerras em curso na América Espanhola. A Independência do Brasil é declarada no dia 7 de setembro de 1822 por Dom Pedro I que se torna o primeiro imperador do Brasil. Independente, o país promulga a primeira Constituição em 1824 que mantém o regime monárquico, a escravidão e reconhece a religião católica como oficial. D. João assumiu a regência quando a sua mãe, a rainha D. Maria I de Portugal, foi declarada mentalmente incapaz. Teve de lidar com a constante ingerência nos assuntos do reino de nações mais poderosas, notadamente a Espanha, França e Inglaterra. Em 20 de março de 1816, morreu a rainha Dona Maria, abrindo caminho para o regente assumir o trono. Mas embora passasse a governar como rei no dia 20, sua sagração não se realizou de imediato, sendo aclamado somente em 6 de fevereiro de 1818, com grandes festividades. A última capitania hereditária a passar para o domínio direto da coroa foi Pernambuco, em 1716, quando a coroa comprou os direitos do último donatário D. Francisco de Paula de Portugal e Castro, 8.º Conde de Vimioso, tornando-se, a partir de então, a Capitania Real de Pernambuco.



(BEZERRA. 2020)

Gabarito: B

8. (Pró-Município - Pref. Municipal de Redenção-CE – Prof. de História / 2019)

Após o 7 de setembro, deu início a um novo período na história do Brasil. Os laços coloniais se romperam e a antiga colônia ganhou status de nação soberana. Marque a opção que indique um dos acontecimentos no Primeiro Reinado.

- A) Proclamada a independência o governo e as forças militares de algumas províncias continuaram fiéis à Coroa Portuguesa;
- B) Para os conservadores, o imperador deveria acatar previamente a Constituição a ser aprovada, eles alegavam que tal posição não enfraqueceria o poder imperial;
- C) Na Constituição de 1824, o poder legislativo era composto por um Senado eleitos para oito anos de mandato, cujos integrantes eram escolhidos pelo imperador;
- D) Na Constituição de 1824 para a participação política da população, poderiam votar homens e mulheres acima dos 30 anos e com renda mínima de 100 mil-réis.

Comentários:

A Alternativa A) é correta, pois, diferentemente do que muitos acreditam, a independência do Brasil não foi pacífica. Houve províncias que permaneceram leais aos portugueses, por isso, foi necessário travar guerra a fim de garantir a unidade territorial do país. Um nome de destaque nessa luta contra os portugueses e seus aliados no Brasil foi lorde Cochrane, comandante contratado por D. Pedro I. Entre as regiões que se rebelaram contra a independência, podemos citar as províncias do Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina. Em meados de 1823, os conflitos contra a independência do país estavam sob controle, e os apoiadores de Portugal já estavam derrotados.

A Alternativa B) é incorreta, pois, após a independência, a nova nação precisava de uma Constituição. Para essa tarefa, era necessário formar uma Assembleia Constituinte, que deveria ser escolhida por meio de eleições. Os trabalhos da Constituinte iniciaram-se em maio de 1823 e foram marcados pelo atrito entre D. Pedro I e as elites econômicas e políticas do Brasil. As discordâncias entre os parlamentares e D. Pedro I ocorreram em decorrência da arbitrariedade e da autoridade do imperador nas tomadas de decisões. No caso da Constituição, os parlamentares defendiam a existência de maiores liberdades individuais e a limitação do poder real. Em contrapartida, D. Pedro I queria poderes ilimitados para governar o Brasil. Como não concordava com os termos da Constituição elaborada pelos parlamentares, D. Pedro I decidiu vetar o documento, que ficou conhecido como Constituição da Mandioca. Essa ação aconteceu em 12 de novembro de 1823 e foi acompanhada de um evento chamado Noite da Agonia. Nessa ocasião, D. Pedro I ordenou que tropas cercassem e dissolvessem a Assembleia Nacional Constituinte. Nesse dia, vários parlamentares foram presos.

A Alternativa C) é incorreta, pois a constituição de 1824 diz que: Art. 40. O Senado é composto de Membros vitalícios, e será organizado por eleição Provincial.

A Alternativa D) é incorreta, pois, após esse episódio, uma nova Constituição começou a ser elaborada por uma comissão formada pelo imperador. Essa Constituição ficou pronta em 1824 e



foi outorgada por ordem do imperador. O documento reafirmava que o Brasil seria uma monarquia e instituía ao imperador poderes absolutos sobre a nação. Para isso, foi criado o Poder Moderador, representado exclusivamente por D. Pedro I. Foi determinada também nessa Constituição a imposição do voto censitário. Assim, só poderiam votar aqueles tivessem renda anual acima de 100 mil réis.

(CONSTITUIÇÃO, 1824)

Gabarito: A

9. (Pró-Município - Pref. Municipal de Redenção-CE – Prof. de História / 2019)

Após a abdicação de Dom Pedro I, o herdeiro do trono, seu filho Pedro de Alcântara, contava apenas cinco anos de idade. Pela Constituição, o poder deveria passar para uma junta de três regentes escolhida pela Assembleia Geral. Inicia-se assim o período Regencial. Marque a opção que indique um dos fatos ocorridos neste período.

A) Dois fatos associaram-se para dar início à Cabanagem: o inconformismo da Igreja contra o presidente nomeado pelo poder central para a província do Pará e a miséria da população;

B) Em 1835, cerca de 2 mil africanos e afro-brasileiros seguidores do islamismo rebelaram-se em Salvador, na Bahia. Inicia-se assim a Sabinada;

C) Em 1840 o governo central nomeou presidente da província do Maranhão o coronel Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias. Com 8 mil soldados, Lima e Silva ocupou a Vila de Caxias e esmagou a Balaiada;

D) No período Regencial, o comércio exterior brasileiro foi quase o tempo todo superavitário. O Brasil exportava mais do que importava, com destaque para o café.

Comentários:

A Alternativa A) é incorreta, pois a Cabanagem foi uma das muitas revoltas que aconteceram no país nas décadas de 1830 e 1840. Em 1831, havia se iniciado no Brasil o período de Regência, em que o governo era exercido por regentes. O imperador dom Pedro I havia abdicado do trono em 1831 e voltado para Portugal. Seu filho e sucessor, Pedro de Alcântara, tinha apenas 5 anos de idade. Até sua maioridade, os regentes governariam o Brasil. As condições de vida eram difíceis para grande parte da população do Grã-Pará. Havia muita pobreza, violência e fome. Os comerciantes e fazendeiros, por sua vez, estavam descontentes com a Regência. Não aceitavam o presidente da província (que equivalia ao governador de hoje em dia) nomeado pelo governo regencial. Além disso, queriam participar mais das decisões políticas locais. A população pobre e a elite, então, uniram-se para derrubar o governo da província. Um grupo armado composto de negros, mestiços e indígenas atacou Belém. Os rebelados executaram o presidente da província e outras autoridades e tomaram o poder. A rebelião se fortaleceu e se espalhou pelo interior da província. Os revoltosos declararam a independência do Grão-Pará e proclamaram uma república, afirmando que a província já não fazia parte do Império do Brasil. Para governar o Grão-Pará, escolheram o fazendeiro Félix Malcher. No entanto, Malcher se aliou ao governo regencial, traíndo o movimento. Foi executado pelos cabanos e substituído por Francisco Pedro Vinagre e depois por Eduardo Angelim.



A Alternativa B) é incorreta, pois a Bahia, desde o período colonial, se destacou como palco de luta contra a opressão política e o desmando governamental. A Sabinada foi um movimento que teve início entre as elites militares, médicas e jornalistas baianas, seu principal idealizador foi Francisco Sabino, médico e jornalista; entretanto, o movimento se destacou por ter grande participação das camadas populares. Antes do seu desenvolvimento, um grupo de negros malês tentou conquistar a cidade de Salvador. Contudo, mediante a delação às autoridades, essa primeira revolta não se desenvolveu. Nesse segundo momento, liderados pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, os participantes da Sabinada se opuseram à mal resolvida questão da centralização política que se arrastava desde o início do Brasil Império.

A Alternativa C) é correta, pois o negro Cosme Bento de Chagas, contou com o apoio de, aproximadamente, 3 mil escravos fugidos. O grande número de negros envolvidos na revolta deu traços raciais à questão da desigualdade ali colocada. Em resposta aos levantes, o coronel Luis Alves de Lima e Silva foi nomeado para controlar a tensa situação da província. Em 1841, com farto armamento e um grupo de 8 mil homens, Luis Alves obteve sucesso na contenção dos revoltosos e, por isso, recebeu o título de Conde de Caxias. A desarticulação entre os vários braços revoltosos da Balaiada e a desunião em torno de objetivos comuns, facilitou bastante a ação repressora estabelecida pelas forças governamentais.

A Alternativa D) é incorreta, pois o Brasil, desprovido de qualquer projeto de modernização de sua economia, mais exportava do que importava. Durante todo o período regencial, a necessidade de se contrair empréstimos com credores internacionais era corrente. Ao invés de promover alguma ação que pudesse romper com esta situação preocupante, os membros de nossa elite política preferiram adiar tal possibilidade. O sustentáculo da nossa economia ainda se mantinha na exportação de gêneros agrícolas diversos. O açúcar tinha papel de destaque entre os produtos exportados. Contudo, por conta da forte concorrência do açúcar antilhano e do açúcar de beterraba europeu, o produto brasileiro era negociado a preços nada satisfatórios. A exportação de algodão também vivia uma situação semelhante. A concorrência imposta pelo algodão produzido na América do Norte explicava a decadência desta cultura na região nordeste. Outros produtos, como o cacau, fumo, arroz e couro, não tinham grande expressão no desenvolvimento da economia ou também sofriam com a qualidade e o preço dos produtos estrangeiros. Por conta das ações políticas desastrosas tomadas ainda nos governos de D. João VI e D. Pedro I, o Estado brasileiro não tinha condições mínimas para esboçar alguma reação mais significativa.

(BRITANNICA ESCOLA. 2020; SOUSA. 2020)

Gabarito: C

10. (FGV - Pref. de Salvador-BA - Professor de História /2019)

I.





Charge de Manuel de Araújo Porto Alegre de 1837.

II. As primeiras caricaturas publicadas no Brasil apareceram (...) sob a forma de litografias avulsas vendidas em algumas lojas do Rio de Janeiro. Seu tema foi a contratação do jornalista Justiniano José da Rocha (1812-1863), por um elevadíssimo salário, para ser o editor do Correio Oficial. A caricatura retrata o mulato Justiniano todo ataviado, recebendo de joelhos um saco de dinheiro. Em um formato que faz lembrar uma grande cena teatral, essa primeira caricatura chamava a atenção para o fato de um homem tido como íntegro ter vendido sua pena ao governo. “Honra tenho e probidade/ Que mais quer d’ um redator?”, dizia um dos versinhos que acompanhavam a imagem.

LUSTOSA, Isabel. No país da piada pronta. Revista de História, 01/03/2009.

Com base na imagem e no texto, pode-se afirmar que, durante o período regencial (1831-1840), a ampliação da imprensa favoreceu o(a)

- A) aumento do racismo.
- B) combate à corrupção.
- C) ascensão do personalismo.
- D) fortalecimento da esfera pública.
- E) denegrimento dos mulatos.

Comentários:

A Alternativa A) é incorreta, pois, fato digno de nota é a existência de jornais voltados aos negros e mestiços, surgidos durante a Regência Permanente, cujos títulos deixavam claro o público ao qual se dirigiam: O Crioulinho, O Homem de Cor ou O Mulato e O Brasileiro Pardo, que discutiam a questão racial.

A Alternativa B) é incorreta, pois a imprensa da época, portanto, tinha por principal objetivo a formação de opinião, intervindo diretamente na vida política.



A Alternativa C) é incorreta, pois no Recife o jornal O Carapuceiro, que circulou de 1832 a 1942, é um paradigma da imprensa do período, especialmente nas províncias. Ali encontra-se a crítica social, além da política, em que o objetivo declarado era publicar suas observações que serviriam de carapuça a quem lhes couber; seu editor e redator, o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, passaria à história pela alcunha de Padre Carapuceiro.

A Alternativa D) é correta, pois, embora na Europa o crescimento das tiragens tenha possibilitado na década de 1830 a criação de revistas literárias e científicas, e a publicação de romances nos periódicos[nota 4], esse fenômeno ainda veio a demorar no país, onde os jornais estavam, antes, engajados nas disputas políticas entre os partidos e facções em formação - e este tipo de publicação somente veio a lume no Brasil quando sedimentadas as disputas, durante o Segundo Reinado: até lá, imperavam as disputas políticas e a partidarização da imprensa.

A Alternativa E) é incorreta, pois O Crioulinho, O Homem de Cor ou O Mulato e O Brasileiro Pardo discutiam a questão racial.

(NEVES, 2020)

Gabarito: D

A respeito do Primeiro Reinado e do processo de independência do Brasil, julgue o item seguinte.

11. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A imprensa periódica brasileira teve papel irrelevante durante o processo de independência do Brasil, em razão do alto índice de analfabetismo da população.

Comentário: A questão está errada, pois, a imprensa periódica brasileira foi importante para divulgar os ideais que fomentariam os brasileiros a pedir pela independência.

Gabarito: Errado

12. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

As adesões do Maranhão, do Pará, da Bahia e da Cisplatina ao projeto de independência liderado pelo príncipe D. Pedro foram resultado de conflito bélico.

Comentário: A questão está certa, em razão de que, foram nessas localidades que se encontravam uma maior concentração de tropas portuguesas.

Gabarito: Certo

13. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

O Primeiro Reinado foi marcado por atos voluntaristas de D. Pedro I e pela inércia do Poder Legislativo no que diz respeito à construção de um aparato institucional do império brasileiro.

Comentário: A questão está errônea, de tal modo que, Pedro I era um personagem extremamente conflituoso, no qual apresentava atritos com a Assembleia e os periódicos brasileiros que divulgavam artigos que ficavam cada vez mais críticos à medida que o descontentamento com o monarca aumentava.



Gabarito: Errado

Com relação aos movimentos sociais ocorridos no Brasil imperial, julgue os itens subsecutivos.

14. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A Balaiada concentrou-se no Maranhão e foi protagonizada pelas elites dessa província.

Comentário: A questão está imprecisa, visto que a revolução foi protagonizada pelas classes mais baixas da sociedade, por conta de descontentamentos em relação às desigualdades sociais.

Gabarito: Errado

15. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A Cabanagem teve início em Belém do Pará e se espalhou por um vasto território que incluía regiões próximas da costa nordestina.

Comentário: A questão está correta, já que, a Cabanagem foi uma revolta que teve início no ano de 1835 e terminou no ano de 1840. Ela teve um carácter popular e social que pretendia aumentar a importância do território, e possivelmente diminuir as condições precárias da província.

Gabarito: Certo

16. (FUNDEP – Pref. de Uberlândia – Professor de História / 2019)

Em 1816 chegava um grupo de artistas franceses que aqui aportava com o objetivo de começar as artes a partir do zero. Fazendo pouco da produção artística já existente na colônia, tais artistas traziam na bagagem um modelo acadêmico e neoclássico – modelo que, entre outros, dera grandiosidade, passado e memória ao governo “plebeu” de Napoleão Bonaparte. [...]

SCHWACRZ, Lilia Moritz. Cultura. In: SCHWACRZ, Lilia Moritz (direção). História do Brasil Nação: 1808-2010. V. 1 Crise colonial e independência, 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 235.

Os artistas franceses que chegaram em 1816, alguns permanecendo por longos anos nas terras tropicais, vieram para o Brasil porque

A) a presença e permanência da Corte no Rio de Janeiro demandava artistas de formação acadêmica que pudessem lhe representar, pelas telas, esculturas, arquitetura, na perspectiva neoclássica francesa.

B) buscavam asilo político depois da queda de Napoleão, uma vez que sua arte foi realizada em favor do enaltecimento do imperador e do império, sendo, por isso, perseguidos pelas leis de segurança da monarquia restaurada.

C) a cidade passou, com o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, a atrair uma grande quantidade de pessoas ávidas por respirar ares mais intelectualizados, sendo potenciais consumidores da cultura das belas artes.



D) entre os artistas brasileiros não havia, até a chegada da Missão Francesa, artistas do estilo neoclássico, já que eles haviam estudado em escolas de estilo barroco, como a que formou Aleijadinho.

Comentários:

A Alternativa A) é correta, pois em 1816, durante a estada da família real portuguesa no Brasil, chega ao Rio de Janeiro um grupo de artistas franceses com a missão de ensinar artes plásticas na cidade que era, então, a capital do Reino unido de Portugal e Algarves. O grupo ficou conhecido como Missão artística francesa. O convite para a vinda do grupo teria partido de Antonio Araújo Azevedo, Conde da Barca, ministro de dom João 6º. Preocupado com o desenvolvimento cultural da colônia que havia se transformado em capital, o rei trouxe para cá material para montar a primeira gráfica brasileira, onde foram impressos diversos livros e um jornal chamado "A Gazeta do Rio de Janeiro". Já a missão tinha o objetivo de estabelecer o ensino oficial das artes plásticas no Brasil, e acabou influenciando o cenário artístico brasileiro, além de estabelecer um ensino acadêmico inexistente até então.

A Alternativa B) é incorreta, pois a missão foi organizada por Joaquim Lebreton e composta por um grupo de artistas plásticos. Dela faziam parte os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay, os escultores Auguste Marie Taunay, Marc e Zéphirin Ferrez e o arquiteto Grandjean de Montigny. Esse grupo organizou, em agosto de 1816, a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, transformada, em 1826, na Imperial Academia e Escola de Belas-Artes.

A Alternativa C) é incorreta, pois esse projeto tinha um perfil muito contrastante com o sistema de ensino e circulação de arte até então prevalente no Brasil. Havia uma significativa tradição artística local, como prova o rico legado de arte barroca que ainda sobrevive no país, mas seus métodos eram em tudo diversos. O aprendizado ainda seguia o modelo informal das corporações de ofícios medievais, o status de artista nem era reconhecido, antes eram considerados meros artesãos especializados, cuja inserção na sociedade era apenas marginal, e as temáticas privilegiadas por esses produtores eram basicamente religiosas, uma vez que praticamente não havia mercado algum para a arte profana, a nobreza radicada na terra parecia pouco inclinada para os assuntos artísticos, e tudo que se criava era encomendado pela Igreja Católica para a decoração dos templos e mosteiros. Diante desse quadro, o sistema brasileiro de arte da época não estava capacitado para a produção de uma arte palaciana como a que a corte desejava, e assim se explica a rápida encampação do projeto de Lebreton pela monarquia no exílio, considerando-o o marco inaugural da entrada no Brasil na "verdadeira" civilização.

A Alternativa D) é incorreta, pois, embora com o apoio real, a missão encontrou resistência entre os artistas nativos, ainda seguidores do Barroco, e ameaçava a posição dos mestres portugueses já estabelecidos. A verdade é que os franceses foram recebidos como importunos tanto por portugueses quanto por brasileiros. A rainha D. Maria I faleceu em 1816, e o projeto de modernização da capital avançava lentamente. O governo central tinha muitas outras preocupações a atender — o acompanhamento da instável situação na Europa, uma revolução em Pernambuco, as constantes demandas administrativas internas, o alto custo de manutenção da corte, uma recessão provocada pela drástica queda no preço internacional do açúcar e do algodão, uma grave seca no Nordeste que desestruturou a economia regional, e os conflitos de fronteira no



sul na Questão Cisplatina, subtraindo recursos e atenção do projeto cultural francês. O principal e um dos únicos incentivadores ativos do projeto, o Conde da Barca, faleceu no ano seguinte, o contrato dos artistas foi posto em discussão e o cônsul francês no Brasil, coronel Maler, não via com bons olhos a presença de bonapartistas, sendo mais tarde acusado por Taunay de ser o principal entrave ao bom desenvolvimento do projeto. A Missão teve um papel importante na atualização do Brasil em relação ao que ocorria na Europa na época, e foi a vanguarda em seu tempo e local. Embora o tenha exercitado de forma sistemática, não foi a primeira nem a única força responsável pela difusão do Neoclassicismo no país, já perceptível na obra de diversos artistas precursores atuando aqui desde fins do século XVIII, como Antonio Landi e Mestre Valentim na arquitetura, Manuel Dias de Oliveira na pintura e na música os últimos integrantes da Escola Mineira, como Lobo de Mesquita e João de Deus de Castro Lobo.

(ALENCAR. 2020)

Gabarito: A

17. (NUCEPE/UESPI – Prof. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Em 1808, como consequência da invasão francesa a Portugal, chega a família real ao Brasil. D. João, o príncipe regente, sua mãe, D. Maria, e ainda fidalgos, oficiais, clérigos, açafatas, que os acompanham nessa desdita que marca o fim do período colonial. A capital do vice-reino terá de absorver todo esse “povo” e acomodar várias secretarias [...]. Como manter essa corte e a ampliação do aparelho burocrático com a penúria do tesouro real ?

(SCHNOOR, Eduardo. Os senhores dos caminhos: a elite na transição para o século XIX. IN : DEL PRIORE, Mary. Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p.163)

As soluções encontradas pela administração para o problema da escassez de recursos necessários à manutenção da corte no Brasil foram

- A) a liberação de vultosas somas de empréstimos em dinheiro, pela Inglaterra, ao Estado português e a intensificação do monopólio da metrópole sobre as atividades de produção e comércio praticados no Brasil.
- B) o incremento da infraestrutura portuária, adaptando-a ao oferecimento de melhores condições para a navegação de cabotagem, tendo em vista a ampliação da circulação de navios em decorrência da recente medida de abertura comercial.
- C) o acirramento da cobrança de impostos sobre a atividade mineradora e a implementação das “fazendas reais”, que, na prática, representaram uma estatização das fazendas de gado em regiões como o Piauí, após a expulsão dos jesuítas.
- D) o estímulo ao desenvolvimento da atividade industrial em território brasileiro, associado ao incentivo à vinda de imigrantes que pudessem compor, no mesmo território, um mercado consumidor capaz de sustentar a sanha tributária da corte.
- E) além das ações relativas à maior captação de impostos e permissão de livre comércio de bens coloniais não estancados, os administradores portugueses lançaram mão do pedido de auxílio às despesas do Estado, recompensados com a nobilitação dos doadores locais.



Comentários:

A alternativa A está incorreta, visto que houve uma diminuição do controle comercial praticado no Brasil, tendo em vista a liberação da instalação de manufaturas na colônia, que mais tarde elevaria a Reino Unido a Portugal e Algarves.

A alternativa B é incorreta, de tal modo que, não ocorreu uma abertura comercial, mas sim uma intensificação do seu controle pela metrópole.

A alternativa C está incorreta, sendo que, tal “solução” não ocorreu, visto que, a única escolha possível para os administradores portugueses era recorrer a empréstimos feitos pela Inglaterra.

A alternativa D também é incorreta, pois, o estímulo ao desenvolvimento industrial apenas se deu numa época posterior à do Brasil Imperial.

A alternativa E é a resposta correta, porque a Abertura dos Portos de fato somou-se a outras medidas: fim do exclusivo ou pacto colonial; revogação do Alvará de 1785 que proibia a instalação de manufaturas nas colônias portuguesas, o que possibilitou a criação dos primeiros núcleos manufatureiros na região; fundação do Banco do Brasil; criação do primeiro jornal de grande circulação, a Gazeta do Rio de Janeiro; criação da Biblioteca Real Portuguesa no Brasil, com milhares de livros trazidos de Portugal e, ainda em 1810, a assinatura de outro Tratado econômico denominado de Tratado de Cooperação e Amizade, ampliando a possibilidade de o Brasil estabelecer relações comerciais com outras nações do mundo. Apesar desta ampliação, foi a Inglaterra que saiu mais uma vez na vantagem por consequência das tarifas alfandegárias especiais.

Gabarito: E

18. (NUCEPE/UESPI – Prof. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

A série de reformas liberais implementadas pela Regência, visando enfraquecer antigos pilares do Primeiro Reinado, teve justamente como um de seus principais focos o aparelho repressivo. Uma das primeiras medidas nesse sentido foi a criação, em 18 de agosto de 1831, da Guarda Nacional.

(BASILE, Marcelo Otavio. O império brasileiro: panorama político. IN: LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.225)

A Guarda Nacional, no contexto de debates e disputas políticas do Império brasileiro, cumpriu uma função

A) centralizadora, em decorrência de sua subordinação ao alto comando do exército brasileiro e à sua natureza de milícia cidadã.

B) descentralizadora e resultante das desconfianças dos liberais, opositores de D. Pedro I, em relação ao exército.

C) de substituir o exército brasileiro, temporariamente extinto entre 1830 e 1841, mas isso não significou grandes alterações no centralismo político do Império.

D) de existência paralela ao exército, tendo sido seu decreto de criação, em 1831, apenas o reconhecimento expresso de suas funções.



E) de milícia cidadã, baseada em instituição similar norte-americana, também fundada em 1831.

Comentários:

A alternativa A é incorreta, porque, a Guarda Nacional teve uma função descentralizadora e não centralizadora.

A alternativa B está correta, de tal modo que, a Guarda Nacional foi criada num contexto após a abdicação de D. Pedro I, onde ocorriam diversos choques entre nacionais e lusos e havia receio na sociedade de que os militares tomassem alguma atitude restauradora, posicionando-se pela volta de D. Pedro I. O exército tinha sua base formada basicamente de negros, mulatos, homens pobres, na maioria dos casos sem nenhuma qualificação profissional, pouco considerados socialmente. Já os altos postos de comando eram ocupados por estrangeiros, provocando uma falta de confiança do governo na fidelidade do exército, considerado uma ameaça em potencial ao liberalismo da nova ordem instaurada com a Regência.

A alternativa C é incorreta, pois, a Guarda Nacional não substituiu o exército brasileiro. Além disso, o exército não foi temporariamente extinto nesse período.

A alternativa D também está incorreta, sendo que, o exército brasileiro foi estabelecido em 1822 e não tinham as mesmas funções.

A alternativa E é incorreta, visto que, apesar de a Guarda Nacional ter inicialmente um carácter popular, ela não poderia se caracterizar como milícia cidadã pois não sustém os elementos caracterizadores de tal instituição.

(RIBEIRO, 2001)

Gabarito: B

19. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019)

“O fato da separação do Reino, em 1822, não teria importância na evolução da colônia para Império. Já era fato consumado desde 1808 com a vinda da corte e abertura dos portos e por motivos alheios a vontade da colônia ou da metrópole.”

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005.

Autora citada cunhou o conceito de “interiorização da metrópole” que, segundo Neves (IN: Grinberg e Salles, 2009), pode ser definido como:

A) A transferência da corte para o Rio de Janeiro, sem nenhum aparato administrativo, que foi a peça chave para o definitivo e cabal processo de emancipação política encabeçado por Dom Pedro, em 1822. A transferência da corte para o Rio de Janeiro, sem um aparato administrativo, que foi a peça-chave para o definitivo e cabal processo de emancipação política encabeçado por D. Pedro, em 1822.

B) O estabelecimento, a partir de 1808, da monarquia e de instituições-chave para o governo do Império português no Rio de Janeiro, além da criação e consolidação de interesses de súditos americanos.



C) A operação do aparato administrativo português, em decorrência das invasões napoleônicas, entre 1807 e 1808, precisou ser transferida para as periferias de Lisboa afim de manter o governo do Império operante.

D) O descontentamento das elites metropolitanas, explicitado pela revolução do porto em 1820, provocou um processo que daria assim à fuga das elites e da administração do governo para o interior do reino.

Comentários:

A Alternativa A) é incorreta, pois de fato, é possível dizer que o processo brasileiro de emancipação política já fora desencadeado em 1808, com a vinda da Corte real, e não com a consumação formal de separação política de Portugal em 1822. Em suma: os acontecimentos europeus, a pressão inglesa e a vinda da Corte tornaram possível –mas não enquanto causa adequada única –a transformação do Brasil de colônia para sua própria metrópole, não a partir de movimentos de liberação nacionalista ou burguês nos moldes europeus, mas para a continuidade da estrutura política, administrativa, econômica e social que vingara no decorrer de três séculos de existência da sociedade colonial.

A Alternativa B) é correta, pois com a vinda da corte em 1808 o Estado português se enraíza no Centro-Sul e dá início à interiorização da metrópole, processo este que só se consolidaria com a centralização política posterior (segunda metade do século). O Rio de Janeiro se tornara o epicentro de uma metrópole interiorizada, lançando os fundamentos do novo Império português da nova Corte, chamando a si o controle do restante do território, ainda em grande medida submetido a um tratamento colonial. A compreensão do nosso “processo moderado” de emancipação política –e da relativa continuidade das instituições na transição da Colônia para o Império –, explica a autora, virá à tona com estudos mais aprofundados dos mecanismos inerentes às classes dominantes no Brasil. A própria estrutura social, dividindo a minoria privilegiada do restante da população, servia para polarizar as forças políticas e manter unidos os interesses das classes nomeadas, sobretudo pelo “haitianismo” e sentimento de insegurança social frente a possíveis insurreições²; são traços típicos da mentalidade da época e foram catalisadores na ideologia conservadora e contrarrevolucionária.

A Alternativa C) é incorreta, pois para Maria Odila Dias, é na interdependência de interesses (rurais dos grandes proprietários, administrativos da nova Corte e dos burocratas, comerciais da classe mercantil do litoral) que podemos tecer um quadro claro dos mecanismos de defesa e coesão do elitismo da sociedade do Brasil no período de transição ao Império.

A Alternativa D) é incorreta, pois a Revolução do Porto (1820), ocorrida na cidade do Porto, segunda maior cidade portuguesa, se caracterizou por intensas disputas políticas envolvendo interesses divergentes entre Portugal e Brasil. Pode-se dizer que sua gênese esteve na chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, pois tal fenômeno concorreu, em certo sentido, para uma inversão e mesmo certa equiparação da lógica administrativa entre Metrópole (Lisboa) e suas colônias na África (Algarves) e América (Brasil). Críticos da época afirmavam que a instalação da administração do império português na cidade do Rio de Janeiro teria sido prejudicial à Portugal. De fato, a transferência da máquina administrativa burocrática de Portugal para o Brasil iniciou um fenômeno administrativo no qual a própria metrópole passou a ser conduzida a partir de sua



colônia. Somaram-se uma série de outras decisões tomadas pelo então Príncipe-Regente Dom João VI que concorreram para a exaltação dos ânimos de grandes parcelas das sociedades portuguesa e brasileira.

(AGUIAR, 2015; FERNANDES, 2020)

Gabarito: B

20. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019)

Ao concluir a aula sobre a Revolta dos Malês (1835), o professor exibe duas imagens para os estudantes da turma:

Imagem 1: amuleto com orações em árabe

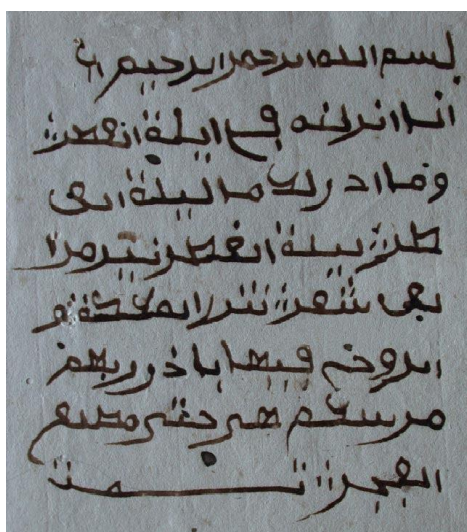
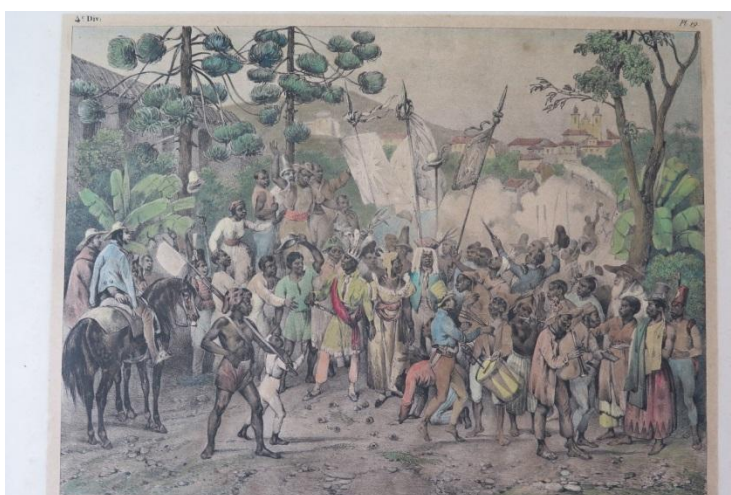


Imagem 2: Festa de Nossa Senhora do Rosário, Rugendas



REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Após fazer a análise das imagens e do conteúdo lecionado, o professor pede aos educandos que escrevam em seus cadernos características da Revolta dos Malês. Dentre essas características, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) foi uma revolta escrava cujo sentido deve ser buscado na articulação entre conflitos de classe, étnicos e religiosos.
- B) foram as experiências comuns, tais como o próprio cativeiro, a vida nas ruas ou a segregação racial, a peça chave da construção da identidade entre os revoltosos.
- C) os integrantes dessa revolta pertenciam todos à população mulçumana escravizada e contrabandeada para a Bahia de Todos os Santos.
- D) o dia escolhido para a revolta conciliava o dia de Nossa Senhora da Guia, levando a população e a polícia para distante do Bonfim, e o final do Ramadã e dos jejuns.

Comentários:

A Alternativa A) não é a resposta correta, pois a revolta contou com a participação de 600 africanos escravizados, e os líderes dela combinaram para que ela acontecesse no final do Ramadã, mês sagrado para os muçulmanos. A revolta ficou marcada exatamente para o dia de Lailat al-Qadr, a festa da Noite da Glória — momento em que o Corão foi revelado para Muhammad (Maomé), o profeta do islamismo. Os participantes da Revolta dos Malês eram todos africanos, e existem evidências que apontam que, se vitoriosos, os rebeldes pretendiam voltar-se contra toda a população nascida no Brasil. Os envolvidos também eram majoritariamente escravos urbanos, e pouquíssimos escravos da lavoura participaram dessa revolta. Os poucos escravos da lavoura que participaram eram do Recôncavo Baiano (arredores de Salvador).

A Alternativa B) não é a resposta correta, pois o envolvimento dos muçulmanos foi algo marcante nesse acontecimento e evidenciou o papel da religião na luta por transformação social. A importância dos muçulmanos foi tão grande que influenciou na forma como essa revolta foi chamada. A palavra malês é oriunda de imalê, expressão que no idioma Iorubá significa muçulmano. Foi nesse cenário que se deu a maior revolta de escravos do Brasil. Os participantes da Revolta dos Malês foram na sua maioria nagôs, mas sabe-se também que o levante contou com a participação de africanos haussás e tapas (conhecidos também como nupes). A maioria dos envolvidos era muçulmana, mas muitos também eram adeptos de religiões de matriz africana. A escravidão foi uma instituição que existiu no Brasil durante mais de 300 anos, e indígenas, africanos e seus descendentes foram escravizados ao longo desse período. A história da escravidão é também a história das fugas, das lutas, isto é, da resistência em geral daqueles que foram escravizados.

A Alternativa C) é a resposta certa, pois a Bahia do começo do século XIX ficou marcada por um grande número de revoltas de escravos. A Bahia também foi um dos estados que mais recebeu africanos escravizados pelo tráfico negreiro. Desses, os dois principais grupos eram os nagôs (iorubás) e os haussás. A quantidade de revoltas de escravos está diretamente relacionada com o alto número de escravos naquela província. A grande presença de nagôs e haussás também contribui para isso, pois eram povos que tinham histórico recente de envolvimento com guerras. Assim, a Bahia da primeira metade do século XIX abrigou trinta revoltas de escravos, sendo que



metade dessas aconteceu na década de 1820. Uma das primeiras agitações desse período foi a Revolta de 1807. Inúmeras revoltas aconteceram nos anos seguintes, mas a história da resistência e das revoltas escravas ficou marcada pela Revolta do Malês, que aconteceu em Salvador, em 1835, e mobilizou 600 escravos em busca de sua liberdade. O temor causado por essa insurreição ficou gravado no imaginário dos senhores que temiam que uma nova ação desse tipo acontecesse no Brasil.

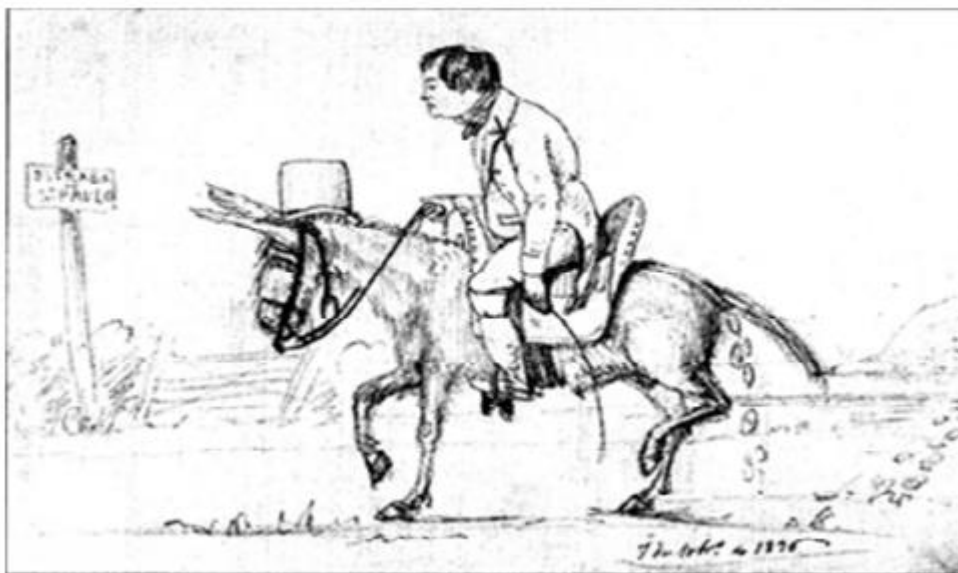
A Alternativa D) não é a resposta correta, pois a Revolta do Malês aconteceu em Salvador e passou-se na madrugada do dia 25 de janeiro de 1835. Naquela época, essa capital era uma das principais cidades escravistas do Brasil e possuía apenas 22% de sua população formada por brancos livres. Os escravos africanos (e seus descendentes) eram 40% da população total da cidade que, na época, era de 65 mil habitantes. A revolta contou com a participação de 600 africanos escravizados, e os líderes dela combinaram para que ela acontecesse no final do Ramadã, mês sagrado para os muçulmanos. A revolta ficou marcada exatamente para o dia de Lailat al-Qadr, a festa da Noite da Glória — momento em que o Corão foi revelado para Muhammad (Maomé), o profeta do islamismo. Os participantes da Revolta dos Malês eram todos africanos, e existem evidências que apontam que, se vitoriosos, os rebeldes pretendiam voltar-se contra toda a população nascida no Brasil. Os envolvidos também eram majoritariamente escravos urbanos, e pouquíssimos escravos da lavoura participaram dessa revolta. Os poucos escravos da lavoura que participaram eram do Recôncavo Baiano (arredores de Salvador).

(NEVES, 2020).

Gabarito: C

21. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019)

Observe as duas imagens:



“O padre Feijó abandona a Regência e deixa um rastro. Antes de ser eleito o primeiro regente uno, em 1835, Diego Feijó foi ministro da Justiça.





“As disputas políticas e o clima de confronto durante as Regências eram temas frequentes nas sátiras das caricaturas.”

MOREL, Março. O período das Regências (1831-1840). Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Caderno de ilustrações.

Ao preparar uma aula sobre o Período Regencial (1831-1840) utilizando as ilustrações acima, o professor deve levar em consideração que:

- A) os partidos monárquico e o republicano foram os principais grupos a disputarem os postos do poder após a abdicação de Dom Pedro I.
- B) as Regências apresentam-se como resultante das forças políticas e sociais que combateram os excessos de autoridade do Primeiro Reinado.
- C) trata-se de um período marcado pela experimentação de um novo modelo liberal, forjado pelo escravismo e pelas revoltas socialistas.
- D) as elites regionais passaram a reclamar da participação política, chegando ao limite de propor emancipação política e igualdade social.

Comentários:

A Alternativa A) é incorreta, pois o Período Regencial ficou marcado pela intensa movimentação política que acontecia no país. O debate político nesse período foi bastante acalorado e girava em torno de três grupos políticos, que gradativamente se transformaram nos dois partidos políticos do Segundo Reinado. No caso do Período Regencial, os principais grupos políticos eram:

- Liberais moderados: em geral, eram monarquistas que defendiam a limitação do poder do imperador. Defendiam uma monarquia constitucional no país e tinham no padre Feijó o seu maior representante.
- Liberais exaltados: eram defensores abertos do federalismo, isto é, de ampliar a autonomia das províncias brasileiras. Alguns dos exaltados eram defensores da república, e o nome mais influente desse grupo foi Cipriano Barata.
- Restauradores: eram defensores do retorno de D. Pedro I ao trono brasileiro e tinham nos irmãos Andrada (José Bonifácio era um deles) seus maiores expoentes.

A Alternativa B) é correta, pois o Período Regencial resultou diretamente da maneira como terminou o Primeiro Reinado (época em que o Brasil foi governado por D. Pedro I). O Primeiro Reinado ficou marcado pelo autoritarismo do imperador e pelos crescentes confrontos entre brasileiros e portugueses. As tensões e as pressões existentes fizeram o imperador abdicar do trono brasileiro em abril de 1831. Quando D. Pedro I abdicou do trono, o sucessor naturalmente era seu filho, Pedro de Alcântara. Todavia, o príncipe do Brasil possuía apenas cinco anos e, por lei, não poderia ser coroado imperador do Brasil até que completasse a maioridade, que só seria alcançada quando obtivesse 18 anos.

A Alternativa C) é incorreta, pois com as mudanças estipuladas pelo Ato Adicional, esboçava-se no Brasil um modelo que concedia às províncias um grau considerável de autonomia. Além disso, a eleição de um regente para governar todo o país aproximava o Brasil de um cenário republicano. Por isso, muitos historiadores afirmam que o Período Regencial foi uma experiência republicana no meio de dois reinados. A grande marca do Período Regencial foram as revoltas provinciais, que aconteceram em diversos locais do país. Essas revoltas envolviam insatisfações políticas com os rumos que o país tomava, além das disputas políticas locais, insatisfação popular com a pobreza e a desigualdade etc.

A Alternativa D) é incorreta, pois o fim do Período Regencial foi resultado da disputa política entre liberais e conservadores. Os liberais insatisfeitos com a regência de Araújo Lima, um conservador, reagiram defendendo a antecipação da maioridade do príncipe do Brasil, Pedro de Alcântara. Os liberais conseguiram conquistar o apoio da maioria dos deputados e senadores e realizar o Golpe da Maioridade em 1840. Com esse golpe, Pedro de Alcântara teve a sua maioridade antecipada e tornou-se imperador do Brasil com 14 anos de idade. Esse ato iniciou o Segundo Reinado e deixou os liberais satisfeitos porque foi retirado o poder das mãos dos conservadores. Os liberais também esperavam que a coroação do imperador colocasse fim à série de revoltas provinciais que aconteciam no país. Ao longo do Período Regencial, as principais revoltas que aconteceram foram:

- Cabanagem: rebelião que aconteceu no Grão-Pará entre 1835 e 1840 em razão da insatisfação popular com a pobreza e a desigualdade e por disputas políticas locais.
- Balaiada: rebelião que aconteceu no Maranhão entre 1838 e 1841 e foi resultado de disputas políticas locais.
- Sabinada: foi uma rebelião de caráter separatista que desejava implantar uma república na Bahia. Aconteceu entre 1837 e 1840.
- Revolta dos Malês: foi uma rebelião de escravos que aconteceu em Salvador em 1835.



- Revolta dos Farrapos: foi uma revolta motivada por insatisfações da elite local com o governo por questões políticas e econômicas. Estendeu-se de 1835 a 1845.

(NEVES, 2020)

Gabarito: B

22. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2016)

Observe a imagem a seguir.



A tela Iracema (1881), de José Maria de Medeiros, é um símbolo:

- A) do isolamento da monarquia, representada pela indígena melancólica e solitária, no contexto de crise do império.
- B) da vitória do Brasil na guerra do Paraguai, retratada pela flecha enterrada na areia, ressaltando o papel dos povos indígenas nas batalhas.
- C) do apogeu do império, no seu momento de maior prosperidade econômica e força política, representadas pela louvação aos primeiros colonizadores portugueses.
- D) do movimento romântico indigenista, que se apropriou da imagem do herói nativo para resgatar as origens brasileiras e fomentar o nacionalismo.
- E) da retomada da importância econômica que a exploração do pau-brasil, realizada com a ajuda dos povos nativos, teve no início do período colonial.

Comentários

O quadro de 1881, cujo título “Iracema” faz referência ao romance **indianista** homônimo escrito por José de Alencar, em 1865, no qual a índia Iracema se apaixona pelo português Martim, cujo fruto de seu relacionamento, Moacir, é considerado, na obra, o primeiro brasileiro.

A tela, bem como a obra de Alencar, são exemplos claros do Romantismo brasileiro, no qual o indivíduo retratado se refere a uma figura essencialmente brasileira (o índio), o qual representa a **nação brasileira** e que deve, dessa forma, resgatar as origens e os ideais nacionalistas.

Assim, **Iracema** representa a coragem, honestidade, a beleza e a pureza do Brasil, romantizada e construída de acordo com um estado de exaltação do herói nativo.

Gabarito: D

23. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2014)

“Um boato corre, há dias, pela cidade que tem enchido a uns de pavor, e a outros de indignação, em cujo último número me coloco”, desabafou o médico Joaquim Cândido Soares de Meirelles (1797-1868), diante do clima de pânico instaurado no Rio de Janeiro em 1831. Rumores crescentes garantiam estar em andamento, na capital do Império, uma trama conspiratória inspirada na Revolução do Haiti (1791-1825).

(Iuri Lapa, **O Haiti é aqui?** Revista de História da Biblioteca Nacional, 03.03.2010).

O clima instaurado na ocasião tinha origem

A) na propaganda abolicionista promovida pelos revolucionários haitianos e pela população do norte dos EUA, mais afeita ao trabalho livre, à pequena propriedade e à policultura, e defensora da libertação dos escravos em todo o continente americano.

B) na defesa da revolução realizada pelos herdeiros políticos da Revolução Francesa, que defendiam que o governo francês exportasse a radicalidade revolucionária para o outro lado do Atlântico, ameaçando a existência institucional do Império no Brasil.

C) na aproximação política entre os líderes republicanos da independência de alguns países da América Latina, como Bolívar (Venezuela), San Martín (Argentina) e Toussaint- -Louverture (Haiti), que queriam transformar o Brasil em uma República.

D) no fantasma que assombrou por décadas os senhores escravistas do Brasil, receosos de que se repetisse aqui o movimento haitiano, no qual convergiram abolição da escravidão e proclamação da independência, incluindo o massacre de brancos.

E) no sentimento anticomunista existente no Brasil desde o início do século XIX, quando a elite escravista assistiu assustada à tomada do poder no Haiti por revolucionários socialistas, inspirados nas ideias do socialismo utópico de Saint-Simon.

Comentários

A questão apresenta, como pano de fundo, a **Revolução Haitiana** (1791), liderada pelo negro **Toussaint L'Ouverture**, na qual os escravos da colônia de São Domingos (atual Haiti) se rebelaram contra os colonizadores franceses.

Sob os ideais **iluministas** e **republicanos** da Revolução Francesa (1789), este levante declarou independência em relação à França e proclamou o fim da sua escravidão no ano de 1793.

Por ter sido a primeira **revolta de escravos** que obteve êxito, tendo abolido a escravidão na região, a revolta do Haiti representou uma ameaça aos senhores de escravos de outras colônias na América, inclusive no Brasil, os quais temiam que uma nova insurreição libertasse os escravos e matasse os colonizadores.



Gabarito: D

24. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2012)

O dia 21 de abril, data do enforcamento de Tiradentes, tornou-se feriado logo após a proclamação da República. Durante o Império, no entanto, a lembrança do episódio da Conjuração Mineira era incômoda, pois:

- A) os inconfidentes tinham demonstrado clara oposição à forma monárquica de governo.
- B) a revolta nas Minas Gerais se declarou muitas vezes contrária à independência.
- C) a escravidão, mantida no Império, foi questionada pelos inconfidentes, que defendiam a abolição.
- D) a elite imperial se identificava com o Iluminismo, negado pelos revoltosos de 1789.
- E) os dois imperadores do Brasil eram contrários aos impostos defendidos pelos inconfidentes.

Comentários

A Inconfidência Mineira ocorreu no ano de 1789 e foi uma Revolta de caráter **separatista** em relação à Metrópole Portuguesa. Defendia, dentre outros fatores, a adoção de um regime **republicano** como forma de governo, em detrimento ao regime monárquico. Seus líderes eram letrados e tinham predileção pelos ideais franceses da Revolução e do Iluminismo, ambos do século XVIII.

Dentre tais líderes, temos o alferes **Tiradentes**, um dos poucos que advinha de uma parcela mais baixa da sociedade e o único a ser condenado à morte, sob a pena de **esquartejamento**. Tal punição, severamente aplicada, representava uma forma de coerção social, a fim de se evitar que novas insurgências ganhassem corpo.

Gabarito: A

25. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2010)

Após a Independência, o processo de formação do Estado Nacional no Brasil foi marcado:

- A) pela ruptura das relações econômicas de dependência frente aos países europeus.
- B) pela abolição do trabalho escravo e de todas as formas de sujeição dos seres humanos.
- C) pelas atitudes recolonizadoras e militares do Estado e do governo português.
- D) pelas lutas em prol da integração das diferentes regiões do país ao poder central.
- E) pela queda da dinastia portuguesa e pela instituição do regime republicano.

Comentários

A questão faz referência ao processo de formação do Estado Nacional Brasileiro, resultado do pós-Independência em relação a Portugal, em 1822. É importante considerar que tal período foi



marcado por uma busca pela **integração** das regiões do país ao Poder Central, até então fragmentado em decorrência de uma série de revoltas de caráter emancipacionista, sobretudo na segunda metade do século XVIII.

Como principais exemplos dessas lutas pela independência, podemos citar os casos da Inconfidência Mineira, em 1789, da Conjuração Baiana, de 1798 e, finalmente, em 1817, com a Revolução Pernambucana, fruto da elevada cobrança de impostos advindos com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808.

Diante deste cenário, buscou-se reestruturar o Estado Nacional do Brasil com base em um processo de centralização do poder, procurando reorganizar o país em meio às instabilidades geradas no período anterior à independência.

É preciso destacar, também, a respeito das demais alternativas, que a instituição do regime republicano se deu apenas em 1889; as relações econômicas frente a outros países europeus, sobretudo a Inglaterra, não foram rompidas; o trabalho escravo somente foi abolido no ano de 1888, com a assinatura da **Lei Áurea**; enfim, o Estado Português não tentou recolonizar o país, mas manter certo controle a partir do reinado de Dom Pedro I, o qual perdurou entre os anos de 1822 e 1831.

Gabarito: D

26. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE)

A respeito do processo de Independência do Brasil, pode-se afirmar corretamente que:

- A) a partir da Revolução Liberal do Porto, ocorrida em 1820, iniciou-se, em Portugal, uma campanha política pelo retorno do Rei àquele país e pela independência dos reinos unidos do Brasil e do Algarves.
- B) a regência do príncipe D. Pedro, e seu reinado como Pedro I, são marcados pela manutenção da hegemonia dos latifundiários e pelo esvaziamento do ideal republicano e do federalismo.
- C) a participação de José Bonifácio de Andrada e Silva restringe-se ao movimento de independência, pois, sendo republicano, defendia a instauração imediata da República no Brasil, em oposição à D. Pedro.
- D) o processo de independência somente logrou êxito em função do apoio popular a D. Pedro, em oposição aos latifundiários que davam suporte às propostas recolonizadoras feitas pelas Cortes Constituintes de Portugal.

Comentários

A alternativa A é incorreta, pois a Revolução Liberal do Porto, de 1820, de fato queria o retorno do Rei, mas não a independência dos reinos unidos do Brasil e Algarves, pelo contrário, uma vez que os lusitanos queriam a restauração do Pacto Colonial, que havia sido quebrado com a Abertura dos Portos em 1808.

A alternativa B é a resposta certa. A influência política dos grandes proprietários de terra no Brasil é marcante em nossa história, de modo que durante o nascimento da Nação independente D.



Pedro I se viu às voltas dos latifundiários, em necessidade de conservar estruturas de exclusão, como a monocultura e a escravidão, principalmente para manter a unificação do país e afastar as ideias de República e de federalismo, que ecoavam das nações vizinhas.

A alternativa C é falsa, pois José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca da Independência, não era um republicano, mas sim um monarquista convicto. Sobre sua atuação, José Bonifácio foi eleito chefe do governo de São Paulo, a primeira província a reconhecer Dom Pedro como o príncipe-regente do Brasil.

A alternativa D também é falsa, pois a elite brasileira estava revoltada com a Corte portuguesa por causa do aumento das taxas alfandegárias sobre as mercadorias importadas da Inglaterra. Isso propiciou a D. Pedro I o apoio das elites brasileiras.

(SILVA, 2010; PORTAL SÃO FRANCISCO, 2019).

Gabarito: B

27. (MPE-GO - 2018 - MPE-GO - Secretário Auxiliar)

Acerca do processo de independência do Brasil, é correto afirmar:

A) a independência do Brasil é um processo que se estende de 1821 a 1850 e fora marcado por não haver oposição alguma do Reino de Portugal;

B) oficialmente, a data comemorada para independência do Brasil é a de 07 de setembro de 1822 em que ocorreu o chamado "grito do Ipiranga", ato de proclamação feita por D. Pedro II, às margens do riacho Ipiranga (atual cidade de São Paulo);

C) entre as causas que fizeram eclodir o processo de independência do Brasil estão: vontade de grande parte da elite política brasileira em conquistar a autonomia política; desgaste do sistema de controle econômico com restrições e altos impostos, exercido pela Coroa Portuguesa no Brasil e tentativa da Coroa Portuguesa em recolonizar o Brasil;

D) o chamado "dia do fico" foi um ato posterior à independência do Brasil em que D. Pedro não acatou as determinações feitas pela Coroa Portuguesa que exigia seu retorno para Portugal. Em 09 de janeiro de 1822, D. Pedro negou o chamado e afirmou que ficaria no Brasil;

E) após a independência do Brasil, D. Pedro I foi coroado imperador do Brasil em dezembro de 1821, bem como não houve registros de manifestações de portugueses contrárias à independência do Brasil.

Comentários

A alternativa A é falsa, uma vez que a Independência do Brasil ocorreu em 1822, ano em que se inicia o reinado de D. Pedro I, que vai até 1831. Depois do primeiro reinado, houve o Período Regencial (1831-1840), que vai da abdicação do trono por D. Pedro I até o golpe da maioria de D. Pedro II. O segundo reinado vai de 1840 até 1889, quando os militares deram um golpe e instauraram a República no Brasil.

A alternativa B é incorreta, pois o famoso grito às margens do Ipiranga não foi dado por D. Pedro II, mas por seu pai, D. Pedro I, em 07 de setembro de 1822.



A alternativa C é a resposta certa, pois de fato a vontade de grande parte da elite política brasileira era conquistar a autonomia política, principalmente depois de alçar de Colônia à Reino Unido, com a vinda da família real para o Brasil em 1808. A cobrança de impostos ficou desgastante para a elite brasileira, de modo que o sistema de controle econômico com restrições e altos impostos virara um abuso exercido pela Coroa Portuguesa, pois o retorno não era direto para o Brasil e sim para Portugal. Além disso, uma das propostas da Revolução Liberal do Porto, de 1820, que fez o Rei D. João VI voltar para a metrópole e deixar D. Pedro aqui como regente, era rebaixar o Brasil de Reino Unido para Colônia, restaurando novamente o Pacto Colonial. Tudo isso motivou as elites brasileiras a apoiarem D. Pedro I no processo de Independência.

A alternativa D também é incorreta, pois o chamado “dia do fico” foi um ato anterior à Independência do Brasil, e não posterior. O “dia do fico” ficou marcado na história pela famosa frase: “como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico!”. Ao permanecer, o príncipe D. Pedro desobedece às ordens de Portugal, que tentava obrigá-lo a sair do Brasil.

A alternativa E também é incorreta, uma vez que a Independência do Brasil ocorreu simbolicamente em 07 de setembro de 1822 e D. Pedro I foi coroado Imperador do Brasil em 01 de dezembro de 1822.

Gabarito: C

28. (COMPERVE - 2017 - MPE-RN - Técnico do Ministério Público Estadual)

O ano de 2017 tem sido marcado por vários eventos comemorativos do 2º centenário da chamada “Revolução Pernambucana”, movimento que ocorreu no Nordeste em 1817. A capitania do Rio Grande do Norte aderiu a esse levante, que

- A) pretendia a proclamação da independência de capitanias do Nordeste, as quais formariam uma república.
- B) contou com decisiva adesão das classes populares, os quais buscavam realizar uma reforma agrária na região, pondo fim ao sistema latifundiário.
- C) planejava unificar Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, cujo governo ficaria nas mãos do Padre Miguelinho, notório defensor das ideias liberais.
- D) teve a participação de grande número de padres, os quais propuseram leis com vistas a diminuir a influência da maçonaria na nascente república.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa. De fato, a Revolução Pernambucana foi um movimento social de caráter emancipacionista ocorrido em Pernambuco no ano de 1817. É considerado um dos mais importantes movimentos de caráter revolucionário do período colonial brasileiro. Tinha como objetivo principal a conquista da Independência do Brasil em relação a Portugal. Queriam implantar um regime republicano no Brasil e elaborar uma Constituição.

A alternativa B é incorreta, pois a Revolução Pernambucana não buscava realizar uma reforma agrária na região, uma vez que os grandes latifundiários é que motivaram o movimento.



A alternativa C também é incorreta, apesar da Revolução Pernambucana ter se espalhado pelas capitanias vizinhas e alcançado a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará, seu objetivo era mais do que a unificação, pois visava a Independência, a implantação de uma República e uma Constituição.

A alternativa D também é incorreta, uma vez que o Seminário de Olinda era filiado a ideais iluministas, sendo por esse motivo que o levante ficaria conhecido como Revolução dos Padres.

(VAZ, 2013; BRASIL, 2019)

Gabarito: A

29. (IFB - 2017 - IFB - Professor - História)

Sobre o papel de escravos e libertos no processo de emancipação do Brasil em relação a Portugal, no início da década de 1820, é CORRETO afirmar que:

A) para os grupos dominantes do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, a Liberdade significava o direito de conservação da propriedade, noção que estabelecia uma relação de igualdade social entre todos os indivíduos do mundo luso-brasileiro de então.

B) no contexto da emancipação do Brasil em relação a Portugal, escravos e libertos também reivindicavam a liberdade jurídica, de ações e autonomia no espaço público.

C) por conta da grande parcela de analfabetos entre pretos e mestiços, escravos e libertos não discutiam as notícias e projetos políticos que circulavam no Brasil no início da década de 1820.

D) os grandes proprietários não viam com apreensão o fato de escravos e libertos interpretarem a noção de Liberdade também como liberdade jurídica.

E) no início da década de 1820, a noção de Liberdade era interpretada de forma unívoca por todos os grupos sociais da América portuguesa.

Comentários

A alternativa A é falsa, uma vez que a noção de Liberdade, em ato, não se equiparava à noção de Igualdade, ou pelo menos não à noção de Igualdade para todos, de modo que a Igualdade era restrita aos brancos, especialmente à elite branca, que formava, portanto, um novo conceito de Liberdade para si.

A alternativa B é correta, pois os escravos e libertos participaram com igual intensidade da política do país e dos movimentos ocorridos. Fizeram uma leitura própria das ideias sobre a independência como autonomia, sobre a liberdade e sobre a libertação do jugo da reescravização, tentando colocá-las na prática em diferentes momentos. As insurreições da população negra foi uma ameaça constante para os senhores de escravos, de modo que as fugas, os ajuntamentos e tumultos foram uma realidade. Escravos e libertos também reivindicavam a liberdade como autonomia jurídica e de ações. O movimento da população negra constituía-se sempre em ameaça à liberdade porque espelhava uma outra leitura desta, ou, melhor dizendo, deste desejo de autonomia, que se traduzia em práticas sociais e políticas diferenciadas.

A alternativa C é incorreta, uma vez que nos documentos do Primeiro Reinado e dos primeiros



anos da Regência, a tropa e o povo aparecem atuando decisivamente em todos os episódios, pois a população pobre e desvalida estava sempre presente. Não como elemento figurante, mas conduzindo conjunta e efetivamente os fatos, gritando palavras de ordem em defesa de uns e de outros, verdadeiros motes que incitavam atitudes diferenciadas de acordo com as circunstâncias.

A alternativa D também é incorreta, uma vez que o fato de escravos e libertos interpretarem a noção de Liberdade também como liberdade jurídica tronou-se um temor entre os grandes proprietários, que trataram de agir para que isso não fosse estabelecido.

A alternativa E também é incorreta, pois os grupos sociais eram muito bem definidos, especialmente pela cor da pele, de modo que até mesmo a noção jurídica de Liberdade era aplicada de forma diferente, não resumindo apenas em livre e escravo, havendo, por exemplo, o ex-escravo ou o forro, que permanecia em um estatuto menor do que o livre.

(RIBEIRO, 2002).

Gabarito: B

30. (IFB - 2017 - IFB - Professor - História)

“A principal característica política da independência brasileira foi a negociação entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra, tendo como figura mediadora o príncipe D. Pedro”

(CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 26).

Leia as afirmativas com relação ao processo de emancipação política do Brasil.

- I. As tentativas das Cortes lusitanas em recolonizar o Brasil uniram os luso-americanos em torno da ideia de perpetuar os laços políticos que uniam, entre si, os lados europeu e americano do Império Português.
- II. A escolha da monarquia em vez da república, como alternativa política para o Brasil independente, derivou da convicção da elite brasileira de que só um monarca poderia manter a ordem social e a união territorial.
- III. Desde o retorno do Rei D. João VI para Portugal, em 1821, a elite brasileira percebeu a necessidade de uma solução política que implicasse a separação entre Brasil e Portugal.
- IV. O papel dos escravos e livres pobres foi decisivo para a transição do Brasil de colônia para emancipado politicamente.
- V. A independência do Brasil trouxe grandes limitações dos direitos civis, uma vez que manteve a escravidão.

Assinale a alternativa que apresenta somente as afirmativas CORRETAS.

- A) I, V
- B) II, IV



- C) II, V
- D) I, IV
- E) III, IV

Comentários

A alternativa C é a resposta certa, uma vez que apenas as proposições II e V são verdadeiras.

A proposição I é incorreta, uma vez que o processo de Independência envolveu guerras, iniciada ainda com a expulsão dos exércitos portugueses de Pernambuco em 1821, envolvendo o Exército Brasileiro, formado a partir da contratação de mercenários, do alistamento de civis e mesmo de tropas coloniais portuguesas, contra aqueles que permaneceram fiéis ao Reino de Portugal em algumas partes do país. Depois de três anos de conflito armado, Portugal finalmente reconheceu a independência do Brasil, e em 29 de agosto de 1825 foi assinado o Tratado de Amizade e Aliança firmado entre Brasil e Portugal. Em troca, o Brasil se comprometeu a pagar ao Reino de Portugal uma indenização substancial e assinar um tratado de comércio com o Reino Unido, para indenizá-lo por sua mediação.

A proposição II é verdadeira, de modo que nossa Independência resultou mais de um acordo entre as elites dominantes, que estavam interessadas em manter a mesma estrutura colonial e agrária do Brasil. A maioria esmagadora da população, que vivia no campo, viu indiferente o poder mudar de mão e sua situação de penúria continuar exatamente a mesma. A escolha do Império foi uma opção pela manutenção do poder vigente e a consolidação do sistema que era vigente.

A proposição III também é incorreta, pois mesmo antes da vinda da família real para o Brasil, em 1808, já havia movimentos que viam a necessidade de uma solução política que implicasse a separação entre Brasil e Portugal, como podemos citar a Inconfidência Mineira, em 1789, ou a Conjuração Baiana, em 1798.

A alternativa IV também é incorreta, uma vez que o processo de Independência foi organizado essencialmente pela elite brasileira, de modo que escravos e livres pobres foram apenas expectadores da transição do Brasil de colônia para emancipado politicamente.

A alternativa V é verdadeira, pois o processo de emancipação seria resultado mais de negociações entre as elites políticas do que propriamente de tensões sociais ou revoltas, de modo que na Independência do Brasil as elites resolveram manter o trinômio que sustentou a colonização, a saber: escravidão, monocultura e latifúndio, mantendo as limitações dos direitos civis.

(VAZ, 2013).

Gabarito: C

31. (IADES - 2017 - Fundação Hemocentro de Brasília - DF - Comunicação Social - Jornalismo)

A respeito da história da imprensa no Brasil, alternativa correta.

A) Até a proclamação da República, apenas os jornais Gazeta do Rio de Janeiro e as revistas impressas pela Imprensa Régia tinham licença para circular no País.



- B) No Brasil colonial, após sucessivas iniciativas terem sido sufocadas pela coroa portuguesa, a imprensa foi oficialmente instalada no País em 1808, mediante o Ato Real de D. João VI.
- C) Nos primeiros 15 anos após 1822, com a independência do Brasil, passou a existir no País a censura prévia, destinada a fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes.
- D) O período que antecedeu a abolição da escravidão foi marcado pelo retrocesso da imprensa brasileira, causado principalmente por jovens de famílias abastadas que voltavam do sul dos Estados Unidos, influenciados pela ideologia escravocrata.
- E) O jornal Província de São Paulo, que mais tarde passou a chamar-se Folha de S. Paulo, nasceu em 1875.

Comentários

A alternativa A é incorreta, ao passo que a Imprensa Régia era, na verdade, o órgão de impressão dos jornais oficiais que circulavam, desde a sua instalação em 1808, onde foi impressa a Gazeta do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro não possuía nenhuma outra tipografia até 1821.

A alternativa B está correta, uma vez que a Imprensa Régia foi criada em 13 de maio de 1808, dia do aniversário do príncipe regente D. João VI (1767-1826). Nela foi editado o primeiro jornal da colônia americana: a Gazeta do Rio de Janeiro. O periódico possibilitou a circulação de notícias, embora restritas, por ser um veículo usado para expandir a imagem que convinha à Casa de Bragança.

A alternativa C é falsa, uma vez que a censura prévia é extinta em 28 de agosto de 1821, decorrente de deliberação das Cortes Constitucionais de Lisboa em defesa das liberdades públicas.

A alternativa D também é falsa, pois o período que antecedeu a abolição da escravidão a imprensa brasileira proporcionou uma série de debates referente a extinção ou não dos escravos. Todas estas discussões atingiam o maior veículo de comunicação da época, os jornais, que passavam a ter papel fundamental em toda a sociedade, não apenas para a informação, mas como instrumento que auxiliava na construção do pensamento da sociedade.

A alternativa E é incorreta, pois o jornal A Província de São Paulo, mais tarde passou a chamar-se, na verdade, O Estado de S. Paulo, e de fato nasceu em 1875. Seus fundadores foram um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão.

(ZALUSKI, 2011; ACERVO, 2019).

Gabarito: B

32. (CESGRANRIO - 2010 - IBGE - Analista de Planejamento - Historia)

Defendi para a Inglaterra o direito de estabelecer com o Brasil relações de soberano e de vassalo, e de exigir obediência a ser paga como o preço de proteção.

LordStrangford, 1807. Apud FREITAS, Caio de. George Canning e o Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1958, v.1, p. 94.



A declaração de LordStrangford, por ocasião da partida da família real portuguesa em direção ao Brasil, em finais de 1807, representou, na prática, o estabelecimento de um conjunto de ações, dentre as quais se identifica a(o)

- A) restrição ao tráfico intercontinental de escravos, culminando com a proibição integral e efetiva do mesmo em 1830.
- B) garantia de direitos de cidadania plena por meio da naturalização para os súditos ingleses que viessem a residir no Brasil.
- C) criação de tarifas alfandegárias preferenciais para os produtos ingleses, cláusula validada pelos Tratados de 1810.
- D) apoio aos governos de D. João VI e de D. Pedro I quanto à manutenção da província Cisplatina no território do Império do Brasil.
- E) cerceamento das relações diplomáticas entre os governos do Brasil e da França, nos quadros das decisões do Congresso de Viena.

Comentários

A alternativa A está incorreta, pois em 1810, no Tratado de Aliança e Amizade, os britânicos pediram restrição ao tráfico de escravizados nos domínios portugueses, o que não ocorreu na ocasião. Quanto mais gente livre, maior seria o mercado para as mercadorias inglesas. O acordo não foi cumprido integralmente. Desde então, a proibição do tráfico de escravizados e da escravidão tornou-se ponto central nas relações entre Brasil e Inglaterra.

A alternativa B também está incorreta, uma vez que a separação política transformou os colonos em imigrantes e promoveu debates em torno da sua nacionalidade e da possibilidade de concessão de cidadania, mas àqueles portugueses que continuaram residindo no Brasil.

A alternativa C é a resposta certa. Em 1810, a Coroa portuguesa assinou o Tratado de Navegação e Comércio com a Inglaterra. Por esse acordo o imposto sobre as mercadorias inglesas diminuía para 15%, enquanto os itens dos demais países continuaram taxados em 24%. Assim, os produtores britânicos tornavam-se mais atraentes. Cada vez mais a economia do Brasil vinculava-se à inglesa. A Inglaterra lutava contra a França de Napoleão e sabia de sua importância para o propósito português de recuperar os territórios ocupados pelos franceses. Essas condições permitiam aos ingleses vantagens nas negociações e autoridade para pressionar os portugueses.

A alternativa D também está incorreta, uma vez que a província Cisplatina foi uma província do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e, posteriormente, do Império do Brasil, que a mantinha como necessária para a defesa das províncias do Sul. A separação ocorreu em 1825, com a independência do território que formou a República Oriental do Uruguai.

A alternativa E também é incorreta, ao passo que o Congresso de Viena foi um encontro das autoridades monárquicas entre setembro de 1814 e junho de 1815. Encabeçado pelas principais potências monárquicas do período (Inglaterra, Prússia, Rússia e Áustria), essa reunião deveria reorganizar e devolver os territórios e a supremacia política daqueles que sofreram com o projeto expansionista napoleônico.

(VAZ, 2013; MELLO, 2018; SOUSA, 2019).



Gabarito: C

33. (CONSULPLAN - 2015 - Prefeitura de Juatuba - MG - Professor de História)

Analise a charge.



(Miguel Paiva e Lilia Moritz Schwarcz. "Da Colônia ao Império". São Paulo: Brasiliense, s/d. p. 84.)

(Disponível em: http://3.bp.blogspot.com/-yTuvd81u5h8/TtkRoUnsO_I/AAAAAABDA/7RZUTKP0aio/s1600/Viva+a+Independ%25C3%25AAncia.jpg.)

Tendo em vista o contexto da Independência do Brasil e o sentido dado pela charge a esse importante momento da história do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A) A Independência do Brasil foi um processo liderado, em grande parte, pelos grupos que mais se beneficiaram com a ruptura dos laços coloniais, ou seja, latifundiários e comerciantes.
- B) O principal objetivo da Independência era organizar o novo Estado Nacional Brasileiro sem colocar em risco sua autonomia econômica, conseguida a longo prazo através do pacto Colonial.
- C) A situação da maioria da população sofreu drásticas mudanças com a implantação da nova situação política do Brasil através de uma nova reorganização social, mesmo sem o consentimento do povo.
- D) A aparência liberal construída pela elite agrária, que apoiara D. Pedro I a romper os laços com a metrópole lusitana, foi descoberta pela população, que logo empreendeu uma série de movimentos sociais.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa. A vinda da família real para o Brasil, em 1808, agradou os grandes proprietários de terra e comerciantes da colônia. Com o fim do pacto colonial as elites brasileiras poderiam avolumar suas transações comerciais e ampliar significativamente seus lucros. De fato, essa primeira medida já colocava o Brasil enquanto nação economicamente autônoma. Mas com a volta de D. João VI para Portugal os lusitanos desejavam reatar o pacto colonial, de modo que os latifundiários e comerciantes apoiaram a Independência do Brasil com o intuito de garantir os seus interesses e benefícios conquistados.

A alternativa B é incorreta, pois o pacto colonial não dava autonomia à América Portuguesa, uma vez que o sistema colonial definia que o comércio brasileiro só poderia ocorrer com Portugal, ao



passo que o pacto colonial foi quebrado com a ascensão do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves.

A alternativa C também é incorreta, pois a Independência do Brasil pouco ou nada mudou na situação social da Nação, como o tráfico de escravos e o sistema escravocrata que continuaram.

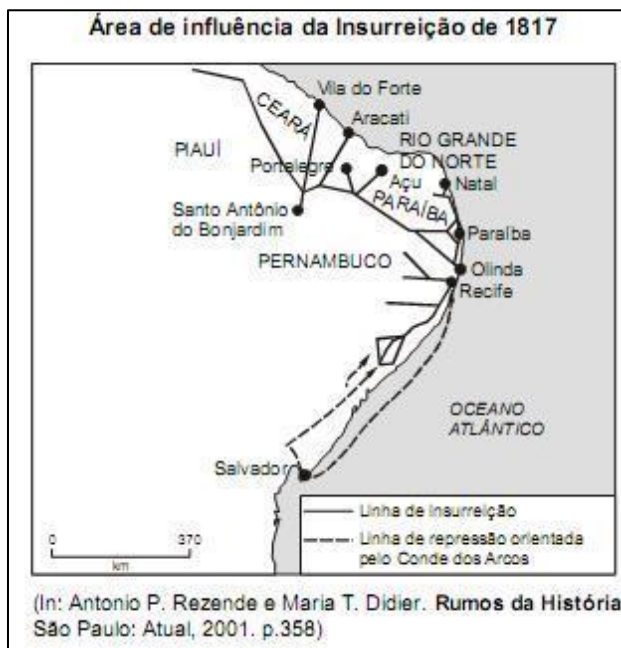
A alternativa D também é incorreta, pois a elite agrária brasileira que apoiara D. Pedro I na Independência era mais conservadora do que liberal, havendo alguns liberais, mas o número de conservadores era maior.

(VAZ, 2013; SOUSA, 2019).

Gabarito: A

34. (FCC - 2012 - SEE-MG - Professor de Educação Básica - História)

Observe o mapa.



O mapa e o conhecimento histórico permitem afirmar que a Revolução Pernambucana de 1817 reveste-se de grande importância, pois, entre outras razões,

A) defendia que a transposição para o Brasil dos princípios socialistas de liberdade e igualdade implicava na demolição do sistema colonial e a extinção da opressão que pesava sobre os escravos negros.

B) foi uma revolta armada, de caráter liberal, que conseguiu se expandir por várias províncias e buscou apoio internacional dos Estados Unidos e da Inglaterra.

C) é considerada a mais expressiva revolta na história da colônia, bem como a mais ampla, ousada e profunda, uma vez que propunha o rompimento dos laços com Portugal e Inglaterra.



D) reduziu a escombros não só o sistema colonial, mas também a escravidão, o sistema latifundiário e a economia agroexportadora, permitindo a passagem do Brasil da condição de colônia à de nação independente.

Comentários

A alternativa A é incorreta, pois não é correto afirmar que houve uma influência do socialismo na Revolução Pernambucana, que na verdade se inspirou mais nos princípios das Revoluções Americana e Francesa. Além disso, apesar de ser um movimento de caráter liberal, quem se beneficiou foi muito mais a elite local, não sendo correto afirmar que defendiam o fim da opressão do trabalho escravo, já que havia nesse movimento a participação de grandes proprietários que eram contrários à abolição.

A alternativa B é a resposta certa, pois de fato a Revolução Pernambucana foi uma revolta armada, de caráter liberal, que conseguiu se expandir por várias províncias e buscou apoio internacional dos Estados Unidos e da Inglaterra. Em maio de 1817, Antônio Gonçalves da Cruz, o Cruz Cabugá, desembarcou na Filadélfia (EUA) com aproximadamente 800 mil dólares (em valores da época) na bagagem, com a missão de comprar armas para combater as tropas de Dom João VI e convencer o governo americano a apoiar a criação de uma república independente no Nordeste brasileiro.

A alternativa C é incorreta, uma vez que o movimento social pernambucano tinha como objetivo principal a conquista da Independência em relação a Portugal. Queriam implantar um regime republicano no Brasil e elaborar uma Constituição.

A alternativa D é incorreta, de modo que a manutenção do trabalho escravo não foi contestada, mesmo se tratando de um movimento de caráter liberal, bem como manter o sistema latifundiário e a economia agroexportadora.

(VAZ, 2013; SILVA, 2019).

Gabarito: B

35. (FCC - 2012 - SEE-MG - Professor de Educação Básica - História)

Leia o texto abaixo:

Logo depois do “Grito do Ipiranga”, fazia-se imprescindível investir o novo governante do país com as suas reais atribuições. (...) Se D. Pedro era alçado à condição de cabeça e coração do império, era necessário que todo o corpo político (...) soubesse dessa mudança e se reconhecesse como parte desse mesmo corpo (...). Logo, urgia estabelecer um elo de continuidade entre o soberano e o súdito, a cabeça e os membros, o coração e o corpo, entre o Brasil e a sua gente.

(Iara Lis Carvalho Souza. Pátria coroadada. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 256)

O texto trata das preocupações que então nortearam o processo de consolidação do Brasil como país independente. O país que surgiu desse processo caracterizava-se pela



- A) intervenção política de grupos populares, sobretudo nas áreas distantes dos centros urbanos, voltada para sua legitimação e a imposição de uma ordem social baseada na tradição europeia.
- B) adoção de um projeto de civilização pactuado entre os diversos grupos sociais do país, que tinha por base a mescla das culturas americana e europeia.
- C) formação de um corpo social marcado pela ausência da cidadania e a exclusão de grande parte da população, em especial negros, dos quais se esperava comportamento passivo e amorfo.
- D) presença vitoriosa no cenário político de grupos até então excluídos e mobilizados em torno de líderes populares, contrários à ordem social excludente defendida pelas elites.

Comentários

A alternativa A é incorreta, pois o processo da Independência do Brasil foi arquitetado pela elite brasileira que gravitava em torno da corte, de modo que grupos populares pouco ou quase nada se envolveram, senão nas guerras da independência, como na Bahia.

A alternativa B também é incorreta, ao passo que se pode dizer que houve um projeto de civilização pactuado entre os diversos grupos sociais do país, pois se houve um projeto de civilização ele foi estabelecido de cima para baixo, definindo como modelo o padrão europeu.

A alternativa C está correta, uma vez que a Independência do Brasil não garantiu a formação da cidadania nacional, não havia um corpo social que de fato garantisse a sustentação da nova Nação, senão a elite agrária. A grande maioria da população era de desclassificados, isto é, pobres livres e escravos. Estes eram marginalizados e o conceito de cidadania sequer se aplicava a eles.

A alternativa D também é incorreta, uma vez que a Independência do Brasil não alterou a composição social da Nação, continuando a realizar o modelo político-econômico baseado no trinômio: latifúndio, escravidão e monocultura.

(LIMA, 2015).

Gabarito: C

(CESPE - 2018 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Tendo em vista que o processo de independência do Brasil pode ser compreendido como parte das profundas mudanças que marcaram a história ocidental a partir do último quartel do século XVIII, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

36.

A historiografia recente mostra que a tese da independência do Brasil como movimento pacífico não se sustenta. Embates armados que duraram meses ocorreram em regiões da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Pará e na Cisplatina. A fragilidade do projeto de independência vencedor em 1822 ficou demonstrada pelos conflitos no período regencial.

Comentários



A afirmativa está correta. Em Sete de Setembro de 1822, quando o Príncipe Regente, D. Pedro, deu seu grito de guerra, "Independência ou Morte", marcou-se o rompimento com Portugal, resultando na Guerra de Independência, em âmbito nacional. A Guerra já havia começado na Bahia, em 25 de junho daquele ano, com vitória baiana. Não se sabe exatamente o que foi dito pelo Príncipe, na área do Ipiranga, em complemento ao seu grito de guerra. Os relatos são contraditórios e publicados muito depois. Não houve ali uma "proclamação de independência", como querem alguns autores, mas não há dúvidas que foi naquele momento que o Príncipe avisou que lutaria por ela. Segundo uma das versões de quem presenciou o momento, o Príncipe teria dito, com a espada em punho: "Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil." Outras versões de seu discurso no Ipiranga, publicadas posteriormente, foram editadas para engrandecer o momento. Mas a verdade é que o Brasil já estava dividido antes do Sete de Setembro. A luta armada no Recôncavo Baiano, o principal campo de batalha, havia começado em fevereiro de 1822. Piauí, Ceará, Maranhão e a Província Cisplatina, também registraram conflitos e luta armada até 1823.

(VAZ, 2013; BACELAR, 2019).

Gabarito: Certo

37.

A transferência da Corte portuguesa para a América foi proposta em crises anteriores à de 1807. Seus defensores consideravam a fragilidade de Portugal em meio às disputas entre as potências europeias, marcadamente entre França e Inglaterra, e a importância das possessões coloniais para a manutenção da Coroa portuguesa. Entre os proponentes dessa ideia, encontrava-se o padre Antônio Vieira, ainda no século XVII.

Comentários

A afirmativa está correta. O plano de transferência da família real e da corte de nobres portugueses para o Brasil, refúgio seguro para a soberania portuguesa quando a resistência militar a um invasor fosse inútil na metrópole, já havia sido anteriormente cogitado durante a crise de sucessão de 1580, ante o avanço dos tercios do duque de Alba, D. António I terá sido aconselhado a buscar um refúgio além-Atlântico; e no contexto da Restauração da Independência (1640), quando a França abandonou Portugal no Congresso de Münster (1648), o padre Antônio Vieira apontou ideia semelhante a D. João IV, associando-a ao vaticínio da fundação do Quinto Império.

(VAZ, 2013; WIKIPÉDIA, 2019).

Gabarito: Certo

(CESPE - 2017 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

O processo de independência do Brasil resultou de um contexto complexo, determinado por fatores externos e internos. Com relação a esse assunto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

38.



A determinação para que se procedesse à abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808, foi uma das medidas tomadas pela Inglaterra com o objetivo de favorecer o desenvolvimento de práticas e de instituições liberais no Brasil.

Comentários

A afirmativa está errada, uma vez que a Abertura dos Portos em 1808 foi uma determinação da corte portuguesa ao chegar ao Brasil. Foi um tratado econômico assinado entre Portugal e Inglaterra no contexto das Guerras Napoleônicas. Este se caracterizou pela possibilidade das colônias portuguesas, na América, estabelecerem relações comerciais com outras nações europeias. Este tratado pôs fim ao Pacto Colonial, isto é, a exclusividade portuguesa de ser a única nação europeia a manter relações comerciais com os Estados do Brasil e Maranhão. Em certo sentido, o Pacto Colonial se constituía como a base da condição de colônia daqueles Estados. Alguns estudiosos consideram que a Abertura dos Portos foi o primeiro passo do processo de Independência do Brasil em 1822.

(FERNANDES, 2019).

Gabarito: Errado

39.

Movimentos de revolta restritos ao ambiente regional, a Inconfidência Mineira, a Conjuração dos Alfaiates, na Bahia, e a Revolução Pernambucana de 1817 não visavam à emancipação de todo o território brasileiro.

Comentários

A afirmativa está correta. Os mais importantes movimentos revoltosos do século XVIII foram a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, as quais possuíam, além do caráter econômico, uma clara conotação política. A Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789, em Vila Rica, foi liderada por Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que terminou preso e enforcado, em 1792. Pretendia, entre outras coisas, a independência e a proclamação de uma República. A Conjuração Baiana, também chamada Revolução dos Alfaiates, devido à participação de grande número de elementos das camadas populares (artesãos, soldados, negros libertos), ocorrida em 1798, tinha ideias bastante avançadas para a época, inclusive a extinção da escravidão. Seus principais líderes foram executados. Mais tarde, estourou outro importante movimento de caráter republicano e separatista, conhecido como revolução pernambucana de 1817. De fato, esses movimentos emancipatórios não tinham como objetivo um projeto de independência nacional, mas apenas regional.

(VAZ, 2013; HISTÓRIA, 2019).

Gabarito: Certo

40.

Ao promoverem a industrialização de Portugal, as reformas pombalinas atingiram os interesses da elite mercantil brasileira, cujos ganhos estavam relacionados à importação de manufaturados da Inglaterra.



Comentários

A afirmativa é falsa, pois de acordo com o Pacto Colonial a América Portuguesa só podia importar manufaturas da metrópole, visando garantir o sistema mercantilista, que objetivava a conquista do capital necessário para sua passagem à industrialização. Contudo, era a Inglaterra que se beneficiava do modelo português, de modo que os lucros coloniais de Portugal eram destinados ao consumo dos produtos industrializados ingleses, seguindo o modelo de exploração e consumo. Portugal se beneficiava com os lucros obtidos nas colônias, mas sem investir na industrialização, apenas consumindo o que se produzia na Inglaterra. Enquanto que no Brasil não era permitido a produção manufaturada, podendo comercializar apenas com a metrópole portuguesa. Com isso, Portugal acaba por se tornar um país dependente das riquezas das colônias, mas com recursos finitos, avizinado pela pobreza por causa da falta de investimentos estratégicos. Só na segunda metade do século XVIII, quando o Marquês de Pombal assume o cargo de ministro real, que se inicia uma tentativa de transformação dessa situação, o que ficou conhecido como “Reformas Pombalinas”.

Gabarito: Errado

41. (CESPE - 2017 - SEDF - Professor de Educação Básica - História)

Menos discutível é a relação entre as revoluções de independência e os sintomas de descontentamento manifestados em algumas cidades da América Latina, a partir das décadas finais do século XVIII. É indubitável que do México a Bogotá, onde, em 1794, Antonio Nariño começava a sua carreira revolucionária traduzindo a Declaração dos Direitos do Homem; a Santiago do Chile, onde em 1790 era descoberta uma “conspiração dos franceses”; a Buenos Aires, onde, quase nessa mesma época, outros franceses parecem ter conseguido despertar em alguns escravos a esperança de uma libertação próxima graças a uma revolução republicana; ao Brasil, onde em Minas Gerais, no ano de 1789, é descoberta e reprimida uma manifestação de atividade conspirativa secessionista e republicana; nas mais variadas localidades da América Latina existem claros sintomas de uma nova inquietação.

HalperinDonghi. História da América Latina. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 66 (com adaptações)

Tendo o texto como referência inicial e considerando o processo de independência das colônias ibéricas na América, julgue o item que se segue.

O processo de independência latino-americana, incluindo-se a brasileira, inscreve-se no quadro mais geral da crise do Antigo Regime europeu, ainda que fatores internos tenham exercido importante papel para a emancipação das colônias.

Comentários

A afirmativa é correta, pois de fato o absolutismo do Antigo Regime europeu estava em decline, enfrentando colapsos internos e contradições estruturais, vindo a se desestabilizar definitivamente com a ascensão da burguesia comercial. A América se integrou ao quadro do capitalismo em pleno desenvolvimento na Europa, a partir da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Os acontecimentos que sacudiram o continente europeu, isto é, a luta pela liberdade política e



econômica, repercutiram intensamente na América. Além disso, vale lembrar que um dos duros golpes contra o Antigo Regime foi a declaração da independência pelos Estados Unidos, em finais do século XVIII. Esses fenômenos fizeram com que, nas primeiras décadas do século XIX, as colônias latino-americanas iniciassem a luta contra o domínio europeu e originassem nações independentes. Todavia, a independência política das nações latino-americanas não significou independência econômica. Mesmo após se tornar independente, a América Latina permanecia economicamente dependente, inicialmente, da Inglaterra e, posteriormente, dos Estados Unidos. Assim, o processo de emancipação latino-americano, inclusive o do Brasil, deve ser entendido no quadro mais amplo da crise do Antigo Regime, absolutista e mercantilista, e da crise do Antigo Sistema Colonial, com a ascensão da ideologia capitalista e burguesa. As mudanças em curso na Europa desde meados do século XVIII encontraram na América Espanhola e Portuguesa terreno fértil à sua proliferação.

(VAZ, 2013; EDUCABRAS, 2018).

Gabarito: Certo

42. (CESPE - 2013 - SEE-AL - Professor - História)

Com relação à ida da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, julgue os itens subsecutivos.

Para muitos historiadores, o fim do período colonial brasileiro ocorreu em 1808, quando da chegada da família real ao Rio de Janeiro. No entanto, a opção pela independência formal do Brasil passou a ser abertamente discutida apenas em 1820, com a Revolução do Porto.

Comentários

A afirmativa é incorreta, pois durante o período colonial brasileiro houve muitos movimentos emancipacionistas, que mesmo não tendo uma amplitude nacional eram contrários à exploração metropolitana. Nesse sentido, pode-se dizer ainda que a Revolução do Porto se caracterizou por um processo de reestabelecimento da capital administrativa do Império em Portugal, pressionando a pressão pelo retorno da Família Real à Lisboa e instauração de um novo governo de caráter liberal e, especialmente, pela tentativa dos deputados portugueses em recolonizar o Brasil, fazendo valer novamente o Pacto Colonial. No entanto, as pressões exercidas em Portugal de fato concorreram para um movimento que impulsionou o processo de Independência do Brasil em 1822.

(FERNANDES, 2019).

Gabarito: Errado

43. (CESPE - 2010 - SEDU-ES - Professor B — Ensino Fundamental e Médio — História)

Proclamada a independência, em 1822, o Brasil se constituiu na única monarquia do continente americano. Marcado por crises, o Primeiro Reinado (1822-1831) se extinguiu com a volta de D. Pedro I a Portugal. Seguiu-se a fase regencial (1831-1840), uma espécie de ensaio republicano em meio a crises e revoltas armadas que se sucederam. Antecipada a maioria de D. Pedro II, iniciou-se o Segundo Reinado (1840-1889), no qual conviveram



fases de estabilidade política, de crescimento econômico e de crises, as quais anunciaram o ocaso do regime. A República Oligárquica foi o regime da exclusão política, social e econômica. A Revolução de 1930 pôs fim a essa “República”, dando origem à Era Vargas (1930-1945).

Acerca desse período da História do Brasil, julgue o item.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, na prática antecipou a independência, especialmente por ter determinado o fim do monopólio do comércio, característica essencial da colonização mercantilista.

Comentários

A afirmativa está correta, pois de fato a transferência da Corte portuguesa para sua maior colônia, o Brasil, trouxe novos desafios para o Rei e profundas consequências para o sistema colonial português. A abertura dos portos brasileiros, por exemplo, pôs fim ao monopólio comercial português sobre o Brasil, que havia perdurado durante praticamente três séculos com o Pacto Colonial. Essa medida afetou a economia lusitana e, em especial, a burguesia comercial do país, favorável ao restabelecimento da ordem anterior. A nobreza, por sua vez, havia perdido uma série de privilégios que possuía até então como integrante da Corte portuguesa - agora, não mais em Lisboa, mas, sim, no Rio de Janeiro. O cenário em Portugal naquele momento parecia contrastar com a suposta prosperidade e importância do Brasil.

(ANGELO, 2019).

Gabarito: Certo

44. (Quadrix - 2017 - SEDF - Professor - História)

O desenvolvimento da historiografia mundial, fenômeno que o século XX consagrou, permite novos olhares sobre o passado protagonizado pelas sociedades. No Brasil, multiplicam-se estudos que lançam luz sobre a trajetória do País, da colônia aos dias atuais. Da independência, em 1822, passando pela implantação da República, em 1889, ao cenário presente, a história brasileira é marcada por avanços e recuos, enfrentando percalços e se mostrando ainda inconclusa em relação à construção da cidadania. Relativamente à história contemporânea, da produção do conhecimento histórico a alguns dos mais marcantes fatos ocorridos no Brasil e no mundo, julgue o item.

Ainda que tenha sido conduzida por setores da elite colonial, a independência do Brasil motivou muitos brasileiros a assumirem a causa da emancipação nacional: levantes populares ocorreram em vários pontos do País, a exemplo do Pará, do Maranhão, do Piauí e da Bahia.

Comentários

A afirmativa está correta. Diferente do que muitos acreditam, a independência do Brasil não foi pacífica. Com a declaração da independência, uma série de regiões no Brasil demonstrou sua insatisfação e rebelou-se contra o processo de independência. Eram movimentos não adesistas, isto é, movimentos que eclodiram nas províncias que não aderiram ao processo de independência e que se mantiveram leais a Portugal. Os grandes centros da resistência contra a independência do Brasil aconteceram nas seguintes províncias: Pará, Maranhão, Piauí, Bahia e Cisplatina (atual



Uruguai). Aconteceram campanhas militares nessas localidades e os combates contra as forças que não aderiram à independência estenderam-se até 1824. A Independência do Brasil favoreceu grandes proprietários de terras e grandes comerciantes locais. A separação tinha como objetivo preservar a liberdade de comércio e a autonomia administrativa do país, porém o restante da população ficou na mesma situação e a escravidão continuava. Durante 1822, contudo, os habitantes do Brasil tomaram partido nos eventos políticos que se desenrolaram no Rio de Janeiro e em Lisboa.

(NEVES, 2019).

Gabarito: Certo

45. (CESPE - 2015 - Instituto Rio Branco)

O Brasil foi incorporado à história mundial em decorrência do processo de expansão comercial e marítima europeia dos séculos XV e XVI. Grande foi o impacto da colonização sobre as populações autóctones, mas o que se define como povo brasileiro resultou da mistura, desde a colonização, entre os mais diversos grupos étnicos e culturais, a exemplo de indígenas, africanos, europeus e, mais tarde, asiáticos. Em geral, os padrões que definiram a colonização atendiam aos interesses do nascente capitalismo mercantil europeu e ao próprio dinamismo interno da economia colonial. Nas primeiras décadas do século XIX, em plena era revolucionária que convulsionava o Velho Mundo, a colônia emancipou-se de sua metrópole.

A respeito desses aspectos que marcaram os primeiros séculos da história brasileira, julgue o item seguinte.

Mais que gesto meramente simbólico, o grito do Ipiranga, proclamado a sete de setembro de 1822, anunciou o nascimento do Estado nacional brasileiro, que rompeu com as estruturas básicas sobre as quais se assentaram mais de três séculos de colonização estruturada no latifúndio, na monocultura e na escravidão.

Comentários

É falso dizer que a Independência do Brasil rompeu com as estruturas básicas sobre as quais se assentaram a colonização portuguesa. Na verdade, em 1822 o Brasil se tornava independente, mas o tráfico de escravos e a escravidão continuavam, pois nada mudara na ordem social. Enquanto isso, já havia pressões pelo fim do tráfico de escravos na Europa, sobretudo na Inglaterra. E mesmo Portugal, que já havia abolido a escravidão na metrópole desde 1761, sendo o país pioneiro da Europa. Mas o Brasil, mesmo após a Independência, manteve o sistema da *plantation* como o trinômio: escravo, latifúndio e monocultura. Por certo, o processo de emancipação brasileiro foi o resultado mais de uma negociação das elites políticas do que propriamente de tensões sociais ou revoltas, portanto, a continuidade das práticas sociais, políticas e econômicas.

(VAZ, 2013).

Gabarito: Errado

46. (CESPE - 2010 - SEDU-ES - Professor B — Ensino Fundamental e Médio)



Proclamada a independência, em 1822, o Brasil se constituiu na única monarquia do continente americano. Marcado por crises, o Primeiro Reinado (1822-1831) se extinguiu com a volta de D. Pedro I a Portugal. Seguiu-se a fase regencial (1831-1840), uma espécie de ensaio republicano em meio a crises e revoltas armadas que se sucederam. Antecipada a maioria de D. Pedro II, iniciou-se o Segundo Reinado (1840-1889), no qual conviveram fases de estabilidade política, de crescimento econômico e de crises, as quais anunciaram o ocaso do regime. A República Oligárquica foi o regime da exclusão política, social e econômica. A Revolução de 1930 pôs fim a essa “República”, dando origem à Era Vargas (1930-1945).

Acerca desse período da História do Brasil, julgue o item .

O Império teve uma única Constituição, a de 1824, outorgada por D. Pedro I, que instituiu um Estado unitário no Brasil.

Comentários

De fato, a primeira Constituição nacional, outorgada em 25 de março de 1824 por D. Pedro I, prevaleceu durante todo o período imperial, surgindo no primeiro Império (1822-1831), passando pelas regências (1831-1840) e o segundo reinado (1840-1889), quando conheceu seu fim com a Proclamação da República. A Constituição de 1824 instalava a um governo monárquico, hereditário, constitucional e representativo. Além dos três Poderes – Legislativo, Judiciário e Executivo –, havia ainda o Poder Moderador.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005).

Gabarito: Certo

47. (CESPE - 2015 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Diferentemente das demais colônias americanas, o Brasil adotou o regime monárquico ao proclamar sua emancipação política. Sob o comando de D. Pedro I, o Primeiro Reinado (1822-1831) foi marcado por graves crises políticas, que culminaram na abdicação do imperador. Seguiu-se o período regencial (1831-1840), por muitos considerado uma experiência republicana, assinalado pela eclosão de movimentos armados em vários pontos do país. A antecipação da maioria de D. Pedro II (o chamado Golpe da Maioridade) deu início ao Segundo Reinado (1840-1889), o qual foi derrubado por um golpe militar que instaurou a República.

A respeito da trajetória histórica brasileira ao longo do século XIX, julgue (C ou E) o item subsequente.

As elites brasileiras que assumiram o poder em 1822 organizaram um sistema político com eleições indiretas, baseadas no voto censitário, excluindo a grande maioria da população do processo eleitoral; a criação da Guarda Nacional veio propiciar às classes proprietárias a força policial necessária à manutenção do poder local.

Comentários



É correto o que diz a afirmativa. De fato, a emancipação política brasileira foi marcada pela continuidade entre a monarquia portuguesa e a brasileira, especialmente porque as elites brasileiras que assumiram o poder em 1822 preservaram seus interesses e quiseram manter a forma estruturante que se seguiu por séculos na Colônia. O “novo” sistema político era organizado por eleições indiretas e censitário, com o voto restrito aos homens livres e proprietários e subordinado a seu nível de renda. O fato é que a Independência não só rompia Colônia e Metrópole, mas também afirmava uma nova classe dirigente, que eram os grandes proprietários de escravos. Para tanto, a Guarda Nacional, criada em 1831, surgiu com o propósito de defender os interesses das forças políticas brasileiras, guardar a Constituição, a integridade, a liberdade e a independência do Império do Brasil. Além disso, pelo poder a ela concedido, seus membros deveriam firmar o compromisso de sedimentar a tranquilidade e a ordem pública.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005; VAZ, 2013; SOUZA, 2019).

Gabarito: Certo

48. (CESPE - 2015 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Diferentemente das demais colônias americanas, o Brasil adotou o regime monárquico ao proclamar sua emancipação política. Sob o comando de D. Pedro I, o Primeiro Reinado (1822-1831) foi marcado por graves crises políticas, que culminaram na abdicação do imperador. Seguiu-se o período regencial (1831-1840), por muitos considerado uma experiência republicana, assinalado pela eclosão de movimentos armados em vários pontos do país. A antecipação da maioridade de D. Pedro II (o chamado Golpe da Maioridade) deu início ao Segundo Reinado (1840-1889), o qual foi derrubado por um golpe militar que instaurou a República.

A respeito da trajetória histórica brasileira ao longo do século XIX, julgue (C ou E) o item subsequente.

Após a abdicação de D. Pedro I, liberais radicais se insurgiram em vários pontos do país contra os grupos no poder: ressentindo-se da extrema centralização política, alguns defendiam o modelo federativo, outros propunham a abolição gradual da escravidão e, ainda, havia os que pleiteavam a nacionalização do comércio.

Comentários

É correto o que diz a afirmativa, pois o Brasil tornara-se independente sob um governo monárquico e tinha um soberano português. O que era diferente dos países vizinhos, que adotaram o regime republicano. A criação da monarquia representou a vitória dos grupos políticos mais conservadores, que defendiam a manutenção da ordem social e política vigente, garantidas pela autoridade do imperador. Os liberais, de outro lado, viam a solução republicana como o significado de mais participação popular, extensão do direito ao voto e até a possibilidade de mudanças sociais, como a abolição da escravatura. Após a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, foi instaurado um regime regencial, cujo poder foi transferido para três regentes, conforme estabelecido na Constituição de 1824, pois o filho de D. Pedro I era apenas uma criança de 5 anos de idade, devendo aguardar a maioridade para assumir o trono brasileiro. Nesse



contexto, muitas revoltas ocorreram por todo o país durante o período regencial. As revoltas tiveram causas relacionadas a problemas políticos e sociais específicos das regiões onde ocorreram, mas também refletiram as lutas por maior participação política. O centro de poder estava muito distante das províncias, e entender o intrincado jogo político era difícil e inacessível para a maior parte da população. As revoltas foram violentas e ameaçavam a unidade do Império.

(VAZ, 2013).

Gabarito: Certo

(CESPE - 2014 - SEE-DF)

No Brasil, as duas aspirações - a da independência e a da unidade -- não nasceram juntas e, por longo tempo ainda, não caminharam de mãos dadas. As sublevações e as conjunturas nativistas são invariavelmente manifestações desconexas da antipatia que, desde o século XVI, opõe o português da Europa e o do Novo Mundo. E mesmo onde se aguça a antipatia, chegando a tomar colorido sedicioso, com a influência dos princípios franceses ou do exemplo da América inglesa, nada prova que tenda a superar os simples âmbitos regionais.

Sérgio Buarque de Holanda. A herança colonial - sua desagregação. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, O Brasil Monárquico. 1.º volume, O processo da Emancipação. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 9 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima e o processo histórico ao qual se refere, julgue os itens que se seguem.

49.

O autor defende o argumento de que o processo de separação política do Brasil, ocorrido em 1822, não foi um movimento marcado por um sentimento nacional unificado.

Comentários

A interpretação acerca do fragmento citado é correta, pois de fato é possível dizer que a Independência do Brasil em 1822 foi um projeto arquitetado pelas elites, muitas delas ligadas ao antigo sistema colonial e mesmo que havia muitos portugueses entre os arquitetos da Independência. Ora, o fato é que o sentimento nacionalista era algo pouco concreto e, se existia, era discreto e prematuro. A questão ressaltada é que a Independência do Brasil não foi um movimento impulsionado pelo sentimento de ser brasileiro, uma vez que não havia algo que fosse capaz de unificar o imaginário nacionalista de norte a sul do Brasil, até mesmo por causa da vastidão do território, mas talvez mais por causa da falta de produtos culturais específicos que fossem capazes de tecer um imaginário nacional para a comunidade brasileira. Um fato que atesta isso é a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, com o intuito de produzir uma historiografia brasileira que fosse capaz de perpassar o imaginário dos brasileiros e criar um sentimento nacionalista, pois este não havia, e que permitisse a um nortista se dizer brasileiro tanto quanto um carioca que transitava próximo à Quinta da Boa Vista e via hasteada a bandeira imperial.



Gabarito: Certo

50.

A primeira constituição brasileira foi outorgada pelo imperador D. Pedro I em 1824 e vigorou até o final do período imperial, tendo sido seu texto original aprovado integralmente pela Assembleia Constituinte de 1823.

Comentários

O que diz a afirmação é falso, uma vez que o projeto inicial apresentado pela Assembleia Constituinte, que foi redigido por Antônio Carlos de Andrade e Silva, irmão de José Bonifácio, foi rejeitado por D. Pedro I, que acabou por dissolver a própria Assembleia Constituinte. Em seguida, o Imperador reuniu um Conselho de Estado formado por dez pessoas de sua confiança, que elaborou a primeira Constituição do Brasil, sendo outorgada pelo Imperador em 1824.

(VAZ, 2013).

Gabarito: Errado

51. (CESPE - 2013 - SEE-AL - Professor)

No que diz respeito ao império brasileiro, julgue os próximos itens.

Os engenhos de açúcar do atual nordeste brasileiro não superaram a crise que lhes atingiu em meados do século XIX, apesar da abundância de crédito e da política governamental de estímulo à atividade econômica açucareira.

Comentários

A afirmação é falsa, de modo que a economia açucareira começou a entrar em crise na segunda metade do século XVII, com a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro. Empreendedores holandeses foram para a região das Antilhas produzir açúcar. Os holandeses se tornaram um forte concorrente, pois vendiam o açúcar mais barato na Europa, além de controlarem o transporte e comércio do produto. Desta forma, os holandeses conquistaram o mercado consumidor europeu, iniciando uma forte crise na economia açucareira no Brasil. A crise se acentuou ainda mais em meados do século XVIII, período em que a economia brasileira passou a se voltar para o ouro da região das Minas Gerais. A região Sudeste passou a atrair investimentos, a capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro e o Ciclo do Açúcar avistou seu fim.

(VAZ, 2013; FELINI, 2019).

Gabarito: Errado

(CESPE - 2014 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Quando o Brasil se tornou independente, em 1822, a elite política brasileira optou por uma monarquia representativa como forma de governo, de acordo com o modelo francês da época.



A Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, continha todos os direitos civis e políticos reconhecidos nos países europeus.

Afastava-se do sistema inglês pela adoção do Poder Moderador, que dava ao imperador grande controle no ministério.

José Murilo de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra (Orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP Ed., 2004, p. 27-8 (com adaptações)

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue (C ou E) os itens que se seguem, relativos a aspectos marcantes do quadro político brasileiro nas décadas iniciais do período monárquico.

52.

A crise política dos primeiros tempos do Brasil independente teve sua expressão máxima na dissolução da Assembleia Constituinte, razão pela qual a Constituição de 1824, outorgada, afastava-se do contexto histórico da época ao não incorporar elementos da nova ordem política nascida dos movimentos revolucionários liberais burgueses.

Comentários

A afirmação é falsa, pois os termos da Constituição Brasileira outorgada por D. Pedro I em 1824 não diferiam muito do projeto apresentado por Antônio Carlos de Andrada e Silva na Assembleia Constituinte, a não ser pela introdução do Poder Moderador, que dava ao imperador total controle sobre os demais Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). O Poder Legislativo era constituído pelo Senado, formado por senadores escolhidos pelo imperador em uma lista tríplice de pessoas eleitas nas Províncias e com mandato vitalício, e pela Câmara dos Deputados, com mandato temporário. As eleições mantiveram-se indiretas e censitárias, com voto restrito aos homens livres e proprietários e subordinado a seu nível de renda.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005; VAZ, 2013).

Gabarito: Errado

53.

Criação brasileira e sem fundamentação teórica consistente, o Poder Moderador acabou por ser responsável direto pelas crises políticas que, recorrentes em todo o Primeiro Reinado, acabaram por levar D. Pedro I à abdicação.

Comentários

O que se afirma é incorreto, pois a ideia de um Poder Moderador se encontra delineada de sua forma definitiva na obra do francês Benjamin Constant, “Princípios Políticos”, publicada em 1814. A grande preocupação de Constant era com a estabilidade do poder. Constant afirmava que apenas a aceitação de limitação da soberania popular poderia impedir o desrespeito aos direitos



fundamentais. O Poder Moderador teria aí o papel fundamental de impedir que os outros três poderes, entrando em choque, levassem uns aos outros de vencida, assegurando a estabilidade do Estado liberal e os direitos civis e políticos dos cidadãos. E o que de fato levou à abdicação de D. Pedro I em 1831 foi a sua impopularidade, por causa da sua postura absolutista em dissolver a Assembleia Constituinte em 1824 e a reação violenta à Conferência do Equador no mesmo ano. Seguindo a isso, uma série de problemas agravaram a sua impopularidade, como por exemplo a morte de seu pai, D. João VI, em 1826 e a herança direta do trono português, a derrota na Guerra Cisplatina em 1828 e sobretudo o forte sentimento antilusitano. A imprensa também não poupava críticas a D. Pedro I. O jornalista Líbero Badaró foi o principal opositor na imprensa e acabou assassinado em São Paulo. Na ocasião, D. Pedro I viajava para Minas Gerais e ao chegar na capital Ouro Preto deparou-se com portas e janelas fechadas ostentando panos pretos e o soar de sinos em sinal de luto. Assim, em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho de 5 anos, Pedro de Alcântara. Após a abdicação, retornou a Portugal.

(LYNCH, 2010; VAZ, 2013).

Gabarito: Errado

54. (CESPE - 2012 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

No Brasil, o processo interno da independência e os problemas internacionais suscitados apresentam mais pontos divergentes que semelhantes em relação ao restante da América Latina. Um século antes da Sociedade das Nações, primeira tentativa de conferir institucionalidade formal ao sistema internacional, a aceitação de um ator recém-independente no cenário mundial dependia, em última instância, do reconhecimento da legitimidade do novo participante pelas grandes potências.

Rubens Ricupero. O Brasil no mundo. In: Lilia Moritz Schwarcz (dir.) História do Brasil nação: 1808-2010, v.1. Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 139 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o contexto histórico da Independência do Brasil bem como aspectos marcantes do Primeiro Reinado (1822-1831), julgue (C ou E) o item que se segue.

O trecho final do texto sugere que o reconhecimento do Estado nacional brasileiro pelos Estados Unidos da América (EUA) era condição essencial para que outras potências também o fizessem, devido à relevância de Washington no jogo de poder mundial e à amplitude de sua ação internacional na primeira metade do século XIX.

Comentários

A interpretação do trecho citado é incorreta, pois não se pode dizer que na primeira metade do século XIX os EUA eram uma das grandes potências mundiais. Mas, em todo caso, vale dizer o governo dos EUA foi o primeiro a reconhecer a Independência do Brasil, no contexto da doutrina Monroe, que defendia a autonomia das recém-formadas nações Americanas. Depois, o governo da



Inglaterra reconheceu a Independência brasileira em 1825, sendo que na época o Brasil representava o terceiro maior mercado externo para os produtos ingleses.

(VAZ, 2013).

Gabarito: Errado

55. (CESPE - 2005 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

O Império brasileiro realizara uma engenhosa combinação de elementos importados. Na organização política, inspirava-se no constitucionalismo inglês, via Benjamin Constant. Bem ou mal, a monarquia brasileira ensaiou um governo de gabinete com partidos nacionais, eleições, imprensa livre. Em matéria administrativa, a inspiração veio de Portugal e da França, pois eram estes dois países os que mais se aproximavam da política centralizante do Império. O direito administrativo francês era particularmente atraente para o viés estatista dos políticos imperiais. Por fim, até mesmo certas fórmulas anglo-americanas, como a justiça de paz, o júri, e uma limitada descentralização provincial, serviam de referência quando o peso centralizante provocava reações mais fortes. Tratava-se, antes de tudo, de garantir a sobrevivência da unidade política do País, de organizar um governo que mantivesse a união das províncias e a ordem social.

José Murilo de Carvalho. Pontos e bordados – escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 90-1 (com adaptações).

Acerca da história do Brasil monárquico, julgue os itens seguintes, tendo o texto acima como referência inicial.

As “reações mais fortes” ao peso centralizante do Estado brasileiro, a que o texto alude, podem ser exemplificadas pela Confederação do Equador (1824) e pela Revolução Farroupilha (1835-1845).

Comentários

A afirmação é correta, pois ambos os movimentos tentaram romper com o sistema imperial e fundar uma República independente. A Confederação do Equador ocorreu na província de Pernambuco, em reação à Constituição de 1824, pois os republicanos não aceitavam o país autoritário e centralizador que estava surgindo sob as mãos de D. Pedro I. Já a Revolução Farroupilha ocorreu no Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845, liderada por estancieiros produtores de carne-seca vendidas a outras partes do país, pois se sentiam prejudicados pela política econômica do governo imperial, que cobrava altos impostos sobre a produção local, tornando o charque gaúcho mais caro do que o produto uruguaio e argentino. Os mais radicais queriam criar uma República sem depender do restante do Império. Ambos os movimentos, porém, foram suprimidos pelas forças imperiais, mas exerceram forte resistência, deixando um saldo de



inúmeras mortes.

(VAZ, 2013).

Gabarito: Certo

56. (PUC RJ 2015)

Analise as afirmativas abaixo que apresentam acontecimentos referidos à política da Corte portuguesa durante sua permanência no Brasil entre 1808 e 1821.

I. Como expressão da relação de poder assimétrica entre os soberanos britânico e português, os tratados de 1810 impunham ao governo de D. João no Rio de Janeiro, entre outras decisões, a limitação do tráfico negreiro intercontinental às colônias de Portugal na África e o compromisso de abolir gradualmente o trabalho escravo na América portuguesa.

II. A criação do primeiro Banco do Brasil, da Impressão Régia, da Escola de Medicina, das Academias Militar e de Marinha, do Real Horto, da Real Biblioteca e inúmeras outras medidas, assim como a conquista da Guiana Francesa e a ocupação da Banda Oriental, revelavam o projeto político da Corte joanina de “criar um novo império” na América, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro.

III. Ao revogar o alvará de 1785 que proibia qualquer atividade manufatureira na colônia americana, com exceção da fabricação de panos grossos para a vestimenta dos escravos, o Príncipe-Regente D. João propiciou o surgimento de inúmeros estabelecimentos fabris em diferentes pontos do Reino do Brasil, deflagrando o primeiro grande surto industrial do país, apesar da permanência do trabalho escravo.

IV. A Revolução Pernambucana de 1817 teve como uma de suas motivações a reação aos privilégios concedidos por D. João aos comerciantes, burocratas e proprietários de escravos e terras do Rio de Janeiro e áreas próximas, o que lhes possibilitara prosperar, acumular poder e ganhar prestígio. Para os revolucionários de 1817, o Rio de Janeiro se transformara em uma “nova Lisboa”, dominada por “portugueses” que oprimiam os “brasileiros” de outras partes do Reino do Brasil.

Assinale:

- A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- E) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.

Comentários

A afirmativa [III] está **incorreta** porque a revogação do alvará de 1785 não proporcionou o primeiro surto fabril do Brasil, uma vez que, devido à concorrência britânica, poucas unidades fabris foram abertas na Colônia.

Gabarito: E



57. (G1 – CFT MG 2013)

Com a vinda da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, não só os portos se abriram para as Nações Amigas, mas também as portas para a entrada de estrangeiros. [...] Comerciantes, especialmente ingleses, artistas franceses e imigrantes, além de viajantes naturalistas de várias regiões do Velho Mundo, têm permissão de estudar o que o país desconhecido parecia prometer em novidades. Esses visitantes serão autores de um novo descobrimento do Brasil [...].

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântica de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 29.

O texto refere-se aos viajantes como autores de um “novo descobrimento do Brasil” porque eles teriam

- A) denunciado a condição degradante dos indígenas da América, dada a expropriação de suas terras.
- B) apontado a necessidade de emancipação política brasileira frente aos interesses colonialistas de Portugal.
- C) influenciado as práticas agrícolas brasileiras por compartilharem tecnologias modernizantes dos Estados Unidos.
- D) divulgado as informações sobre o país ao transformarem suas anotações de viagens em relatos publicados na Europa.

Comentários

Diversos viajantes vieram para o Brasil após 1808, acompanhando ou seguindo a Família Real portuguesa. A maioria desses viajantes, como Antonil, Graham e Debret, transformou seus escritos e anotações em livretos, que passaram a circular pela Europa, mostrando aos europeus como era o Brasil daquela época.

Gabarito: D

58. (Vunesp 2013)

O Brasil assistiu, nos últimos meses de 1822 e na primeira metade de 1823,

- A) ao reconhecimento da Independência brasileira pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e por Portugal.
- B) ao esforço do imperador para impor seu poder às províncias que não haviam aderido à Independência.
- C) à libertação da Província Cisplatina, que se tornou independente e recebeu o nome de Uruguai.
- D) à pacífica unificação de todas as partes do território nacional, sob a liderança do governo central, no Rio de Janeiro.



E) à confirmação, pelas Cortes portuguesas e pela Assembleia Constituinte, do poder constitucional do imperador.

Comentários

O período que se seguiu a proclamação da independência foi marcado por um conjunto de conflitos e denominado de “guerras de independência”. A cultura social foi marcada historicamente pela ideia de que a Independência do Brasil foi pacífica, desprezando as lutas das populações urbanas e das elites agrárias regionais, destacando-se as províncias do norte (nordeste) do Brasil. Tais conflitos se deram pela resistência de militares e mercadores lusitanos, contrários à Independência, e, em diversos casos, a vitória ocorreu com a ajuda de mercenários.

Gabarito: B

59. (Fuvest 2015)

Considerando-se o intervalo entre o contexto em que transcorre o enredo da obra *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, e a época de sua publicação, é correto afirmar que a esse período corresponde o processo de

- A) reforma e crise do Império Português na América.
- B) triunfo de uma consciência nativista e nacionalista na colônia.
- C) Independência do Brasil e formação de seu Estado nacional.
- D) consolidação do Estado nacional e de crise do regime monárquico brasileiro.
- E) Proclamação da República e instauração da Primeira República.

Comentários

A história do livro citado se passa no Rio de Janeiro do início do século XIX e a obra foi publicada, em forma de folhetim, originalmente, na década de 1850. Logo, esse período de tempo engloba a Independência do Brasil e a formação do Estado nacional brasileiro.

Gabarito: C

60. (Unicamp 2015)

Um elemento importante nos anos de 1820 e 1830 foi o desejo de autonomia literária, tornado mais vivo depois da Independência. (...) O Romantismo apareceu aos poucos como caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e portanto a identidade, em oposição à Metrópole (...).

CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2004, p. 19.

Tendo em vista o movimento literário mencionado no trecho acima, e seu alcance na história do período, é correto afirmar que:



- A) o nacionalismo foi impulsionado na literatura com a vinda da família real, em 1808, quando houve a introdução da imprensa no Rio de Janeiro e os primeiros livros circularam no país.
- B) o indianismo ocupou um lugar de destaque na afirmação das identidades locais, expressando um viés decadentista e cético quanto à civilização nos trópicos.
- C) os autores românticos foram importantes no período por produzirem uma literatura que expressava aspectos da natureza, da história e das sociedades locais.
- D) a população nativa foi considerada a mais original dentro do Romantismo e, graças à atuação dos literatos, os indígenas passaram a ter direitos políticos que eram vetados aos negros.

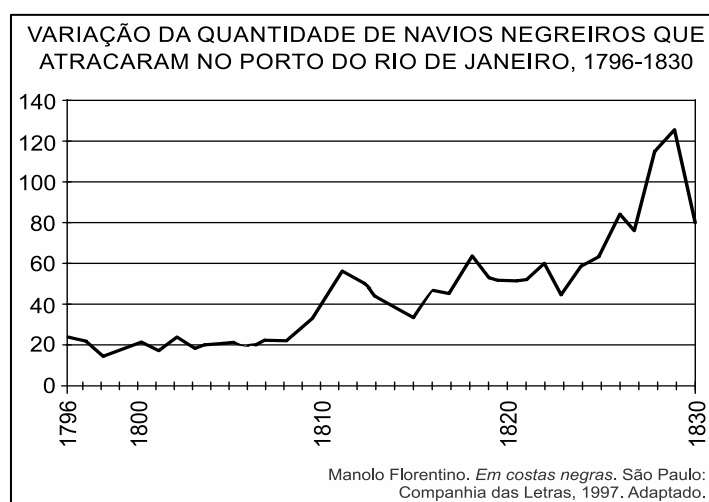
Comentários

Somente a alternativa [C] está correta. A questão remete à chegada do Romantismo ao Brasil. O texto do escritor Antônio Cândido aponta para o desejo de autonomia literária brasileira nas décadas de 1820 e 1830. Do ponto de vista político também havia o desejo do Brasil de buscar sua emancipação política frente a metrópole portuguesa, o que ocorreu em setembro de 1822 com o “Grito do Ipiranga”. No dia 7 de Abril de 1831 D. Pedro I abdicou ao trono: era o início do Período Regencial que durou de 1831 até 1840. Neste contexto, consolidou-se a independência do Brasil considerando que pela primeira vez o Brasil foi governado por brasileiros, e surgiu o Estado Nacional Brasileiro através de uma gradativa substituição dos portugueses por brasileiros. Daí havia uma necessidade de construir uma identidade nacional mostrando nossas particularidades em relação às demais nações. Os autores do Romantismo foram importantes ao expressar elementos da nossa “brasilidade tupiniquim”.

Gabarito: C

61. (Fuvest 2016)

Examine o gráfico.



O gráfico fornece elementos para afirmar:



- A) Apesar de uma ligeira elevação, o tráfico negreiro em direção ao Brasil era pouco significativo nas primeiras décadas do século XIX, pois a mão de obra livre já estava em franca expansão no país.
- B) As grandes turbulências mundiais de finais do século XVIII e de começos do XIX prejudicaram a economia do Brasil, fortemente dependente do trabalho escravo, mas incapaz de obter fornecimento regular e estável dessa mão de obra.
- C) Não obstante pressões britânicas contra o tráfico negreiro em direção ao Brasil, ele se manteve alto, contribuindo para que a ordem nacional surgida com a Independência fosse escravista.
- D) Desde o final do século XVIII, criaram-se as condições para que a economia e a sociedade do Império do Brasil deixassem de ser escravistas, pois o tráfico negreiro estava estagnado.
- E) Rapidamente, o Brasil aderiu à agenda antiescravista britânica formulada no final do século XVIII, firmando tratados de diminuição e extinção do tráfico negreiro e acatando as imposições favoráveis ao trabalho livre.

Comentários

A despeito da pressão inglesa para que ocorresse o fim do tráfico negreiro para o Brasil, o mesmo manteve-se em alta entre 1810 e 1830, o que contribuiu para a formação escravista da nossa sociedade.

Gabarito: C

62. (G1 - IFBA 2016)

Neste país, que se presume constitucional e onde só deverão ter ação poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do sistema, que só há um poder ativo onímodo, onipotente, perpétuo, superior à lei, e à opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável. (Trecho do Manifesto Republicano, publicado no *Jornal A República*, do Rio de Janeiro, em dezembro de 1870.)

Disponível em: <<http://www.historiamais.com/manifesto.htm>>. Acesso em 20.09.2015.

A crítica apresentada pelo Manifesto Republicano de 1870 pode ser associada:

- A) ao despotismo de D. Pedro II, no desrespeito à Constituição Imperial.
- B) aos amplos e ilimitados poderes garantidos ao Imperador pelo Poder Moderador.
- C) à irresponsabilidade de D. Pedro II no trato com o dinheiro e com as finanças públicas.
- D) ao estado de corrupção e fraudes que envolvia D. Pedro II e grande parte de seus assessores.
- E) aos prejuízos econômicos do país nas negociações que D. Pedro II realizou com a Inglaterra.

Comentários



A questão faz uma crítica ao poder moderador instituído na constituição brasileira de 1824. De acordo com este poder, o imperador poderia interferir nas demais esferas de poder, ou seja, o regime era uma monarquia constitucional, mas com uma fachada absolutista. Esta constituição foi muito centralizadora desagradando às elites locais. No mesmo ano em que a carta foi outorgada, ocorreu a Confederação do Equador em Pernambuco com caráter separatista e republicano. Muitas críticas foram feitas a este documento como sugere o Manifesto Republicano de 1870.

Gabarito: B

63. (PUCRS 2016)

Sobre a situação econômica e financeira do Brasil durante o Primeiro Reinado, é INCORRETO afirmar que

- A) o Brasil passava por uma forte crise no comércio de exportação, devido à queda das suas vendas externas de açúcar no mercado Europeu.
- B) a situação brasileira se agravou na medida em que, depois do declínio da produção aurífera colonial, a Inglaterra perdeu o interesse de ser parceira comercial do Brasil.
- C) o imperador D. Pedro I fazia gastos excessivos e não voltados ao desenvolvimento econômico, como o financiamento da Guerra da Cisplatina, além de existirem problemas na arrecadação de impostos.
- D) o café, que seria o grande produto brasileiro de exportação no século XIX, ainda não ocupava espaço significativo no comércio exterior do país.
- E) havia grande carência em transportes que, aliada às dimensões continentais do território brasileiro, dificultava a integração econômica do novo país e o adequado aproveitamento de suas riquezas naturais.

Comentários

O Brasil viveu uma grave crise econômica Brasil durante o Primeiro Reinado, 1822-1831, por vários motivos. O país não conseguia emplacar nenhum produto na pauta de exportação, embora tivesse inúmeros produtos para exportar. O café ainda não possuía muita relevância na pauta de exportação. D. Pedro I gastava muito com o financiamento de guerras como a Guerra de Independência em 1823, a Confederação do Equador em 1824, a “Questão da Cisplatina” entre outros. A Inglaterra não perdeu o interesse pelo Brasil, pois representava um mercado promissor. A principal fonte de renda para o Brasil era através das tarifas alfandegárias. A queda na exportação provocou desequilíbrio na balança comercial gerando a necessidade de fazer empréstimos externos constantes comprometendo a renda alfandegária.

Gabarito: B

64. (G1 - IFSUL 2016)

A partir da segunda metade do século XIX, vários intelectuais, escritores, jornalistas e políticos discutiam a relação existente entre a utilização da mão de obra escrava e a questão do desenvolvimento nacional. Enquanto as nações europeias se industrializavam e buscavam



formas de ampliar a exploração da mão de obra assalariada, o Brasil se afastava desses modelos de civilidade ao preservar a escravidão como prática rotineira.

Disponível em: <http://www.brasilecola.com/datas-comemorativas/dia-abolicao-escravatura.htm>. Acesso em 21 set. 2015.

A campanha abolicionista ganhou força nacional, mas ainda encontrava alguns obstáculos, tais como:

- A) a falta de apoio de alguns setores sociais, como o intelectual e o artístico.
- B) a noção de escravo como um bem, o que exigia a indenização para os proprietários de escravos.
- C) a reação do proletariado urbano, pelo temor da concorrência da mão de obra escrava.
- D) o apoio dos senhores de engenho para a abolição, principalmente do setor açucareiro, devido à mecanização da agricultura nordestina.

Comentários

A questão aponta para um grande debate que se estabeleceu no Brasil ao longo do século XIX. A discussão era sobre a utilização da mão de obra escrava e o desenvolvimento econômico nacional. Muitos intelectuais e políticos criticavam a escravidão associando-a ao atraso, porém entendiam a relevância da escravidão para a economia do Brasil. O escravo era um bem, uma propriedade, acabar com a escravidão poderia exigir indenização.

Gabarito: B

65. (ESPM 2016)

...uma Constituição não é outra coisa que a ata do Pacto Social que fazem entre si os homens, quando se juntam e associam para viver em reunião ou sociedade.

(Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca. Citado por Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota in *História do Brasil: uma interpretação*).

As palavras do Frei Caneca foram proferidas a propósito de crítica ao modelo autocrático-imperial de Pedro I.

Assinale a alternativa que apresente a revolução republicana e separatista que eclodiu no nordeste, ocorrida contra o governo de Pedro I:

- A) Revolução Pernambucana de 1817;
- B) Sabinada;
- C) Cabanagem;
- D) Balaiada;
- E) Confederação do Equador.

Comentários



A Confederação do Equador (1824) eclodiu em razão do autoritarismo de d. Pedro I, que, no ano anterior, fechou a Assembleia Constituinte, prendeu os deputados que a compunham e autorizou a escritura de uma Constituição claramente absolutista para o país.

Gabarito: E

66. (G1 - IFBA 2016)

Os negros livres e libertos preocuparam os observadores do acaso do Império português no Brasil, mas foi, sobretudo, pensando nos escravos que eles distinguiram a atuação de um “partido negro”. Um anônimo informante da Coroa portuguesa escreveria numa data entre 1822 e 1823: (...) embora havendo no Brasil aparentemente só dois partidos [portugueses e brasileiros], existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso, pois se trata do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seus números reduzidos”.

Fonte: REIS, João José. *O Jogo Duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” da Independência da Bahia*. In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79-98.

A denúncia da existência de um perigoso “partido negro”, no contexto da luta pela independência na Bahia, pode ser explicada pela:

- A) ameaça dos negros, escravizados e libertos, de se revoltarem contra os brancos e lutarem pela continuidade do domínio lusitano sobre a colônia.
- B) existência de uma organização partidária de negros livres e escravizados, que regulava ações conjugadas em toda a colônia pela extinção do trabalho escravo.
- C) participação de grande número de escravizados e negros livres na guerra de independência do Brasil, que poderia evoluir para uma luta contra o regime de escravidão.
- D) Ameaça de união entre as organizações antiescravistas brasileiras e os grupos revolucionários que estabeleceram uma República de negros no Haiti, no final do século XVIII.
- E) aliança firmada entre os negros libertos e os portugueses contra os proprietários de terras brasileiros, que poderia resultar num decreto do governo lusitano extinguindo o trabalho escravo na colônia.

Comentários

A questão aponta para a participação dos negros no processo de independência do Brasil, em especial na formação do “Partido Negro” na Bahia em 1822 e 1823. A elite branca brasileira tinha medo do “haitianismo”, ou seja, na luta pela independência do Haiti os negros aderiram ao movimento, porém imprimiram um caráter social muito forte tomando o poder e exterminando muitos brancos que eram associados à exploração. Desta forma, na guerra de independência do Brasil a participação dos negros representava um risco aos interesses da elite.



Gabarito: C

67. (G1 - CFTMG 2016)

“Após a Independência, o governo brasileiro encontrava-se em uma situação complicada. Afora vozes isoladas, não apenas os grandes proprietários e traficantes, como toda a população livre, estavam convencidos de que o fim do tráfico de escravos, a curto prazo, provocaria um colapso na sociedade brasileira. No entanto, a Inglaterra, país de quem dependia, pressionava cada vez mais em sentido contrário. Apesar da dependência brasileira, a extinção do tráfico de escravos foi um longo processo de desavenças e acordos entre Brasil e Inglaterra.”

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 192.

Dentre os fatores que contribuíram para a extinção do tráfico de escravos, é INCORRETO afirmar que:

- A) a Lei Eusébio de Queirós, de setembro de 1850, reconhecia que o tráfico equivalia à pirataria.
- B) o endividamento dos fazendeiros forçou a hipoteca de suas terras como pagamento aos traficantes.
- C) a Lei de Terras, aprovada em 1850, estipulava que os imigrantes não poderiam se tornar proprietários fundiários.
- D) a diminuição do tráfico transatlântico resultou no deslocamento de escravos da região mineradora para suprir as necessidades de cativos na lavoura açucareira.

Comentários

O texto do historiador Boris Fausto aponta para o fim do tráfico de escravos e os possíveis desdobramentos para a economia do Brasil. A Lei Eusébio de Queirós de 1850 proibiu o tráfico de escravos. A partir desta data, o tráfico de escravos era concebido como pirataria. A Lei de Terras, aprovada na mesma data, dificultava a aquisição de terras no Brasil, só através da compra, o que dificultava a aquisição por parte de pessoas desprovidas de capital como os imigrantes. A referida lei diminui drasticamente o fluxo de escravos para o Brasil gerando um comércio interprovincial de escravos deslocados de várias regiões para a lavoura cafeeira (e não açucareira).

Gabarito: D

68. (UECE 2016)

No que concerne à Confederação do Equador de 1824, analise as afirmações a seguir, e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

- () A Confederação costuma ser considerada um prolongamento da Revolução Pernambucana de 1817.
- () As propostas liberais, republicanas e federativas serviram de bandeira política para os insurretos.



- () Os revoltosos propunham a organização de uma república nos moldes dos Estados Unidos da América.
- () A adesão dos segmentos populares foi fundamental para unir todos os revoltosos.
- () A imprensa, infelizmente, atuou contra o movimento e nenhum jornal nas províncias envolvidas quis apoiar a causa.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) F, V, V, V, F.
- B) V, F, F, V, V.
- C) V, F, F, V, V.
- D) V, V, V, F, F.

Comentários

A quarta afirmação é **falsa**, porque a Confederação era, originalmente, popular. Esse, aliás, era seu grande diferencial;

A quinta afirmação é **falsa**, porque a imprensa esteve presente na Confederação. Líderes do movimento, como Barata e Frei Caneca, tinham periódicos em Pernambuco.

Gabarito: D

69. (PUCCAMP 2016)

República ou monarquia? Esse dilema esteve presente em todo o processo de *Independência* do Brasil. Mas a monarquia acabou sendo o sistema adotado em terras brasileiras, ao contrário do que ocorreu em outras nações americanas, pois, para essas novas nações surgidas na América espanhola, a república:

- A) promovia uma relativa descentralização do poder, uma vez que o regente deveria ser eleito pelo povo.
- B) significava um rompimento maior com a metrópole e a fragmentação do antigo império colonial.
- C) facilitava a manutenção de um vasto território nas mãos dos chefes de Estado e dos proprietários rurais.
- D) garantia a implantação do princípio da soberania popular e da igualdade de direitos na América.
- E) atendia o desejo de políticos liberais e conservadores de libertar as províncias do poder metropolitano.

Comentários

Basicamente, o grande diferencial entre a Independência do Brasil e as Independências da América Espanhola foi a LIDERANÇA: no Brasil, um membro da Família Real portuguesa e na América Espanhola, a classe social crioula, excluída durante o período colonial. Daí os diferentes caminhos políticos seguidos após as independências.



Gabarito: B

70. (UFRGS 2015)

Observe as figuras abaixo.



RUGENDAS, Johann Moritz, *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d. p. 215 e 225.

Considere as seguintes afirmações sobre o processo escravista no Brasil.

- I. As relações sociais entre senhores e escravos, no Brasil, eram definidas pelo equilíbrio de poder estabelecido pela miscigenação, conferindo à experiência histórica brasileira o caráter de "democracia racial".
- II. Os africanos deportados da África para a América desenvolveram mecanismos de sociabilidade, constituindo famílias e formas de identidades sociais.
- III. A Lei Áurea, além da emancipação dos escravos, decretava uma série de benefícios sociais e políticos para os libertos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

Comentários

A afirmativa [I] está **incorreta** porque não existia nenhum tipo de *democracia racial* na época da escravidão no Brasil. A divisão brancos/negros sempre existiu e foi rígida;



A afirmativa [III] está **incorreta** porque a Lei Áurea tinha apenas dois parágrafos, a saber: (1) está abolida a escravidão no Brasil e (2) revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabarito: B

71. (FGV 2015)

Observe o mapa.



(Armelle Enders, A nova história do Brasil, p. 109)

Os dados do mapa mostram que a emancipação política do Brasil

A) efetivou-se com o chamado Grito do Ipiranga, porque todas as províncias do Brasil, imediatamente, passaram a obedecer às ordens vindas do Rio de Janeiro na pessoa do Imperador Dom Pedro I e romperam todos os laços com as Cortes de Lisboa, defensoras da recolonização brasileira.

B) ocorreu de forma homogênea, com a divisão da liderança do movimento emancipacionista entre os principais comandos regionais do Brasil e com a constituição de acordos políticos que garantiram a unidade territorial e a efetivação do federalismo.

C) dividiu as regiões brasileiras entre as defensoras de uma emancipação vinculada ao fim do tráfico de escravos, caso das províncias do Norte e do Nordeste, e as províncias do Centro-Sul, contrárias à separação definitiva de Portugal e favoráveis à constituição de uma monarquia dual.

D) foi um processo complexo, no qual não houve adesão imediata de algumas províncias ao Rio de Janeiro, representado pelo poder do imperador Dom Pedro I, pois essas províncias continuaram fiéis às Cortes de Lisboa, levando à guerras de independência.

E) diferencia-se radicalmente das experiências da América espanhola, porque a América portuguesa obteve a sua independência sem que houvesse qualquer movimento de resistência armada por parte dos colonos ou da metrópole, interessados em uma separação negociada.

Comentários



Somente a proposição [D] está correta. O mapa aponta para o processo de independência do Brasil. O processo de independência do Brasil foi bem complexo começando em 1808 com a vinda da corte portuguesa para o Brasil e a Abertura dos Portos rompendo com o pacto colonial e foi concluído em 1831 quando D. Pedro I abdicou ao trono deixando para seu filho de apenas 5 anos de idade. Havia dois grupos: os brasileiros compostos pela elite agrária e favoráveis a independência e o grupo português muito forte no nordeste e contrário a independência. Assim, quando ocorreu o grito do Ipiranga no dia 7 de setembro de 1822, era preciso nacionalizar a independência considerando que boa parte era contrário a ela. Daí surgiram as guerras de independência em 1823 constituindo praticamente uma guerra civil.

Gabarito: D

72. (IMED 2015)

A Constituição de 1824, primeira Constituição do Brasil, estabelecia:

- I. Estado unitário, monárquico e hereditário.
- II. Independência da Igreja Católica em relação ao Estado.
- III. Voto indireto, censitário e aberto.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

Comentários

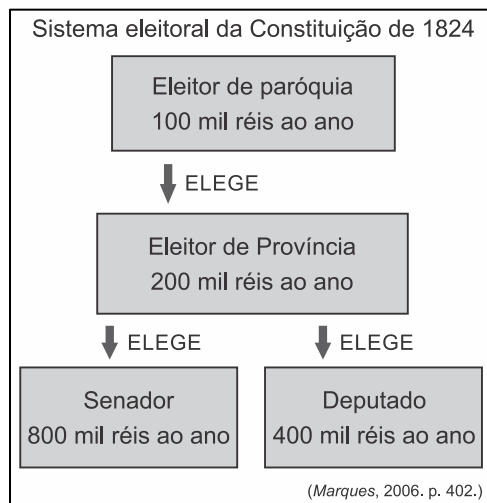
A questão se refere à primeira constituição do Brasil, outorgada em 1824. Por meio dela o Brasil tornou-se um Estado unitário, monárquico e hereditário, com voto direto, censitário (de acordo com a renda) e aberto. Estabeleceu o Padroado e o Beneplácito, ou seja, a Igreja católica era submissa ao Estado. Não havia independência da Igreja diante do Estado, isto surgiu apenas na constituição brasileira de 1891.

Gabarito: C

73. (UERN 2015)

Observe o quadro.





A partir da análise do quadro e tendo em vista o contexto do Brasil no I Império, é possível classificar o voto, naquele período, como

- A) censitário, amplo, indireto e irrestrito.
- B) universal, masculino, direto e representativo.
- C) censitário, masculino, indireto e em dois graus.
- D) universal, apartidário, direto e em quatro graus.

Comentários

A Constituição brasileira de 1824 restringia a participação da população ao voto: renda mínima (critério censitário), voto masculino, eleição indireta e voto separado em dois graus (eleitor de província sendo eleito para eleger deputados e senadores) eram características do voto no Primeiro Reinado.

Gabarito: C

74. (FGVRJ 2013)

A história da construção do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX foi a história da tensão entre unidade e autonomia. Por outro lado, no interior do Estado, de elites com fortes vínculos com os interesses de sua região de origem e ao mesmo tempo comprometidas com uma determinada política nacional, pautada pela negociação destes interesses e pela manutenção da exclusão social, marcou não apenas o século XIX, como também o século XX. Através do parlamento essas elites regionais têm imposto uma determinada dinâmica para o jogo político que se materializa na imensa dificuldade de empreender reformas sociais profundas.

Dolhnikoff, Miriam. O pacto imperial. As origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 11-12.

De acordo com o ponto de vista apresentado no texto,



- A) a história brasileira é marcada por práticas de tolerância política acentuadas nas últimas décadas com a redemocratização do país.
- B) o parlamento é a única instituição política imune aos interesses e ao controle das elites regionais brasileiras.
- C) as profundas reformas sociais só foram possíveis graças às transformações políticas ocorridas na primeira metade do século XIX no Brasil.
- D) a dinâmica política do Estado nacional se constituiu com base em negociações entre as elites regionais e a exclusão social de outros setores.
- E) as características descritas sobre o Estado revelam a supremacia do Poder Judiciário sobre o Poder Legislativo na história política brasileira.

Comentários

A autora, no trecho citado, salienta o caráter elitista da vida política brasileira, com arranjos que excluía a participação popular no processo político. O próprio fato de que durante parte considerável do Império (século XIX) o voto era censitário, restrito a uma limitadíssima parcela mais rica da população, reforça essa característica que a República não reverteu de imediato. Aspectos como o voto de cabresto e os currais eleitorais, típicos da República Velha, mostram exatamente esse predomínio das elites locais no uso da política em benefício apenas de seus interesses.

Gabarito: D

75. (UPF 2012)

Em setembro de 1822, o príncipe regente Dom Pedro proclamou a separação do Brasil em relação ao reino de Portugal. Sobre a independência do Brasil é correto afirmar:

- A) Modificou parcialmente as estruturas do país, pois, embora tivesse mantido o latifúndio, a monocultura e a escravidão, o Brasil tornou-se política e economicamente independente.
- B) Não modificou o país em profundidade, pois manteve a concentração da terra, a monocultura e a escravidão.
- C) Modificou o país, pois a Lei de Terras propiciou um maior acesso à terra pela população.
- D) Não chegou a modificar o país concretamente, pois as ideias de fim de escravidão e de adoção de uma política agrária para o país não foram cumpridas, como queriam os cafeicultores.
- E) Representou um avanço social, pois o país passou a ser governado por uma família real cuja mentalidade era abolicionista.

Comentários

A Independência foi um movimento essencialmente político, que retirou o Brasil do domínio português, mas preservou as estruturas socioeconômicas tradicionais.

Gabarito: B



76. (ESPCEX (Aman) 2013)

Era “exclusivo do imperador e definido pela Constituição como ‘chave mestra de toda organização política’. Estava acima dos demais poderes”.

(COTRIM, 2009)

O texto em epígrafe aborda a criação no Brasil, pela Constituição de 1824, do Poder:

- A) Moderador.
- B) Justificador.
- C) Executivo.
- D) Judiciário.
- E) Legislativo.

Comentários

O Poder Moderador foi uma criação da Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, e dava ao imperador o controle sobre as estruturas políticas e judiciais do país, caracterizando seu governo como centralizador e autoritário.

Gabarito: A

77. (UFRGS 2013)

Em 1824, é outorgada a Constituição do Império do Brasil. Entre suas características, podemos afirmar que:

- A) dividia os poderes do Estado exclusivamente em Executivo, Legislativo e Magistratura.
- B) separava a Igreja Católica do Estado Laico.
- C) previa a eleição direta do Primeiro Ministro.
- D) estabelecia o voto universal e secreto para a população masculina.
- E) dividia os poderes do Estado em Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador.

Comentários

A 1ª Constituição do Brasil foi outorgada (imposta) por Dom Pedro I. Esta Carta Constitucional organizava os poderes de Estado em 4: Judiciário, Legislativo, Executivo, além do Poder Moderador. Este era exclusivo do Imperador, sendo considerado a “chave-mestra” de toda a organização da política do Império. Este poder permitia ao Imperador intervir em todos os demais poderes do Estado.

Gabarito: E

78. (UFPR 2011)



“Temos a tendência de pressupor que todas as mudanças que decorreram de um movimento de independência foram para o melhor. Raramente, por exemplo, consideramos um movimento de independência como uma regressão, um triunfo do despotismo sobre a liberdade, de um regime imposto sobre um regime representativo. Apesar disso, no caso da independência do Brasil, essas acusações foram na época imputadas ao novo regime”.

(Adaptado de MAXWELL, K. “Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência”. In: MOTTA, C. G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: *Editora Senac*, 2000, p 181.)

Qual dos eventos citados a seguir gerou as acusações mencionadas no texto?

- A) A outorga da Constituição de 1824, feita por D. Pedro I depois de dissolvida a Assembleia Constituinte que elaborava o texto constitucional.
- B) O tratado de comércio que estipulou vantagens econômicas para a Inglaterra.
- C) O incentivo à imigração europeia e a gradual emancipação dos escravos, resultado de políticas públicas realizadas no período monárquico com objetivo de promover a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.
- D) A guerra empreendida contra o Paraguai na década de 1860.
- E) A decretação da maioria de D. Pedro II que, em 1840, favoreceu as medidas de centralização do poder, chamadas à época de “regresso”.

Comentários

A única alternativa que retrata uma situação vivida pelo Brasil após a independência. Apesar de obter a liberdade, o país ficou sob o governo de um monarca português, D. Pedro I, herdeiro do trono de Portugal que, com o apoio da elite portuguesa residente no Brasil e ligada ao comércio, deu um golpe, fechou a Assembleia Constituinte, prendeu diversos deputados e impôs uma Constituição centralizadora e autoritária ao país.

Gabarito: A

79. (G1 - IFCE 2014)

Era característica da Primeira Constituição Brasileira, de 1824:

- A) ser imposta pelo Imperador D. Pedro I.
- B) ser fruto de uma Assembleia Constituinte decorrente da Confederação do Equador.
- C) instituir o voto universal, secreto, obrigatório, para maiores de 18 anos, independente de ser alfabetizado ou não.
- D) estabelecer três poderes, que funcionaram em harmonia e independência.
- E) decretar o fim da escravidão, além de definir direitos, como a propriedade de terras, para os indígenas e seus descendentes que ainda viviam no Brasil.

Comentários



Somente a alternativa [A] está correta. A independência do Brasil ocorreu em 1822 e o país necessitava de uma constituição. Em 1823 foi criada a Assembleia Nacional Constituinte para elaborar o projeto constitucional. Porém o projeto da mandioca não agradou o imperador D. Pedro I que dissolveu a Assembleia. Desta forma, a constituição de 1824 foi outorgada, ou seja, imposta para o país. As demais alternativas estão incorretas. A Confederação do Equador ocorreu em Pernambuco logo após a constituição. O voto não era secreto. Havia quatro poderes sendo o quarto poder chamado de “Moderador”. A escravidão só foi abolida em 13 de Maio de 1888.

Gabarito: A

80. (FGV 2013)

A independência, porém, pregou uma peça nessas elites. Um ano após ser convocada, a Assembleia Constituinte foi dissolvida e em seu lugar, o imperador designou um pequeno grupo para redigir uma Constituição “digna dele”, ou seja, que lhe garantisse poderes semelhantes aos dos reis absolutistas. Um exemplo disso foi a criação do Poder Moderador (...)

(Mary del Priore e Renato Venancio, *Uma breve história do Brasil*)

Esse poder:

- A) ampliava os direitos das Assembleias Provinciais, restringia a ação do Imperador no tocante à administração pública e a ação do Senado.
- B) permitia que o Imperador reformasse a Constituição por decreto-lei e que escolhesse parte dos deputados provinciais.
- C) sofria de uma única limitação institucional, pois o Estado brasileiro não tinha direito de interferir nos assuntos relacionados com a Igreja Católica.
- D) proporcionava ao soberano poderes limitados, o que permitiu alargamento da autonomia política e econômica das províncias do Império.
- E) oferecia importantes prerrogativas ao Imperador, como indicar presidentes de províncias, nomear senadores e suspender magistrados.

Comentários

O Poder Moderador dava a d. Pedro I a prerrogativa de intervir nos demais três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Tal poder dava ao imperador, na prática, todo o poder político do Brasil independente.

Gabarito: E

81. (Upe 2010)

A liberdade política exige lutas e enfrentamentos, muitas vezes, violentos. Em Pernambuco, a insatisfação da população levou à organização da Confederação do Equador, logo depois de 1822.



Liderada pelos liberais, a Confederação tinha como objetivo

- A) afirmar um governo baseado numa Monarquia Constitucional, segundo os modelos do Iluminismo francês.
- B) definir um governo democrático, com o fim imediato da escravidão e do governo monárquico.
- C) reforçar a centralização política, sem, contudo, alterar a Constituição de 1824 e suas normas básicas.
- D) criar uma república federativa, facilitando a descentralização política e o fim do autoritarismo.
- E) destruir o poder dos grandes latifundiários, proclamando uma constituição radicalmente liberal.

Comentários

A Confederação do Equador foi o principal movimento de contestação ao autoritarismo de D. Pedro I, manifestada pelo centralismo político imposto pela Constituição e pela nomeação de Francisco Paes Barreto como presidente da província, em lugar de Pais de Andrade, apoiado pelo povo. Na organização do movimento foi de grande importância o papel da imprensa, em especial dos jornais *A Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, de Cipriano Barata e do *Tífis Pernambucano* de Frei Caneca.

Gabarito: D

82. (PUCRS 2014)

Depois de declarada a Independência do Brasil, foi necessário dar uma ordenação legal ao novo país por meio da sua primeira constituição. Sobre esse processo, é INCORRETO afirmar que:

- A) O primeiro projeto de constituição recebeu o nome de Constituição da Mandioca, porque estabelecia que, para votar ou se eleger, a pessoa deveria comprovar uma renda mínima, equivalente a determinada quantidade de alqueires plantados desse vegetal.
- B) A Assembleia Legislativa reunida em 1823 para elaborar a primeira Constituição do Brasil foi dissolvida por D. Pedro I, por ter proposto um projeto que privilegiava os grandes proprietários de terra e excluía os pobres da participação política.
- C) A primeira Constituição do Brasil foi outorgada por D. Pedro I e estabelecia o voto censitário e a formação de quatro poderes – Legislativo, Judiciário, Executivo e Moderador –, ficando os dois últimos sob controle do Imperador.
- D) A primeira Constituição brasileira, estabelecida em 25 de março de 1824, instituiu uma monarquia hereditária no Brasil e o catolicismo como religião oficial do novo País, subordinando a Igreja ao controle do Estado.
- E) Instituído pela Constituição outorgada de 1824, o Poder Moderador garantia a D. Pedro I o direito de nomear ministros, dissolver a Assembleia Legislativa, controlar as Forças Armadas e



nomear os presidentes das províncias, favorecendo a concentração de poderes no Imperador.

Comentários

A Assembleia Constituinte de 1823 foi dissolvida por d. Pedro I porque propunha uma Constituição que restringia o poder imperial, e não porque excluía a população de baixa renda do jogo político.

Gabarito: B

83. (IFSP 2011)

Compare os dois excertos dados.

A- “D. Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos, que tendo-nos requerido os povos deste Império, junto em Câmaras, que nós quanto antes jurássemos e fizéssemos jurar o projeto da Constituição (...)”

(Preâmbulo da Constituição Política do Império Brasileiro, 1824)

B- “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (...) promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição(...)”

(Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

I. As duas Constituições foram feitas por Assembleias Constituintes (no século XIX, chamadas de Câmaras) e, portanto, as duas Cartas foram promulgadas.

II. Na primeira Constituição Brasileira há a ideia de que o poder Executivo existe pela graça de Deus, enquanto, na atual, a Assembleia Constituinte se colocou sob a proteção de Deus.

III. A Constituição Imperial trazia quatro poderes, sendo o poder Moderador o mais importante, pois dele dependiam os outros poderes; na Constituição de 1988, não se apresenta a superioridade de nenhum poder sobre os demais, pois tornou-se fundamental, à época, a busca da igualdade perante a lei e a prática da justiça.

Assinale a alternativa:

- A) se I, II e III forem corretas.
- B) se apenas II e III forem corretas.
- C) se apenas I e II forem corretas.
- D) se apenas I e III forem corretas.
- E) se apenas a I for correta.

Comentários



A Constituição de 1824 foi outorgada (imposta) pelo Imperador D. Pedro I e é considerada centralizadora e autoritária, principalmente pela existência do Poder Moderador, de uso exclusivo do Imperador e colocado acima dos demais. Nessa época, as ideias iluministas, que defendiam a “teoria dos três poderes”, já vigoravam em diversos países, mas não foi colocada em prática no Brasil.

Gabarito: B

84. (UPF 2016)

As revoltas provinciais do período Regencial, que varreram o país de norte a sul, tiveram distintos atores sociais e propostas.

“As províncias, desprezadas pela corte, curtindo o exílio dentro do país, e insatisfeitas com a Regência, reagem...”

(FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. v.1, 5. Ed., 2012, p. 320).

Sobre essas revoltas, considere as afirmações a seguir.

I. A Cabanagem ocorreu no Pará e teve ampla participação de elementos de baixa condição social (índios, seringueiros, lavradores e caboclos), os quais não tinham um programa sistemático de reivindicações, mas demonstravam seu ódio aos portugueses.

II. A Guerra dos Farrapos foi liderada pela elite dos estancieiros e teve como principal proposta a abolição incondicional da escravidão no Rio Grande do Sul e a defesa do trabalho assalariado.

III. A Sabinada reuniu uma base ampla de apoio, incluindo integrantes da classe média e do comércio de Salvador. Uma de suas bandeiras de luta foi a adoção do federalismo.

IV. A Balaiada caracterizou-se por sucessivos levantes, inclusive de escravos, sem unidade entre si, o que levou a ser vencida pelas tropas legalistas com relativa facilidade. O separatismo não foi proposto pelos rebeldes.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II e III.
- E) II, III e IV.

Comentários

A questão remete às revoltas que ocorreram no Brasil durante o período Regencial, 1831-1840. Após a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, começou o período Regencial. Caracterizam este contexto histórico, a formação do Estado Nacional brasileiro, a consolidação do processo de



independência do Brasil, a participação dos humildes na vida pública sendo massacrados e o surgimento de muitas revoltas, algumas de caráter separatista.

A Guerra dos Farrapos, 1835-1845, uma das mais importantes deste período, ocorreu no Rio Grande do sul. Este movimento estava ligado aos interesses dos estancieiros em relação alta taxaço do charque gaúcho, não tinha como objetivo acabar com a escravidão e não defendia o trabalho assalariado.

Gabarito: C

85. (G1 - IFBA 2016)

Durante o Período Regencial – 1831-1840 – o Brasil foi palco de diferentes tipos de rebeliões como a Farroupilha, a Cabanagem, a Balaiada, entre outras. Embora apresentem particularidades, esses movimentos apontam para pontos comuns como:

- A) o questionamento da unidade territorial, apresentando projetos separatistas e republicanos.
- B) a proposta de antecipar a maioridade de D. Pedro, como forma de garantir um governo de base nacional.
- C) o estabelecimento temporário de um novo regime político, capaz de unir o país até a posse de D. Pedro II.
- D) a extinção imediata do sistema de escravidão e o estabelecimento do trabalho assalariado em todos os setores econômicos.
- E) a luta contra a grande propriedade e pela reforma agrária que permitisse uma reestruturação agrária no país.

Comentários

A questão aponta para o Período Regencial, 1831-1840. Neste contexto, completou-se a independência do Brasil considerando que o país foi governado por brasileiros, começou a esboçar um Estado Nacional, surgiram partidos políticos. A elite brasileira entrou em conflitos pelo poder, havia um grupo que defendia a centralização administrativa, e outro que apoiava o federalismo, ou seja, maior autonomia para as províncias. Eclodiram diversas revoltas no país com um projeto separatista e republicano como a Farroupilha no Rio Grande do Sul.

Gabarito: A

86. (Ulbra 2016)





Queremos Pedro II,
Ainda que não tenha idade
A nação dispensa a lei.
Viva a Maioridade!

Por subir Pedrinho ao trono,
Não fique o povo contente;
Não pode ser coisa boa
Servindo com a mesma gente.

(Disponível em <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/antecipacao.html>)

Os dois versos se referem ao processo que culminou com a antecipação da maioridade de D. Pedro II em 1840 e permitem vislumbrar as preocupações na transição para o Segundo Império.

I. A ideia de a nação dispensar a lei encobria a ilegalidade de alçar ao trono um nobre com 14 anos de idade, assim como encerrar o período denominado como Regencial.

II. Grafar Pedro no diminutivo induz ao pensamento de que o momento correto para a coroação do Imperador deveria respeitar o período de amadurecimento estabelecido pelo projeto das Regências.

III. Nos dois últimos versos da segunda estrofe, a discussão é posta no sentido de que existe um grupo interessado na subida ao trono e que interesses políticos e econômicos específicos podem não satisfazer a nação como um todo.

Está(ão) correta(s):

- A) Somente a I.
- B) I e II.
- C) I e III.



- D) II e III.
- E) I, II e III.

Comentários

Somente a proposição [E] está correta. A questão aponta para o Golpe Liberal da Maioridade em julho de 1840 quando D. Pedro II assumiu o trono com 15 anos incompletos. Neste momento acabou o período Regencial caracterizado por inúmeras revoltas, algumas com caráter separatista. As três assertivas estão condizentes com o texto.

Gabarito: E

87. (ESPCEX (Aman) 2016)

Pedro I abdicou do trono, em 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, iniciando-se no Brasil o Período Regencial. A partir de 1840 e durante todo o período imperial, a vida política do País passou a ser dominada pelos:

- A) liberais e conservadores.
- B) conservadores e socialistas.
- C) liberais e republicanos.
- D) comunistas e republicanos.
- E) liberais e anarquistas.

Comentários

A questão remete ao Brasil no século XIX. Em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono passando o poder para seu filho de 5 anos. Entre 1831 e 1840, ocorreu o Período Regencial com a consolidação da independência do Brasil, a formação do estado nacional brasileiro, o surgimento de partidos políticos como o Partido Liberal e o Partido Conservador. Estes dois partidos dominaram a vida política do país ao longo do Segundo Reinado, 1840-1889.

Gabarito: A

88. (Vunesp 2012)

A maioria do príncipe D. Pedro foi antecipada, em 1840, para que ele pudesse assumir o trono brasileiro. Entre os objetivos do chamado Golpe da Maioridade, podemos citar o esforço de:

- A) obter o apoio das oligarquias regionais, insatisfeitas com a centralização política ocorrida durante o Período Regencial.
- B) ampliar a autonomia das províncias e reduzir a interferência do poder central nas unidades administrativas.
- C) abolir o Ato Adicional de 1834 e aumentar os efeitos federalistas da Lei Interpretativa do Ato, editada seis anos depois.



D) promover ampla reforma constitucional de caráter liberal e democrático no país, reagindo ao centralismo da Constituição de 1824.

E) restabelecer a estabilidade política, comprometida durante o Período Regencial, e conter revoltas de caráter regionalista.

Comentários

O golpe da maioria foi articulado pelo Partido Liberal, como forma de recuperar o poder que estava nas mãos de Araújo Lima do Partido Conservador. No entanto, a lei que antecipou a maioria de D. Pedro II foi aprovada com o apoio de deputados do Partido Conservador, que viam nesse procedimento político uma forma de garantir a unidade nacional e centralizar o poder, já que as rebeliões que ocorriam no país ameaçavam a unidade territorial.

Gabarito: E

89. (Vunesp 2013)

A Revolução Farroupilha foi um dos movimentos armados contrários ao poder central no Período Regencial brasileiro (1831-1840). O movimento dos Farrapos teve algumas particularidades, quando comparado aos demais.

Em nome do povo do Rio Grande, depus o governador Braga e entreguei o governo ao seu substituto legal Marciano Ribeiro. E em nome do Rio Grande do Sul eu lhe digo que nesta província extrema [...] não toleramos imposições humilhantes, nem insultos de qualquer espécie. [...] O Rio Grande é a sentinela do Brasil, que olha vigilante para o Rio da Prata. Merece, pois, maior consideração e respeito. Não pode e nem deve ser oprimido pelo despotismo. Exigimos que o governo imperial nos dê um governador de nossa confiança, que olhe pelos nossos interesses, pelo nosso progresso, pela nossa dignidade, ou nos separaremos do centro e com a espada na mão saberemos morrer com honra, ou viver com liberdade.

(Bento Gonçalves [carta ao Regente Feijó, setembro de 1835] *apud* Sandra JatahyPesavento. *A Revolução Farroupilha*, 1986.)

Entre os motivos da Revolução Farroupilha, podemos citar

A) o desejo rio-grandense de maior autonomia política e econômica da província frente ao poder imperial, sediado no Rio de Janeiro.

B) a incorporação, ao território brasileiro, da Província Cisplatina, que passou a concorrer com os gaúchos pelo controle do mercado interno do charque.

C) a dificuldade de controle e vigilância da fronteira sul do império, que representava constante ameaça de invasão espanhola e platina.

D) a proteção do charque rio-grandense pela Corte, evitando a concorrência do charque estrangeiro e garantindo os baixos preços dos produtos locais.

E) a destruição das lavouras gaúchas pelas guerras de independência na região do Prata e a decorrente redução da produção agrícola no Sul do Brasil.



Comentários

A Revolução Farroupilha iniciou-se durante o período regencial e se estendeu até o Segundo Reinado, liderada pela elite gaúcha, formada principalmente por estancieiros criadores de gado e produtores de charque. É considerado um movimento republicano e separatista, apesar de que, no texto, ainda no primeiro momento da Revolução, os representantes dos rebeldes façam reivindicações, exigindo direitos e maior autonomia, e não a separação.

Gabarito: A

90. (UEL 2013)

No contexto histórico das transformações ocorridas no século XIX, que envolveram questões da identidade nacional e da política, no Brasil, após a abdicação de D. Pedro I, ocorreu uma grave crise institucional. As tentativas de superação por meio das Regências provocaram uma série de revoltas como a Sabinada (BA), a Balaiada (MA) e a Cabanagem (PA).

A superação da crise, que coincidiu com o fim do período regencial, deveu-se à:

- A) antecipação da maioria do príncipe herdeiro.
- B) consolidação da Regência Una e Permanente.
- C) formação e consolidação do Partido Republicano.
- D) fundação das agremiações abolicionistas.
- E) volta imediata de D. Pedro I às terras brasileiras.

Comentários

[A] Correta. A crise regencial só foi resolvida após a Campanha da Maioridade, na qual o príncipe herdeiro, Pedro de Alcântara, teve a autorização para assumir o trono, mesmo não tendo a maioria legal.

[B] Incorreta. A posse de Pedro de Alcântara, ou Dom Pedro II, pôs fim às crises do período regencial e à ideia de regência.

[C] Incorreta. A formação do partido Republicano ocorre em meados do século XIX e sua consolidação, no final do século, não havendo aspirações republicanas formais no início do Segundo Império.

[D] Incorreta. A fundação das agremiações abolicionistas se deu em meados do século XIX, sobretudo após as limitações do tráfico negreiro pelos ingleses.

[E] Incorreta. D. Pedro I permaneceu em Portugal, sendo declarado Rei sob o Título de Dom Pedro IV.

Gabarito: A

91. (UESPI 2012)



Após a abdicação de D. Pedro I ao trono, o Brasil foi governado por Regências Trinas, conforme previa a Constituição, mas o Ato Adicional de 1834 provocou algumas mudanças, entre as quais se estabelecia:

- A) a regência una, para a qual o candidato era eleito e não mais indicado pela Assembleia Nacional, saindo vitorioso no primeiro pleito o Padre Diogo Antônio Feijó.
- B) a eleição direta e secreta de um regente, cuja candidatura era efetivada por seu partido político, ganhando em primeiro lugar o brigadeiro Francisco de Lima e Silva.
- C) a nomeação de um regente escolhido pelo presidente do Senado, a partir de uma lista composta dos nomes de três deputados, sendo nomeado o ministro Diogo Antonio Feijó.
- D) as regências unas provisórias, cujo regente seria escolhido entre os deputados provinciais, que revezavam-se no poder, sendo o primeiro, José da Costa Carvalho.
- E) a eleição popular de um regente, que ocuparia o cargo até a maioria do herdeiro do trono, sendo eleito em primeiro lugar o senador Nicolau Vergueiro.

Comentários

Considera-se o Ato Adicional uma medida liberal, que promoveu certa descentralização política no país e um divisor de águas, com a configuração mais explícita dos partidos Liberal e Conservador. A Regência Una substituiu a Regência Trina e o ex-ministro da Justiça, Feijó, foi o primeiro regente eleito, representando as tendências liberais.

Gabarito: A

92. (UESPI 2012)

Durante o governo Regencial, foi criada no Brasil a Guarda Nacional (1831), que teve entre seus objetivos:

- A) apoiar o reinado de D. Pedro I na consolidação da Independência.
- B) proteger os grupos que lideravam a oposição à aristocracia rural.
- C) substituir as tropas das milícias do exército e reforçar o poder das elites agrárias.
- D) proteger as fronteiras quanto a possíveis invasões, sobretudo as do Nordeste.
- E) conter as rebeliões e motins que pudessem perturbar a ordem institucional militar.

Comentários

As tropas existentes até então eram irregulares, desde a independência do Brasil, mesclando soldados de origem portuguesa e brasileiros. A Guarda Nacional foi organizada a partir de cada província, com certa autonomia, comandada por latifundiários locais, os coronéis, que, na prática, passaram a deter grande poder, apesar de, em tese, estarem subordinados ao Ministério da Justiça.

Gabarito: C

93. (UECE 2014)



O período historicamente conhecido como Período Regencial foi caracterizado:

- A) por rebeliões populares cujas ações exigiam o retorno da antiga realidade social com a volta de Pedro I ao poder.
- B) pela promoção política e pela ascensão social dos setores menos favorecidos proporcionadas pelos regentes.
- C) por um conjunto de rebeliões populares que clamavam pelo estabelecimento da república e pelo final da escravidão.
- D) pela convulsão política que desencadeou várias rebeliões que questionavam as estruturas estabelecidas.

Comentários

O período regencial foi marcado pela agitação política causada, principalmente, pela oposição entre os partidos Liberal Moderado e Liberal Exaltado. Essa agitação, somada a outros fatores, contribuiu para a eclosão de uma série de revoltas país afora, como a Balaiada, a Sabinada e a Farroupilha.

Gabarito: D

94. (UFTM 2012)

No Brasil, os anos que se seguiram à Independência foram marcados por crises políticas e revoltas em várias províncias. A situação ganhou novos rumos com o Golpe da Maioridade, que pode ser caracterizado como:

- A) o movimento que afastou D. Pedro I e deu início ao Período Regencial.
- B) a luta entre monarquistas e republicanos, que marcou o Primeiro Reinado.
- C) a manobra do Partido Liberal, que antecipou a coroação de D. Pedro II.
- D) a reação conservadora, que restringia o poder das assembleias provinciais.
- E) a ação de Feijó que, com apoio da Guarda Nacional, instituiu a Regência Una.

Comentários

Durante o período regencial, conservadores e liberais se alternaram no poder. Ao final de 1839, na tentativa de afastar os conservadores da Regência e retomar o controle político do Brasil, os liberais fundam o Clube da Maioridade e, com o apoio da imprensa que era contrária à centralização política defendida pelos conservadores, armam o “Golpe da Maioridade”. A Assembleia Geral aprova a antecipação da maioridade do Imperador, que assume o trono brasileiro em 23 de julho de 1840, aos 14 anos de idade.

Gabarito: C

95. (G1 - Col. Naval 2011)

"A revolta de 1835, também chamada a * grande insurreição', foi o ponto culminante de uma série que vinha desde 1807. A revolta desses escravos islamizados, em consequência, não



será apenas uma eclosão violenta, mas desorganizada, apenas surgida por um incidente qualquer. Será, pelo contrário, planejada nos seus detalhes, precedida de todo um período organizativo (...). Reuniam-se regularmente para discutirem os planos de insurreição, muitas vezes juntamente com elementos de outros grupos do centro da cidade. (...) O movimento vinha sendo articulado também entre os escravos dos engenhos e os quilombolas da periferia. (...) O plano não foi cumprido na íntegra porque houve delação. (...) os escravos, vendo que tinham de antecipar a revolta, lançaram-se à carga de qualquer maneira. (...) Derrotada a insurreição, os seus líderes se portaram dignamente."

(Moura, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. pp. 63-69.)

Sobre a rebelião escrava relatada no texto, é correto afirmar que:

- A) foi comandada por Ganga Zumba que planejava implantar um território livre no Recôncavo Baiano.
- B) nessa rebelião, chamada de Revolta dos Males, participaram escravos de diversas etnias que pretendiam acabar com a escravidão na Bahia.
- C) a revolta ocorreu devido à intolerância religiosa, já que os escravos foram impedidos de praticar sua religião, o Candomblé.
- D) seu líder Zumbi dos Palmares, após longa resistência às tropas do governo, acabou sendo preso e enforcado e o quilombo foi destruído.
- E) nessa rebelião, denominada Conjuração Baiana, os revoltosos queriam a independência do Brasil e o fim da escravidão.

Comentários

Rebelião que ocorreu no período regencial é pouco conhecida e pouco estudada. Organizada por escravos africanos muçulmanos, o principal objetivo era a luta pela liberdade e, ao mesmo tempo, foi movida por forte sentimento "racial", em oposição ao "domínio branco". A organização dos escravos de Salvador foi, ao longo do tempo, influenciada pelos acontecimentos no Haiti, que redundaram na independência daquele país, a partir de uma verdadeira "Revolução Negra".

Gabarito: B

96. (UESPI 2012)

Entre os movimentos sociais que contestavam o poder centralizado do Império brasileiro, destaca-se o conflito cuja duração se estendeu da Regência ao Segundo Reinado, reconhecido como:

- A) Confederação do Equador, que, iniciando-se em Pernambuco, contou com a adesão de grande parte das demais províncias nordestinas.
- B) Revolução Praieira, que se singularizou pela luta contra o poder das oligarquias locais de Pernambuco.



- C) Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador (BA) e organizada por negros de religião muçulmana, sendo considerada a maior rebelião de escravos do Brasil.
- D) Guerra dos Farrapos, empreendida pelos Republicanos gaúchos, denominados de Farroupilhas, em que lutaram juntos grandes estancieiros, peões e escravos.
- E) Revolta de Beckman, deflagrada no Maranhão pelos colonos, contra o poder dos jesuítas e o monopólio comercial português.

Comentários

A Guerra dos Farrapos, que envolveu gaúchos e catarinenses, foi claramente um conflito deflagrado contra a centralização política. Iniciada no período regencial, encerrou-se em 1845 durante o Segundo Reinado. A Luta foi comandada pelos estancieiros (fazendeiros criadores de gado) e dela participaram elementos de diversas camadas sociais.

Gabarito: D

97. (UFV 2010)

Observe a imagem a seguir:



Com relação à Guarda Nacional, criada durante o Império, é CORRETO afirmar que:

- A) funcionava como única força armada que podia defender os interesses dos escravistas e coibir a fuga dos escravos.
- B) objetivava o controle da Corte e da burocracia imperial, alvos frequentes de manifestações populares de descontentamento.
- C) tinha por finalidade a garantia da segurança e da ordem, defendendo a Constituição, a obediência às leis e a integridade do Império.
- D) atuava na defesa das fronteiras externas brasileiras, impedindo a expansão dos países latinos em direção ao território brasileiro.

Comentários



A Guarda Nacional foi uma força paramilitar organizada por lei no Brasil durante o período regencial para assegurar o respeito à Constituição em vigor e conter rebeliões nas províncias. Foi desmobilizada em 1922.

Gabarito: C





1. (UFPR - Pref. de Curitiba-PR - Professor de História /2019)

Os dois trechos a seguir tratam de um mesmo tema: os vazios demográficos no Paraná no século XIX. O primeiro faz parte de um livro de Lúcio Tadeu Mota, publicado em 2012. O segundo foi publicado por Wilson Martins em 1955.

“A princípio tudo representava um panorama selvático. O seio da terra virginal, recoberto de florestas seculares, abrigava tesouros inestimáveis de fecundação e fertilidade, prontos para fornecerem colheitas dadivosas [...]. Havia, de primeiro, a terra protegida pela floresta imensa. E lentamente a floresta, a floresta tão exuberante e impenetrável, cedia lugar àqueles homens intrépidos e valentes”.

Frases como essas acima, de diferentes autores, são comuns nos escritos sobre a História do Paraná. Construiu-se a ideologia de que esses territórios estavam vazios, desabitados e prontos a serem ocupados [...].

(MOTA, Lucio Tadeu. História do Paraná: relações sócio-culturais da pré-história a economia cafeeira / Maringá: Eduem, 2012, p. 11.)

[...] a província era nesse momento [quando da emancipação política], do ponto de vista humano, um ilimitado deserto, interrompido irregularmente por dezenove pequenos oásis, situados a distâncias imensas uns dos outros – e distâncias literalmente intransponíveis, pois, além dos “caminhos históricos”, que iam revelar dentro de pouco não serem “caminhos econômicos”, nada existia que pudesse prenunciar uma rede qualquer de comunicações. [...] Em compensação, na maior parte do território o vazio era absoluto: eram os “campos gerais”, era a floresta, era a Serra do Mar.

(MARTINS, Wilson. Um Brasil Diferente. São Paulo: Anhembi, 1955, p. 71.)

Considerando os dois fragmentos citados, assinale a alternativa correta.

- A) Ambos os autores concordam sobre o fato de que o território paranaense era desabitado no período da emancipação política, sendo uma paisagem natural a ser desbravada.
- B) O texto de Wilson Martins é uma demonstração que valida a afirmação de Lúcio Tadeu Mota sobre a produção intelectual que reiterou a ideologia do “vazio demográfico”.
- C) Ao mencionar os “dezenove pequenos oásis”, Wilson Martins se refere aos núcleos de colonização de imigrantes, instaurados pelo governo provincial do Paraná na primeira metade do século XIX.
- D) Lúcio Tadeu Mota, no fragmento citado, desconsidera a existência de uma população de indígenas e caboclos que habitava a região muito antes da imigração e da colonização feita por estrangeiros.



E) Os dois textos evidenciam que o conhecimento histórico é cumulativo, pois a produção mais atual de Lúcio Tadeu Mota introduz elementos que completam o conhecimento produzido anteriormente, por Wilson Martins.

2. (Pref. de Juazeiro do Norte-CE - Professor de História /2019)

Sobre a Constituição Brasileira de 1824, marque a alternativa INCORRETA.

A) A Constituição de 1824 foi outorgada, isto é, efetivada sem qualquer participação popular, pelo imperador D. Pedro I e vigente até a declaração da república em 1889.

B) Uma das maiores peculiaridades da Constituição de 1824 é a sua divisão dos poderes, uma vez que a Carta Constitucional apresentava, além dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Poder Moderador que assegurava o controle do Imperador sobre os demais poderes.

C) Dentre as maiores inovações da Constituição de 1824 estava o estabelecimento do Estado laico que punha fim ao Catolicismo como religião oficial, havendo liberdade de culto a outras religiões em locais privados e públicos.

D) O direito ao voto nas eleições primárias, onde eram escolhidos aqueles que votariam nos deputados e senadores, era concedido apenas aos homens livres, maiores de 25 anos e com renda anual de mais de 100 mil réis.

E) De acordo com a Constituição, só poderiam ser candidatos nas eleições primárias os homens livres com renda a partir de 200 mil reis. Já para os candidatos a deputados e senadores, estes deviam ter uma renda superior a 400 mil réis, serem brasileiros e católicos. É importante lembrar que os negros libertos não podiam concorrer aos cargos, ainda que preenchessem os outros quesitos necessários.

3. (Pref. de Juazeiro do Norte-CE - Professor de História /2019)

Assinale a alternativa que apresenta os principais objetivos da Revolução do Porto, ocorrida em Portugal no ano de 1820.

A) O principal intento dos revoltosos era forçar o retorno do rei e da corte portuguesa, que estava no Brasil desde 1808. Além do mais, os portugueses viam na recolonização do Brasil e no reestabelecimento do Pacto Colonial uma forma de superar a crise portuguesa.

B) Tinha como principal ideal fortalecer o movimento pró independência que crescia a cada dia no Brasil, pois os nativos entendiam que as riquezas do Brasil significavam também o enriquecimento dos cofres portugueses.

C) A Revolução do Porto tinha como principal intuito combater Napoleão Bonaparte e suas tropas que, ao ameaçarem invadir o território português, provocaram a família real portuguesa para o Brasil.



D) A motivação mais relevante da Revolução do Porto foi a luta pela permanência do Marechal Beresford que comandava, com extrema popularidade, o País durante a ausência da corte portuguesa.

E) Os revoltosos almejavam a proclamação de uma república portuguesa e o fim da Monarquia, entendida pelos portugueses como pouquíssimo moderna e bastante ultrapassada. Assim, os lusos desejavam a permanência da família real no Brasil.

4. (Pref. de Juazeiro do Norte-CE - Professor de História /2019)

São exemplos de revoltas ocorridas no período regencial

- A) Cabanagem, Balaiada e Sabinada.
- B) Farroupilha, Cabanagem e Guerra dos Emboabas.
- C) Revolta de Felipe dos Santos, Guerra dos Mascates e Revolta dos Malês.
- D) Revolta de Beckman, Cabanagem e Farroupilha.
- E) Guerra dos Emboabas, Revolta dos Malês e Balaiada.

5. (IDHTEC - Pref. de Maragogi-AL - Professor de História /2019)

Sobre o Primeiro Reinado marque a alternativa incorreta:

- A) O Primeiro Reinado ficou marcado pelos atritos entre D. Pedro I e grupos políticos do Brasil, pelo autoritarismo e pela incompetência na administração do país.
- B) Com o fim da guerra de independência, era necessário garantir que Portugal reconhecesse a independência brasileira. Esse reconhecimento foi formalizado em 1823 por meio de negociações mediadas pela Holanda.
- C) Pressionado por diversos grupos insatisfeitos, D. Pedro I renunciou ao trono em 1831, em favor de seu filho.
- D) A outorga da Constituição de 1824 foi o exemplo mais claro do autoritarismo que marcou o reinado de D. Pedro I. Seu governo também foi marcado por decisões equivocadas, como a Guerra da Cisplatina.
- E) Iniciou-se um período de transição em que o país foi governado por regentes até que o futuro imperador tivesse a idade mínima para assumir o país – 18 anos –, conforme estipulava a Constituição de 1824.

6. (IDHTEC - Pref. de Maragogi-AL - Professor de História /2019)

O governo de D. Pedro I enfrentou muitas dificuldades para consolidar a independência, pois no Primeiro Reinado ocorrem muitas revoltas regionais, oposições políticas internas. Assinale o evento que não ocorreu durante o período do Primeiro Reinado.



- A) Confederação do Equador.
- B) Guerra da Cisplatina.
- C) Noite da Agonia.
- D) Noite das Garrafadas.
- E) Revolução Praieira.

7. (Pró-Município - Pref. Municipal de Redenção-CE – Prof. de História / 2019)

Depois da ameaça de Napoleão Bonaparte, o governo inglês propôs a transferência da Corte do príncipe regente Dom João para o Rio de Janeiro. Em 1807, o governo britânico se comprometeu a proteger a família real portuguesa e sua Corte na longa travessia do Atlântico. Marque a opção relacionada a vinda da família real.

- A) Já no Rio de Janeiro, Dom João tomou importante medida econômica decretando a abertura dos portos às nações amigas, liberava o comércio do jugo do monopólio;
- B) Foi revogada a lei de 1785 que proibia a instalação de indústrias e iniciada a construção de estradas e melhoria dos portos;
- C) Instalado no Rio de Janeiro, Dom João criou três ministérios – Guerra e Estrangeiros; Marinha; Fazenda e Interior, fundou a Caixa Econômica e instalou a Casa da Suplicação;
- D) Após a morte de sua mãe, o príncipe regente foi coroado rei como Dom João VI. A partir de 1821, as províncias passaram a se chamar capitanias.

8. (Pró-Município - Pref. Municipal de Redenção-CE – Prof. de História / 2019)

Após o 7 de setembro, deu início a um novo período na história do Brasil. Os laços coloniais se romperam e a antiga colônia ganhou status de nação soberana. Marque a opção que indique um dos acontecimentos no Primeiro Reinado.

- A) Proclamada a independência o governo e as forças militares de algumas províncias continuaram fiéis à Coroa Portuguesa;
- B) Para os conservadores, o imperador deveria acatar previamente a Constituição a ser aprovada, eles alegavam que tal posição não enfraqueceria o poder imperial;
- C) Na Constituição de 1824, o poder legislativo era composto por um Senado eleitos para oito anos de mandato, cujos integrantes eram escolhidos pelo imperador;
- D) Na Constituição de 1824 para a participação política da população, poderiam votar homens e mulheres acima dos 30 anos e com renda mínima de 100 mil-réis.

9. (Pró-Município - Pref. Municipal de Redenção-CE – Prof. de História / 2019)



Após a abdicação de Dom Pedro I, o herdeiro do trono, seu filho Pedro de Alcântara, contava apenas cinco anos de idade. Pela Constituição, o poder deveria passar para uma junta de três regentes escolhida pela Assembleia Geral. Inicia-se assim o período Regencial. Marque a opção que indique um dos fatos ocorridos neste período.

- A) Dois fatos associaram-se para dar início à Cabanagem: o inconformismo da Igreja contra o presidente nomeado pelo poder central para a província do Pará e a miséria da população;
- B) Em 1835, cerca de 2 mil africanos e afro-brasileiros seguidores do islamismo rebelaram-se em Salvador, na Bahia. Inicia-se assim a Sabinada;
- C) Em 1840 o governo central nomeou presidente da província do Maranhão o coronel Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias. Com 8 mil soldados, Lima e Silva ocupou a Vila de Caxias e esmagou a Balaiada;
- D) No período Regencial, o comércio exterior brasileiro foi quase o tempo todo superavitário. O Brasil exportava mais do que importava, com destaque para o café.

10. (FGV - Pref. de Salvador-BA - Professor de História /2019)

I.



Charge de Manuel de Araújo Porto Alegre de 1837.

II. As primeiras caricaturas publicadas no Brasil apareceram (...) sob a forma de litografias avulsas vendidas em algumas lojas do Rio de Janeiro. Seu tema foi a contratação do jornalista Justiniano José da Rocha (1812-1863), por um elevadíssimo salário, para ser o editor do Correio Oficial. A caricatura retrata o mulato Justiniano todo ataviado, recebendo de joelhos um saco de dinheiro. Em um formato que faz lembrar uma grande cena teatral, essa primeira caricatura chamava a atenção para o fato de um homem tido como íntegro ter vendido sua pena ao governo. “Honra tenho e probidade/ Que mais quer d’ um redator?”, dizia um dos versinhos que acompanhavam a imagem.

LUSTOSA, Isabel. No país da piada pronta. Revista de História, 01/03/2009.



Com base na imagem e no texto, pode-se afirmar que, durante o período regencial (1831-1840), a ampliação da imprensa favoreceu o(a)

- A) aumento do racismo.
- B) combate à corrupção.
- C) ascensão do personalismo.
- D) fortalecimento da esfera pública.
- E) denegrimiento dos mulatos.

A respeito do Primeiro Reinado e do processo de independência do Brasil, julgue o item seguinte.

11. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A imprensa periódica brasileira teve papel irrelevante durante o processo de independência do Brasil, em razão do alto índice de analfabetismo da população.

12. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

As adesões do Maranhão, do Pará, da Bahia e da Cisplatina ao projeto de independência liderado pelo príncipe D. Pedro foram resultado de conflito bélico.

13. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

O Primeiro Reinado foi marcado por atos voluntaristas de D. Pedro I e pela inércia do Poder Legislativo no que diz respeito à construção de um aparato institucional do império brasileiro.

Com relação aos movimentos sociais ocorridos no Brasil imperial, julgue os itens subsecutivos.

14. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A Balaiada concentrou-se no Maranhão e foi protagonizada pelas elites dessa província.

15. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A Cabanagem teve início em Belém do Pará e se espalhou por um vasto território que incluía regiões próximas da costa nordestina.



16. (FUNDEP – Pref. de Uberlândia – Professor de História / 2019)

Em 1816 chegava um grupo de artistas franceses que aqui aportava com o objetivo de começar as artes a partir do zero. Fazendo pouco da produção artística já existente na colônia, tais artistas traziam na bagagem um modelo acadêmico e neoclássico – modelo que, entre outros, dera grandiosidade, passado e memória ao governo “plebeu” de Napoleão Bonaparte. [...]

SCHWACRZ, Lilia Moritz. Cultura. In: SCHWACRZ, Lilia Moritz (direção). História do Brasil Nação: 1808-2010. V. 1 Crise colonial e independência, 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 235.

Os artistas franceses que chegaram em 1816, alguns permanecendo por longos anos nas terras tropicais, vieram para o Brasil porque

- A) a presença e permanência da Corte no Rio de Janeiro demandava artistas de formação acadêmica que pudessem lhe representar, pelas telas, esculturas, arquitetura, na perspectiva neoclássica francesa.
- B) buscavam asilo político depois da queda de Napoleão, uma vez que sua arte foi realizada em favor do enaltecimento do imperador e do império, sendo, por isso, perseguidos pelas leis de segurança da monarquia restaurada.
- C) a cidade passou, com o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, a atrair uma grande quantidade de pessoas ávidas por respirar ares mais intelectualizados, sendo potenciais consumidores da cultura das belas artes.
- D) entre os artistas brasileiros não havia, até a chegada da Missão Francesa, artistas do estilo neoclássico, já que eles haviam estudado em escolas de estilo barroco, como a que formou Aleijadinho.

17. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Em 1808, como consequência da invasão francesa a Portugal, chega a família real ao Brasil. D. João, o príncipe regente, sua mãe, D. Maria, e ainda fidalgos, oficiais, clérigos, açafatas, que os acompanham nessa desdita que marca o fim do período colonial. A capital do vice-reino terá de absorver todo esse “povo” e acomodar várias secretarias [...]. Como manter essa corte e a ampliação do aparelho burocrático com a penúria do tesouro real ?

(SCHNOOR, Eduardo. Os senhores dos caminhos: a elite na transição para o século XIX. IN : DEL PRIORE, Mary. Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p.163)

As soluções encontradas pela administração para o problema da escassez de recursos necessários à manutenção da corte no Brasil foram



- A) a liberação de vultosas somas de empréstimos em dinheiro, pela Inglaterra, ao Estado português e a intensificação do monopólio da metrópole sobre as atividades de produção e comércio praticados no Brasil.
- B) o incremento da infraestrutura portuária, adaptando-a ao oferecimento de melhores condições para a navegação de cabotagem, tendo em vista a ampliação da circulação de navios em decorrência da recente medida de abertura comercial.
- C) o acirramento da cobrança de impostos sobre a atividade mineradora e a implementação das “fazendas reais”, que, na prática, representaram uma estatização das fazendas de gado em regiões como o Piauí, após a expulsão dos jesuítas.
- D) o estímulo ao desenvolvimento da atividade industrial em território brasileiro, associado ao incentivo à vinda de imigrantes que pudessem compor, no mesmo território, um mercado consumidor capaz de sustentar a sanha tributária da corte.
- E) além das ações relativas à maior captação de impostos e permissão de livre comércio de bens coloniais não estancados, os administradores portugueses lançaram mão do pedido de auxílio às despesas do Estado, recompensados com a nobilitação dos doadores locais.

18. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

A série de reformas liberais implementadas pela Regência, visando enfraquecer antigos pilares do Primeiro Reinado, teve justamente como um de seus principais focos o aparelho repressivo. Uma das primeiras medidas nesse sentido foi a criação, em 18 de agosto de 1831, da Guarda Nacional.

(BASILE, Marcelo Otavio. O império brasileiro: panorama político. IN: LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.225)

A Guarda Nacional, no contexto de debates e disputas políticas do Império brasileiro, cumpriu uma função

- A) centralizadora, em decorrência de sua subordinação ao alto comando do exército brasileiro e à sua natureza de milícia cidadã.
- B) descentralizadora e resultante das desconfianças dos liberais, opositores de D. Pedro I, em relação ao exército.
- C) de substituir o exército brasileiro, temporariamente extinto entre 1830 e 1841, mas isso não significou grandes alterações no centralismo político do Império.
- D) de existência paralela ao exército, tendo sido seu decreto de criação, em 1831, apenas o reconhecimento expresso de suas funções.
- E) de milícia cidadã, baseada em instituição similar norte-americana, também fundada em 1831.

19. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019)



“O fato da separação do Reino, em 1822, não teria importância na evolução da colônia para Império. Já era fato consumado desde 1808 com a vinda da corte e abertura dos portos e por motivos alheios a vontade da colônia ou da metrópole.”

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005.

Autora citada cunhou o conceito de “interiorização da metrópole” que, segundo Neves (IN: Grinberg e Salles, 2009), pode ser definido como:

A) A transferência da corte para o Rio de Janeiro, sem nenhum aparato administrativo, que foi a peça chave para o definitivo e cabal processo de emancipação política encabeçado por Dom Pedro, em 1822. A transferência da corte para o Rio de Janeiro, sem um aparato administrativo, que foi a peça-chave para o definitivo e cabal processo de emancipação política encabeçado por D. Pedro, em 1822.

B) O estabelecimento, a partir de 1808, da monarquia e de instituições-chave para o governo do Império português no Rio de Janeiro, além da criação e consolidação de interesses de súditos americanos.

C) A operação do aparato administrativo português, em decorrência das invasões napoleônicas, entre 1807 e 1808, precisou ser transferida para as periferias de Lisboa afim de manter o governo do Império operante.

D) O descontentamento das elites metropolitanas, explicitado pela revolução do porto em 1820, provocou um processo que daria assim à fuga das elites e da administração do governo para o interior do reino.

20. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019)

Ao concluir a aula sobre a Revolta dos Malês (1835), o professor exhibe duas imagens para os estudantes da turma:

Imagem 1: amuleto com orações em árabe

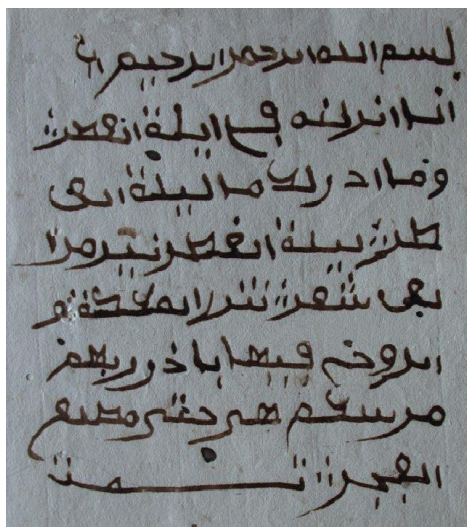
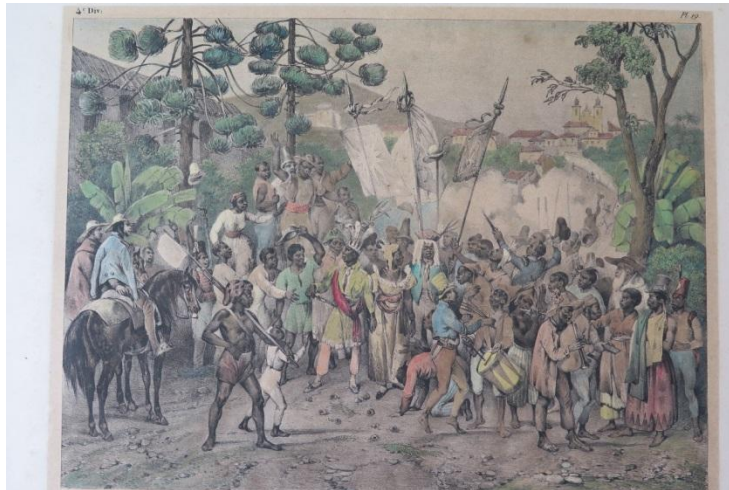


Imagem 2: Festa de Nossa Senhora do Rosário, Rugendas



REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

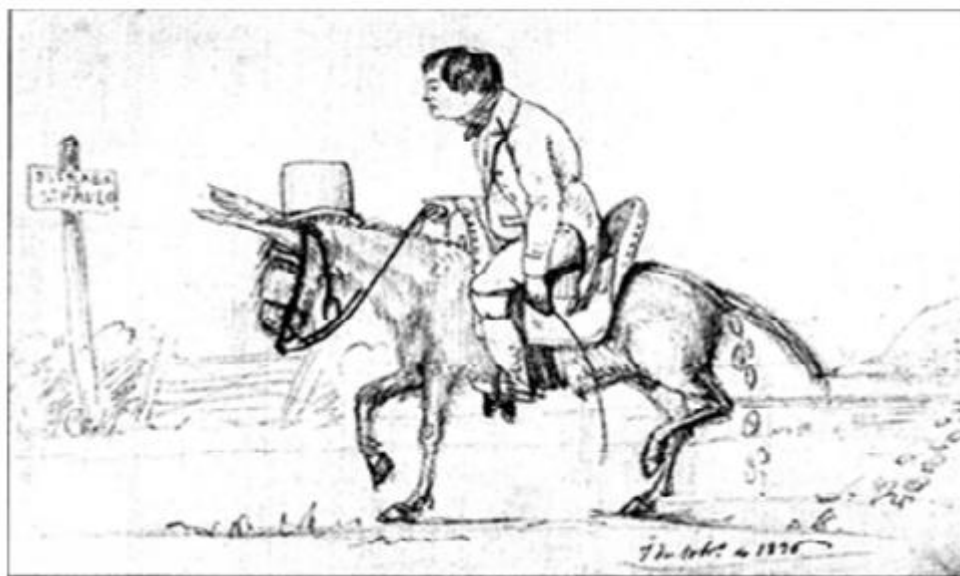
Após fazer a análise das imagens e do conteúdo lecionado, o professor pede aos educandos que escrevam em seus cadernos características da Revolta dos Malês. Dentre essas características, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) foi uma revolta escrava cujo sentido deve ser buscado na articulação entre conflitos de classe, étnicos e religiosos.
- B) foram as experiências comuns, tais como o próprio cativo, a vida nas ruas ou a segregação racial, a peça chave da construção da identidade entre os revoltosos.
- C) os integrantes dessa revolta pertenciam todos à população mulçumana escravizada e contrabandeada para a Bahia de Todos os Santos.
- D) o dia escolhido para a revolta conciliava o dia de Nossa Senhora da Guia, levando a população e a polícia para distante do Bonfim, e o final do Ramadã e dos jejuns.

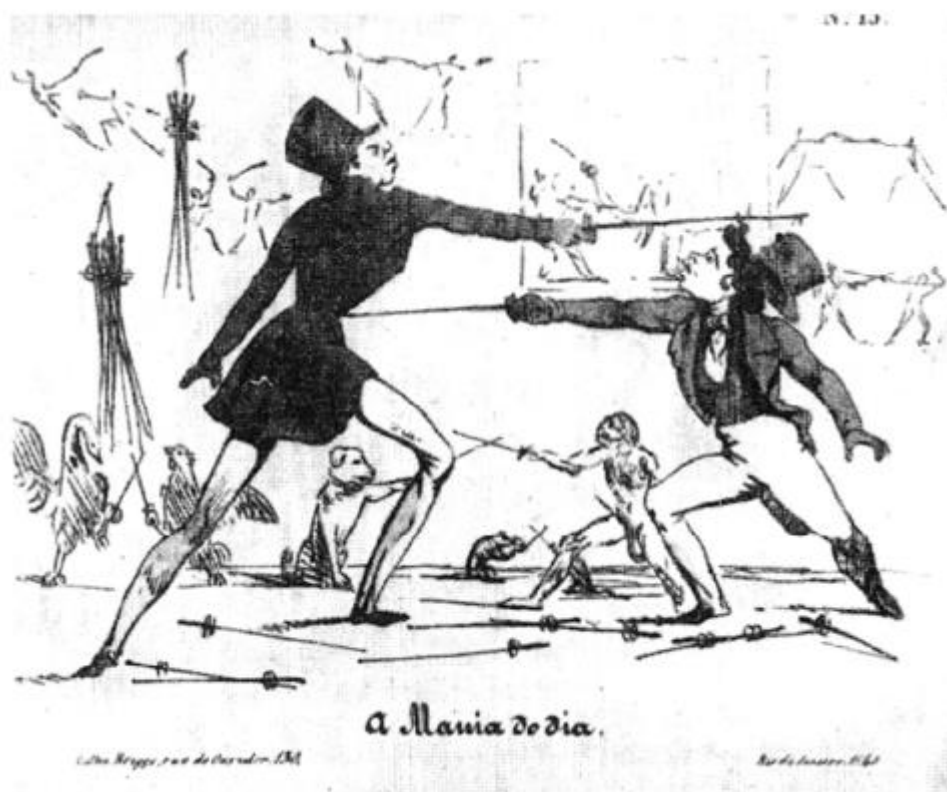
21. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019)

Observe as duas imagens:





“O padre Feijó abandona a Regência e deixa um rastro. Antes de ser eleito o primeiro regente uno, em 1835, Diego Feijó foi ministro da Justiça.



“As disputas políticas e o clima de confronto durante as Regências eram temas frequentes nas sátiras das caricaturas.”

MOREL, Março. O período das Regências (1831-1840). Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Caderno de ilustrações.

Ao preparar uma aula sobre o Período Regencial (1831-1840) utilizando as ilustrações acima, o professor deve levar em consideração que:

- A) os partidos monárquico e o republicano foram os principais grupos a disputarem os postos do poder após a abdicação de Dom Pedro I.
- B) as Regências apresentam-se como resultante das forças políticas e sociais que combateram os excessos de autoridade do Primeiro Reinado.
- C) trata-se de um período marcado pela experimentação de um novo modelo liberal, forjado pelo escravismo e pelas revoltas socialistas.
- D) as elites regionais passaram a reclamar da participação política, chegando ao limite de propor emancipação política e igualdade social.

22. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2016)

Observe a imagem a seguir.



(Fonte: <https://goo.gl/EO3pt1>)

A tela Iracema (1881), de José Maria de Medeiros, é um símbolo:

- A) do isolamento da monarquia, representada pela indígena melancólica e solitária, no contexto de crise do império.
- B) da vitória do Brasil na guerra do Paraguai, retratada pela flecha enterrada na areia, ressaltando o papel dos povos indígenas nas batalhas.
- C) do apogeu do império, no seu momento de maior prosperidade econômica e força política, representadas pela louvação aos primeiros colonizadores portugueses.
- D) do movimento romântico indigenista, que se apropriou da imagem do herói nativo para resgatar as origens brasileiras e fomentar o nacionalismo.
- E) da retomada da importância econômica que a exploração do pau-brasil, realizada com a ajuda dos povos nativos, teve no início do período colonial.

23. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2014)



“Um boato corre, há dias, pela cidade que tem enchido a uns de pavor, e a outros de indignação, em cujo último número me coloco”, desabafou o médico Joaquim Cândido Soares de Meirelles (1797-1868), diante do clima de pânico instaurado no Rio de Janeiro em 1831. Rumores crescentes garantiam estar em andamento, na capital do Império, uma trama conspiratória inspirada na Revolução do Haiti (1791-1825).

(Iuri Lapa, **O Haiti é aqui?** Revista de História da Biblioteca Nacional, 03.03.2010).

O clima instaurado na ocasião tinha origem

- A) na propaganda abolicionista promovida pelos revolucionários haitianos e pela população do norte dos EUA, mais afeita ao trabalho livre, à pequena propriedade e à policultura, e defensora da libertação dos escravos em todo o continente americano.
- B) na defesa da revolução realizada pelos herdeiros políticos da Revolução Francesa, que defendiam que o governo francês exportasse a radicalidade revolucionária para o outro lado do Atlântico, ameaçando a existência institucional do Império no Brasil.
- C) na aproximação política entre os líderes republicanos da independência de alguns países da América Latina, como Bolívar (Venezuela), San Martín (Argentina) e Toussaint-Louverture (Haiti), que queriam transformar o Brasil em uma República.
- D) no fantasma que assombrou por décadas os senhores escravistas do Brasil, receosos de que se repetisse aqui o movimento haitiano, no qual convergiram abolição da escravidão e proclamação da independência, incluindo o massacre de brancos.
- E) no sentimento anticomunista existente no Brasil desde o início do século XIX, quando a elite escravista assistiu assustada à tomada do poder no Haiti por revolucionários socialistas, inspirados nas ideias do socialismo utópico de Saint-Simon.

24. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2012)

O dia 21 de abril, data do enforcamento de Tiradentes, tornou-se feriado logo após a proclamação da República. Durante o Império, no entanto, a lembrança do episódio da Conjuração Mineira era incômoda, pois:

- A) os inconfidentes tinham demonstrado clara oposição à forma monárquica de governo.
- B) a revolta nas Minas Gerais se declarou muitas vezes contrária à independência.
- C) a escravidão, mantida no Império, foi questionada pelos inconfidentes, que defendiam a abolição.
- D) a elite imperial se identificava com o Iluminismo, negado pelos revoltosos de 1789.
- E) os dois imperadores do Brasil eram contrários aos impostos defendidos pelos inconfidentes.

25. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2010)

Após a Independência, o processo de formação do Estado Nacional no Brasil foi marcado:



- A) pela ruptura das relações econômicas de dependência frente aos países europeus.
- B) pela abolição do trabalho escravo e de todas as formas de sujeição dos seres humanos.
- C) pelas atitudes recolonizadoras e militares do Estado e do governo português.
- D) pelas lutas em prol da integração das diferentes regiões do país ao poder central.
- E) pela queda da dinastia portuguesa e pela instituição do regime republicano.

26. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE)

A respeito do processo de Independência do Brasil, pode-se afirmar corretamente que:

- A) a partir da Revolução Liberal do Porto, ocorrida em 1820, iniciou-se, em Portugal, uma campanha política pelo retorno do Rei àquele país e pela independência dos reinos unidos do Brasil e do Algarves.
- B) a regência do príncipe D. Pedro, e seu reinado como Pedro I, são marcados pela manutenção da hegemonia dos latifundiários e pelo esvaziamento do ideal republicano e do federalismo.
- C) a participação de José Bonifácio de Andrada e Silva restringe-se ao movimento de independência, pois, sendo republicano, defendia a instauração imediata da República no Brasil, em oposição à D. Pedro.
- D) o processo de independência somente logrou êxito em função do apoio popular a D. Pedro, em oposição aos latifundiários que davam suporte às propostas recolonizadoras feitas pelas Cortes Constituintes de Portugal.

27. (MPE-GO - 2018 - MPE-GO - Secretário Auxiliar)

Acerca do processo de independência do Brasil, é correto afirmar:

- A) a independência do Brasil é um processo que se estende de 1821 a 1850 e fora marcado por não haver oposição alguma do Reino de Portugal;
- B) oficialmente, a data comemorada para independência do Brasil é a de 07 de setembro de 1822 em que ocorreu o chamado "grito do Ipiranga", ato de proclamação feita por D. Pedro II, às margens do riacho Ipiranga (atual cidade de São Paulo);
- C) entre as causas que fizeram eclodir o processo de independência do Brasil estão: vontade de grande parte da elite política brasileira em conquistar a autonomia política; desgaste do sistema de controle econômico com restrições e altos impostos, exercido pela Coroa Portuguesa no Brasil e tentativa da Coroa Portuguesa em recolonizar o Brasil;
- D) o chamado "dia do fico" foi um ato posterior à independência do Brasil em que D. Pedro não acatou as determinações feitas pela Coroa Portuguesa que exigia seu retorno para Portugal. Em 09 de janeiro de 1822, D. Pedro negou o chamado e afirmou que ficaria no Brasil;



E) após a independência do Brasil, D. Pedro I foi coroado imperador do Brasil em dezembro de 1821, bem como não houve registros de manifestações de portugueses contrárias à independência do Brasil.

28. (COMPERVE - 2017 - MPE-RN - Técnico do Ministério Público Estadual)

O ano de 2017 tem sido marcado por vários eventos comemorativos do 2º centenário da chamada “Revolução Pernambucana”, movimento que ocorreu no Nordeste em 1817. A capitania do Rio Grande do Norte aderiu a esse levante, que

- A) pretendia a proclamação da independência de capitanias do Nordeste, as quais formariam uma república.
- B) contou com decisiva adesão das classes populares, os quais buscavam realizar uma reforma agrária na região, pondo fim ao sistema latifundiário.
- C) planejava unificar Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, cujo governo ficaria nas mãos do Padre Miguelinho, notório defensor das ideias liberais.
- D) teve a participação de grande número de padres, os quais propuseram leis com vistas a diminuir a influência da maçonaria na nascente república.

29. (IFB - 2017 - IFB - Professor - História)

Sobre o papel de escravos e libertos no processo de emancipação do Brasil em relação a Portugal, no início da década de 1820, é CORRETO afirmar que:

- A) para os grupos dominantes do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, a Liberdade significava o direito de conservação da propriedade, noção que estabelecia uma relação de igualdade social entre todos os indivíduos do mundo luso-brasileiro de então.
- B) no contexto da emancipação do Brasil em relação a Portugal, escravos e libertos também reivindicavam a liberdade jurídica, de ações e autonomia no espaço público.
- C) por conta da grande parcela de analfabetos entre pretos e mestiços, escravos e libertos não discutiam as notícias e projetos políticos que circulavam no Brasil no início da década de 1820.
- D) os grandes proprietários não viam com apreensão o fato de escravos e libertos interpretarem a noção de Liberdade também como liberdade jurídica.
- E) no início da década de 1820, a noção de Liberdade era interpretada de forma unívoca por todos os grupos sociais da América portuguesa.

30. (IFB - 2017 - IFB - Professor - História)

“A principal característica política da independência brasileira foi a negociação entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra, tendo como figura mediadora o príncipe D. Pedro”



(CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 26).

Leia as afirmativas com relação ao processo de emancipação política do Brasil.

- I. As tentativas das Cortes lusitanas em recolonizar o Brasil uniram os luso-americanos em torno da ideia de perpetuar os laços políticos que uniam, entre si, os lados europeu e americano do Império Português.
- II. A escolha da monarquia em vez da república, como alternativa política para o Brasil independente, derivou da convicção da elite brasileira de que só um monarca poderia manter a ordem social e a união territorial.
- III. Desde o retorno do Rei D. João VI para Portugal, em 1821, a elite brasileira percebeu a necessidade de uma solução política que implicasse a separação entre Brasil e Portugal.
- IV. O papel dos escravos e livres pobres foi decisivo para a transição do Brasil de colônia para emancipado politicamente.
- V. A independência do Brasil trouxe grandes limitações dos direitos civis, uma vez que manteve a escravidão.

Assinale a alternativa que apresenta somente as afirmativas CORRETAS.

- A) I, V
- B) II, IV
- C) II, V
- D) I, IV
- E) III, IV

31. (IADES - 2017 - Fundação Hemocentro de Brasília - DF - Comunicação Social - Jornalismo)

A respeito da história da imprensa no Brasil, alternativa correta.

- A) Até a proclamação da República, apenas os jornais Gazeta do Rio de Janeiro e as revistas impressas pela Imprensa Régia tinham licença para circular no País.
- B) No Brasil colonial, após sucessivas iniciativas terem sido sufocadas pela coroa portuguesa, a imprensa foi oficialmente instalada no País em 1808, mediante o Ato Real de D. João VI.
- C) Nos primeiros 15 anos após 1822, com a independência do Brasil, passou a existir no País a censura prévia, destinada a fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes.
- D) O período que antecedeu a abolição da escravatura foi marcado pelo retrocesso da imprensa brasileira, causado principalmente por jovens de famílias abastadas que voltavam do sul dos Estados Unidos, influenciados pela ideologia escravocrata.



E) O jornal Província de São Paulo, que mais tarde passou a chamar-se Folha de S. Paulo, nasceu em 1875.

32. (CESGRANRIO - 2010 - IBGE - Analista de Planejamento - Historia)

Defendi para a Inglaterra o direito de estabelecer com o Brasil relações de soberano e de vassalo, e de exigir obediência a ser paga como o preço de proteção.

LordStrangford, 1807. Apud FREITAS, Caio de. George Canning e o Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1958, v.1, p. 94.

A declaração de LordStrangford, por ocasião da partida da família real portuguesa em direção ao Brasil, em finais de 1807, representou, na prática, o estabelecimento de um conjunto de ações, dentre as quais se identifica a(o)

- A) restrição ao tráfico intercontinental de escravos, culminando com a proibição integral e efetiva do mesmo em 1830.
- B) garantia de direitos de cidadania plena por meio da naturalização para os súditos ingleses que viessem a residir no Brasil.
- C) criação de tarifas alfandegárias preferenciais para os produtos ingleses, cláusula validada pelos Tratados de 1810.
- D) apoio aos governos de D. João VI e de D. Pedro I quanto à manutenção da província Cisplatina no território do Império do Brasil.
- E) cerceamento das relações diplomáticas entre os governos do Brasil e da França, nos quadros das decisões do Congresso de Viena.

33. (CONSULPLAN - 2015 - Prefeitura de Juatuba - MG - Professor de História)

Analise a charge.



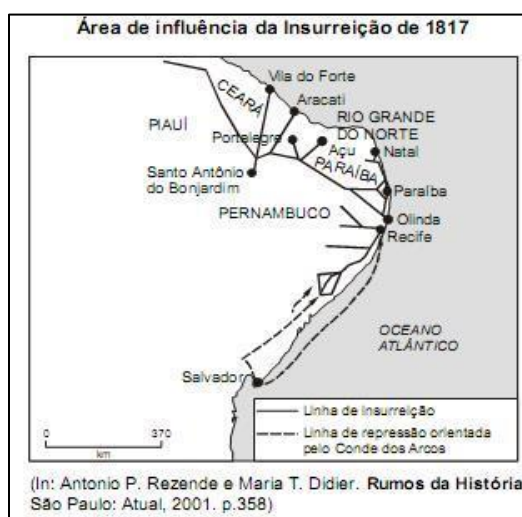
(Miguel Paiva e Lilia Moritz Schwarcz. "Da Colônia ao Império". São Paulo: Brasiliense, s/d. p. 84.)
(Disponível em: http://3.bp.blogspot.com/-yTuvd81u5h8/TtkRoUnsO_I/AAAAAAAABDA/7RZUTKP0aio/s1600/Viva+a+Independ%C3%Aancia.jpg.)

Tendo em vista o contexto da Independência do Brasil e o sentido dado pela charge a esse importante momento da história do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A) A Independência do Brasil foi um processo liderado, em grande parte, pelos grupos que mais se beneficiaram com a ruptura dos laços coloniais, ou seja, latifundiários e comerciantes.
- B) O principal objetivo da Independência era organizar o novo Estado Nacional Brasileiro sem colocar em risco sua autonomia econômica, conseguida a longo prazo através do pacto Colonial.
- C) A situação da maioria da população sofreu drásticas mudanças com a implantação da nova situação política do Brasil através de uma nova reorganização social, mesmo sem o consentimento do povo.
- D) A aparência liberal construída pela elite agrária, que apoiara D. Pedro I a romper os laços com a metrópole lusitana, foi descoberta pela população, que logo empreendeu uma série de movimentos sociais.

34. (FCC - 2012 - SEE-MG - Professor de Educação Básica - História)

Observe o mapa.



O mapa e o conhecimento histórico permitem afirmar que a Revolução Pernambucana de 1817 reveste-se de grande importância, pois, entre outras razões,

- A) defendia que a transposição para o Brasil dos princípios socialistas de liberdade e igualdade implicava na demolição do sistema colonial e a extinção da opressão que pesava sobre os escravos negros.
- B) foi uma revolta armada, de caráter liberal, que conseguiu se expandir por várias províncias e buscou apoio internacional dos Estados Unidos e da Inglaterra.
- C) é considerada a mais expressiva revolta na história da colônia, bem como a mais ampla, ousada e profunda, uma vez que propunha o rompimento dos laços com Portugal e Inglaterra.



D) reduziu a escombros não só o sistema colonial, mas também a escravidão, o sistema latifundiário e a economia agroexportadora, permitindo a passagem do Brasil da condição de colônia à de nação independente.

35. (FCC - 2012 - SEE-MG - Professor de Educação Básica - História)

Leia o texto abaixo:

Logo depois do “Grito do Ipiranga”, fazia-se imprescindível investir o novo governante do país com as suas reais atribuições. (...) Se D. Pedro era alçado à condição de cabeça e coração do império, era necessário que todo o corpo político (...) soubesse dessa mudança e se reconhecesse como parte desse mesmo corpo (...). Logo, urgia estabelecer um elo de continuidade entre o soberano e o súdito, a cabeça e os membros, o coração e o corpo, entre o Brasil e a sua gente.

(Iara Lis Carvalho Souza. Pátria coroadada. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 256)

O texto trata das preocupações que então nortearam o processo de consolidação do Brasil como país independente. O país que surgiu desse processo caracterizava-se pela

- A) intervenção política de grupos populares, sobretudo nas áreas distantes dos centros urbanos, voltada para sua legitimação e a imposição de uma ordem social baseada na tradição europeia.
- B) adoção de um projeto de civilização pactuado entre os diversos grupos sociais do país, que tinha por base a mescla das culturas americana e europeia.
- C) formação de um corpo social marcado pela ausência da cidadania e a exclusão de grande parte da população, em especial negros, dos quais se esperava comportamento passivo e amorfo.
- D) presença vitoriosa no cenário político de grupos até então excluídos e mobilizados em torno de líderes populares, contrários à ordem social excludente defendida pelas elites.

(CESPE - 2018 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Tendo em vista que o processo de independência do Brasil pode ser compreendido como parte das profundas mudanças que marcaram a história ocidental a partir do último quartel do século XVIII, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

36.

A historiografia recente mostra que a tese da independência do Brasil como movimento pacífico não se sustenta. Embates armados que duraram meses ocorreram em regiões da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Pará e na Cisplatina. A fragilidade do projeto de independência vencedor em 1822 ficou demonstrada pelos conflitos no período regencial.



37.

A transferência da Corte portuguesa para a América foi proposta em crises anteriores à de 1807. Seus defensores consideravam a fragilidade de Portugal em meio às disputas entre as potências europeias, marcadamente entre França e Inglaterra, e a importância das possessões coloniais para a manutenção da Coroa portuguesa. Entre os proponentes dessa ideia, encontrava-se o padre Antônio Vieira, ainda no século XVII.

(CESPE - 2017 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

O processo de independência do Brasil resultou de um contexto complexo, determinado por fatores externos e internos. Com relação a esse assunto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

38.

A determinação para que se procedesse à abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808, foi uma das medidas tomadas pela Inglaterra com o objetivo de favorecer o desenvolvimento de práticas e de instituições liberais no Brasil.

39.

Movimentos de revolta restritos ao ambiente regional, a Inconfidência Mineira, a Conjuração dos Alfaiates, na Bahia, e a Revolução Pernambucana de 1817 não visavam à emancipação de todo o território brasileiro.

40.

Ao promoverem a industrialização de Portugal, as reformas pombalinas atingiram os interesses da elite mercantil brasileira, cujos ganhos estavam relacionados à importação de manufaturados da Inglaterra.

41. (CESPE - 2017 - SEDF - Professor de Educação Básica - História)

Menos discutível é a relação entre as revoluções de independência e os sintomas de descontentamento manifestados em algumas cidades da América Latina, a partir das décadas finais do século XVIII. É indubitável que do México a Bogotá, onde, em 1794, Antonio Nariño começava a sua carreira revolucionária traduzindo a Declaração dos Direitos do Homem; a Santiago do Chile, onde em 1790 era descoberta uma “conspiração dos franceses”; a Buenos Aires, onde, quase nessa mesma época, outros franceses parecem ter conseguido despertar em alguns escravos a esperança de uma libertação próxima graças a uma revolução republicana; ao Brasil, onde em Minas Gerais, no ano de 1789, é descoberta e reprimida uma



manifestação de atividade conspirativa secessionista e republicana; nas mais variadas localidades da América Latina existem claros sintomas de uma nova inquietação.

HalperinDonghi. História da América Latina. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 66 (com adaptações)

Tendo o texto como referência inicial e considerando o processo de independência das colônias ibéricas na América, julgue o item que se segue.

O processo de independência latino-americana, incluindo-se a brasileira, inscreve-se no quadro mais geral da crise do Antigo Regime europeu, ainda que fatores internos tenham exercido importante papel para a emancipação das colônias.

42. (CESPE - 2013 - SEE-AL - Professor - História)

Com relação à ida da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, julgue os itens subsecutivos.

Para muitos historiadores, o fim do período colonial brasileiro ocorreu em 1808, quando da chegada da família real ao Rio de Janeiro. No entanto, a opção pela independência formal do Brasil passou a ser abertamente discutida apenas em 1820, com a Revolução do Porto.

43. (CESPE - 2010 - SEDU-ES - Professor B — Ensino Fundamental e Médio — História)

Proclamada a independência, em 1822, o Brasil se constituiu na única monarquia do continente americano. Marcado por crises, o Primeiro Reinado (1822-1831) se extinguiu com a volta de D. Pedro I a Portugal. Seguiu-se a fase regencial (1831-1840), uma espécie de ensaio republicano em meio a crises e revoltas armadas que se sucederam. Antecipada a maioridade de D. Pedro II, iniciou-se o Segundo Reinado (1840-1889), no qual conviveram fases de estabilidade política, de crescimento econômico e de crises, as quais anunciaram o ocaso do regime. A República Oligárquica foi o regime da exclusão política, social e econômica. A Revolução de 1930 pôs fim a essa “República”, dando origem à Era Vargas (1930-1945).

Acerca desse período da História do Brasil, julgue o item.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, na prática antecipou a independência, especialmente por ter determinado o fim do monopólio do comércio, característica essencial da colonização mercantilista.

44. (Quadrix - 2017 - SEDF - Professor - História)

O desenvolvimento da historiografia mundial, fenômeno que o século XX consagrou, permite novos olhares sobre o passado protagonizado pelas sociedades. No Brasil, multiplicam-se estudos que lançam luz sobre a trajetória do País, da colônia aos dias atuais. Da independência, em 1822, passando pela implantação da República, em 1889, ao cenário



presente, a história brasileira é marcada por avanços e recuos, enfrentando percalços e se mostrando ainda inconclusa em relação à construção da cidadania. Relativamente à história contemporânea, da produção do conhecimento histórico a alguns dos mais marcantes fatos ocorridos no Brasil e no mundo, julgue o item.

Ainda que tenha sido conduzida por setores da elite colonial, a independência do Brasil motivou muitos brasileiros a assumirem a causa da emancipação nacional: levantes populares ocorreram em vários pontos do País, a exemplo do Pará, do Maranhão, do Piauí e da Bahia.

45. (CESPE - 2015 - Instituto Rio Branco)

O Brasil foi incorporado à história mundial em decorrência do processo de expansão comercial e marítima europeia dos séculos XV e XVI. Grande foi o impacto da colonização sobre as populações autóctones, mas o que se define como povo brasileiro resultou da mistura, desde a colonização, entre os mais diversos grupos étnicos e culturais, a exemplo de indígenas, africanos, europeus e, mais tarde, asiáticos. Em geral, os padrões que definiram a colonização atendiam aos interesses do nascente capitalismo mercantil europeu e ao próprio dinamismo interno da economia colonial. Nas primeiras décadas do século XIX, em plena era revolucionária que convulsionava o Velho Mundo, a colônia emancipou-se de sua metrópole.

A respeito desses aspectos que marcaram os primeiros séculos da história brasileira, julgue o item seguinte.

Mais que gesto meramente simbólico, o grito do Ipiranga, proclamado a sete de setembro de 1822, anunciou o nascimento do Estado nacional brasileiro, que rompeu com as estruturas básicas sobre as quais se assentaram mais de três séculos de colonização estruturada no latifúndio, na monocultura e na escravidão.

46. (CESPE - 2010 - SEDU-ES - Professor B — Ensino Fundamental e Médio)

Proclamada a independência, em 1822, o Brasil se constituiu na única monarquia do continente americano. Marcado por crises, o Primeiro Reinado (1822-1831) se extinguiu com a volta de D. Pedro I a Portugal. Seguiu-se a fase regencial (1831-1840), uma espécie de ensaio republicano em meio a crises e revoltas armadas que se sucederam. Antecipada a maioridade de D. Pedro II, iniciou-se o Segundo Reinado (1840-1889), no qual conviveram fases de estabilidade política, de crescimento econômico e de crises, as quais anunciaram o ocaso do regime. A República Oligárquica foi o regime da exclusão política, social e econômica. A Revolução de 1930 pôs fim a essa “República”, dando origem à Era Vargas (1930-1945).

Acerca desse período da História do Brasil, julgue o item .

O Império teve uma única Constituição, a de 1824, outorgada por D. Pedro I, que instituiu um Estado unitário no Brasil.



47. (CESPE - 2015 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Diferentemente das demais colônias americanas, o Brasil adotou o regime monárquico ao proclamar sua emancipação política. Sob o comando de D. Pedro I, o Primeiro Reinado (1822-1831) foi marcado por graves crises políticas, que culminaram na abdicação do imperador. Seguiu-se o período regencial (1831-1840), por muitos considerado uma experiência republicana, assinalado pela eclosão de movimentos armados em vários pontos do país. A antecipação da maioria de D. Pedro II (o chamado Golpe da Maioridade) deu início ao Segundo Reinado (1840-1889), o qual foi derrubado por um golpe militar que instaurou a República.

A respeito da trajetória histórica brasileira ao longo do século XIX, julgue (C ou E) o item subsequente.

As elites brasileiras que assumiram o poder em 1822 organizaram um sistema político com eleições indiretas, baseadas no voto censitário, excluindo a grande maioria da população do processo eleitoral; a criação da Guarda Nacional veio propiciar às classes proprietárias a força policial necessária à manutenção do poder local.

48. (CESPE - 2015 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Diferentemente das demais colônias americanas, o Brasil adotou o regime monárquico ao proclamar sua emancipação política. Sob o comando de D. Pedro I, o Primeiro Reinado (1822-1831) foi marcado por graves crises políticas, que culminaram na abdicação do imperador. Seguiu-se o período regencial (1831-1840), por muitos considerado uma experiência republicana, assinalado pela eclosão de movimentos armados em vários pontos do país. A antecipação da maioria de D. Pedro II (o chamado Golpe da Maioridade) deu início ao Segundo Reinado (1840-1889), o qual foi derrubado por um golpe militar que instaurou a República.

A respeito da trajetória histórica brasileira ao longo do século XIX, julgue (C ou E) o item subsequente.

Após a abdicação de D. Pedro I, liberais radicais se insurgiram em vários pontos do país contra os grupos no poder: ressentindo-se da extrema centralização política, alguns defendiam o modelo federativo, outros propunham a abolição gradual da escravidão e, ainda, havia os que pleiteavam a nacionalização do comércio.

(CESPE - 2014 - SEE-DF)

No Brasil, as duas aspirações - a da independência e a da unidade -- não nasceram juntas e, por longo tempo ainda, não caminharam de mãos dadas. As sublevações e as conjunturas nativistas são invariavelmente manifestações desconexas da antipatia que, desde o século



XVI, opõe o português da Europa e o do Novo Mundo. E mesmo onde se aguça a antipatia, chegando a tomar colorido sedicioso, com a influência dos princípios franceses ou do exemplo da América inglesa, nada prova que tenda a superar os simples âmbitos regionais.

Sérgio Buarque de Holanda. A herança colonial - sua desagregação. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, O Brasil Monárquico. 1.º volume, O processo da Emancipação. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 9 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima e o processo histórico ao qual se refere, julgue os itens que se seguem.

49.

O autor defende o argumento de que o processo de separação política do Brasil, ocorrido em 1822, não foi um movimento marcado por um sentimento nacional unificado.

50.

A primeira constituição brasileira foi outorgada pelo imperador D. Pedro I em 1824 e vigorou até o final do período imperial, tendo sido seu texto original aprovado integralmente pela Assembleia Constituinte de 1823.

51. (CESPE - 2013 - SEE-AL - Professor)

No que diz respeito ao império brasileiro, julgue os próximos itens.

Os engenhos de açúcar do atual nordeste brasileiro não superaram a crise que lhes atingiu em meados do século XIX, apesar da abundância de crédito e da política governamental de estímulo à atividade econômica açucareira.

(CESPE - 2014 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Quando o Brasil se tornou independente, em 1822, a elite política brasileira optou por uma monarquia representativa como forma de governo, de acordo com o modelo francês da época.

A Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, continha todos os direitos civis e políticos reconhecidos nos países europeus.

Afastava-se do sistema inglês pela adoção do Poder Moderador, que dava ao imperador grande controle no ministério.

José Murilo de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra (Orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP Ed., 2004, p. 27-8 (com adaptações)



Tendo o texto acima como referência inicial, julgue (C ou E) os itens que se seguem, relativos a aspectos marcantes do quadro político brasileiro nas décadas iniciais do período monárquico.

52.

A crise política dos primeiros tempos do Brasil independente teve sua expressão máxima na dissolução da Assembleia Constituinte, razão pela qual a Constituição de 1824, outorgada, afastava-se do contexto histórico da época ao não incorporar elementos da nova ordem política nascida dos movimentos revolucionários liberais burgueses.

53.

Criação brasileira e sem fundamentação teórica consistente, o Poder Moderador acabou por ser responsável direto pelas crises políticas que, recorrentes em todo o Primeiro Reinado, acabaram por levar D. Pedro I à abdicação.

54. (CESPE - 2012 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

No Brasil, o processo interno da independência e os problemas internacionais suscitados apresentam mais pontos divergentes que semelhantes em relação ao restante da América Latina. Um século antes da Sociedade das Nações, primeira tentativa de conferir institucionalidade formal ao sistema internacional, a aceitação de um ator recém-independente no cenário mundial dependia, em última instância, do reconhecimento da legitimidade do novo participante pelas grandes potências.

Rubens Ricupero. O Brasil no mundo. In: Lilia Moritz Schwarcz (dir.) História do Brasil nação: 1808-2010, v.1. Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 139 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o contexto histórico da Independência do Brasil bem como aspectos marcantes do Primeiro Reinado (1822-1831), julgue (C ou E) o item que se segue.

O trecho final do texto sugere que o reconhecimento do Estado nacional brasileiro pelos Estados Unidos da América (EUA) era condição essencial para que outras potências também o fizessem, devido à relevância de Washington no jogo de poder mundial e à amplitude de sua ação internacional na primeira metade do século XIX.

55. (CESPE - 2005 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

O Império brasileiro realizara uma engenhosa combinação de elementos importados. Na organização política, inspirava-se no constitucionalismo inglês, via Benjamin



Constant. Bem ou mal, a monarquia brasileira ensaiou um governo de gabinete com partidos nacionais, eleições, imprensa livre. Em matéria administrativa, a inspiração veio de Portugal e da França, pois eram estes dois países os que mais se aproximavam da política centralizante do Império. O direito administrativo francês era particularmente atraente para o viés estatista dos políticos imperiais. Por fim, até mesmo certas fórmulas anglo-americanas, como a justiça de paz, o júri, e uma limitada descentralização provincial, serviam de referência quando o peso centralizante provocava reações mais fortes. Tratava-se, antes de tudo, de garantir a sobrevivência da unidade política do País, de organizar um governo que mantivesse a união das províncias e a ordem social.

José Murilo de Carvalho. Pontos e bordados – escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 90-1 (com adaptações).

Acerca da história do Brasil monárquico, julgue os itens seguintes, tendo o texto acima como referência inicial.

As “reações mais fortes” ao peso centralizante do Estado brasileiro, a que o texto alude, podem ser exemplificadas pela Confederação do Equador (1824) e pela Revolução Farroupilha (1835-1845).

56. (PUC RJ 2015)

Analise as afirmativas abaixo que apresentam acontecimentos referidos à política da Corte portuguesa durante sua permanência no Brasil entre 1808 e 1821.

I. Como expressão da relação de poder assimétrica entre os soberanos britânico e português, os tratados de 1810 impunham ao governo de D. João no Rio de Janeiro, entre outras decisões, a limitação do tráfico negreiro intercontinental às colônias de Portugal na África e o compromisso de abolir gradualmente o trabalho escravo na América portuguesa.

II. A criação do primeiro Banco do Brasil, da Imprensa Régia, da Escola de Medicina, das Academias Militar e de Marinha, do Real Horto, da Real Biblioteca e inúmeras outras medidas, assim como a conquista da Guiana Francesa e a ocupação da Banda Oriental, revelavam o projeto político da Corte joanina de “criar um novo império” na América, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro.

III. Ao revogar o alvará de 1785 que proibia qualquer atividade manufatureira na colônia americana, com exceção da fabricação de panos grossos para a vestimenta dos escravos, o Príncipe-Regente D. João propiciou o surgimento de inúmeros estabelecimentos fabris em diferentes pontos do Reino do Brasil, deflagrando o primeiro grande surto industrial do país, apesar da permanência do trabalho escravo.



IV. A Revolução Pernambucana de 1817 teve como uma de suas motivações a reação aos privilégios concedidos por D. João aos comerciantes, burocratas e proprietários de escravos e terras do Rio de Janeiro e áreas próximas, o que lhes possibilitara prosperar, acumular poder e ganhar prestígio. Para os revolucionários de 1817, o Rio de Janeiro se transformara em uma “nova Lisboa”, dominada por “portugueses” que oprimiam os “brasileiros” de outras partes do Reino do Brasil.

Assinale:

- A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- E) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.

57. (G1 – CFT MG 2013)

Com a vinda da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, não só os portos se abriram para as Nações Amigas, mas também as portas para a entrada de estrangeiros. [...] Comerciantes, especialmente ingleses, artistas franceses e imigrantes, além de viajantes naturalistas de várias regiões do Velho Mundo, têm permissão de estudar o que o país desconhecido parecia prometer em novidades. Esses visitantes serão autores de um novo descobrimento do Brasil [...].

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântica de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 29.

O texto refere-se aos viajantes como autores de um “novo descobrimento do Brasil” porque eles teriam

- A) denunciado a condição degradante dos indígenas da América, dada a expropriação de suas terras.
- B) apontado a necessidade de emancipação política brasileira frente aos interesses colonialistas de Portugal.
- C) influenciado as práticas agrícolas brasileiras por compartilharem tecnologias modernizantes dos Estados Unidos.
- D) divulgado as informações sobre o país ao transformarem suas anotações de viagens em relatos publicados na Europa.

58. (Vunesp 2013)

O Brasil assistiu, nos últimos meses de 1822 e na primeira metade de 1823,



- A) ao reconhecimento da Independência brasileira pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e por Portugal.
- B) ao esforço do imperador para impor seu poder às províncias que não haviam aderido à Independência.
- C) à libertação da Província Cisplatina, que se tornou independente e recebeu o nome de Uruguai.
- D) à pacífica unificação de todas as partes do território nacional, sob a liderança do governo central, no Rio de Janeiro.
- E) à confirmação, pelas Cortes portuguesas e pela Assembleia Constituinte, do poder constitucional do imperador.

59. (Fuvest 2015)

Considerando-se o intervalo entre o contexto em que transcorre o enredo da obra *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, e a época de sua publicação, é correto afirmar que a esse período corresponde o processo de

- A) reforma e crise do Império Português na América.
- B) triunfo de uma consciência nativista e nacionalista na colônia.
- C) Independência do Brasil e formação de seu Estado nacional.
- D) consolidação do Estado nacional e de crise do regime monárquico brasileiro.
- E) Proclamação da República e instauração da Primeira República.

60. (Unicamp 2015)

Um elemento importante nos anos de 1820 e 1830 foi o desejo de autonomia literária, tornado mais vivo depois da Independência. (...) O Romantismo apareceu aos poucos como caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e portanto a identidade, em oposição à Metrópole (...).

CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2004, p. 19.

Tendo em vista o movimento literário mencionado no trecho acima, e seu alcance na história do período, é correto afirmar que:

- A) o nacionalismo foi impulsionado na literatura com a vinda da família real, em 1808, quando houve a introdução da imprensa no Rio de Janeiro e os primeiros livros circularam no país.
- B) o indianismo ocupou um lugar de destaque na afirmação das identidades locais, expressando um viés decadentista e cético quanto à civilização nos trópicos.

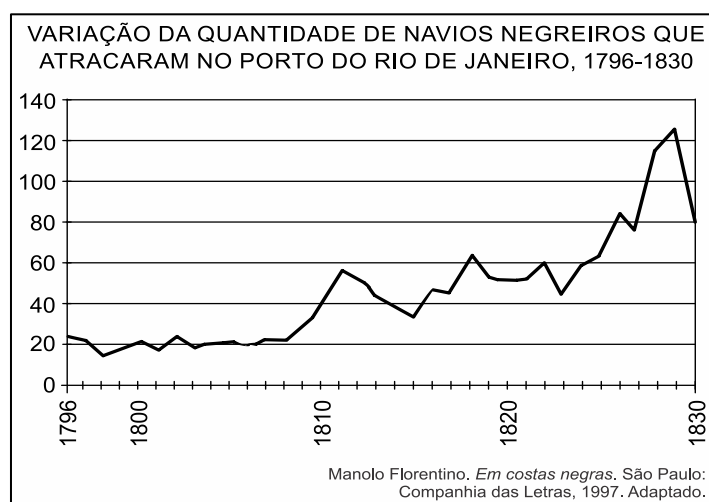


C) os autores românticos foram importantes no período por produzirem uma literatura que expressava aspectos da natureza, da história e das sociedades locais.

D) a população nativa foi considerada a mais original dentro do Romantismo e, graças à atuação dos literatos, os indígenas passaram a ter direitos políticos que eram vetados aos negros.

61. (Fuvest 2016)

Examine o gráfico.



O gráfico fornece elementos para afirmar:

A) Apesar de uma ligeira elevação, o tráfico negreiro em direção ao Brasil era pouco significativo nas primeiras décadas do século XIX, pois a mão de obra livre já estava em franca expansão no país.

B) As grandes turbulências mundiais de finais do século XVIII e de começos do XIX prejudicaram a economia do Brasil, fortemente dependente do trabalho escravo, mas incapaz de obter fornecimento regular e estável dessa mão de obra.

C) Não obstante pressões britânicas contra o tráfico negreiro em direção ao Brasil, ele se manteve alto, contribuindo para que a ordem nacional surgida com a Independência fosse escravista.

D) Desde o final do século XVIII, criaram-se as condições para que a economia e a sociedade do Império do Brasil deixassem de ser escravistas, pois o tráfico negreiro estava estagnado.

E) Rapidamente, o Brasil aderiu à agenda antiescravista britânica formulada no final do século XVIII, firmando tratados de diminuição e extinção do tráfico negreiro e acatando as imposições favoráveis ao trabalho livre.



62. (G1 - IFBA 2016)

Neste país, que se presume constitucional e onde só deverão ter ação poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do sistema, que só há um poder ativo onímodo, onipotente, perpétuo, superior à lei, e à opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável. (Trecho do Manifesto Republicano, publicado no *Jornal A República*, do Rio de Janeiro, em dezembro de 1870.)

Disponível em: <<http://www.historiamais.com/manifesto.htm>>. Acesso em 20.09.2015.

A crítica apresentada pelo Manifesto Republicano de 1870 pode ser associada:

- A) ao despotismo de D. Pedro II, no desrespeito à Constituição Imperial.
- B) aos amplos e ilimitados poderes garantidos ao Imperador pelo Poder Moderador.
- C) à irresponsabilidade de D. Pedro II no trato com o dinheiro e com as finanças públicas.
- D) ao estado de corrupção e fraudes que envolvia D. Pedro II e grande parte de seus assessores.
- E) aos prejuízos econômicos do país nas negociações que D. Pedro II realizou com a Inglaterra.

63. (PUCRS 2016)

Sobre a situação econômica e financeira do Brasil durante o Primeiro Reinado, é INCORRETO afirmar que

- A) o Brasil passava por uma forte crise no comércio de exportação, devido à queda das suas vendas externas de açúcar no mercado Europeu.
- B) a situação brasileira se agravou na medida em que, depois do declínio da produção aurífera colonial, a Inglaterra perdeu o interesse de ser parceira comercial do Brasil.
- C) o imperador D. Pedro I fazia gastos excessivos e não voltados ao desenvolvimento econômico, como o financiamento da Guerra da Cisplatina, além de existirem problemas na arrecadação de impostos.
- D) o café, que seria o grande produto brasileiro de exportação no século XIX, ainda não ocupava espaço significativo no comércio exterior do país.
- E) havia grande carência em transportes que, aliada às dimensões continentais do território brasileiro, dificultava a integração econômica do novo país e o adequado aproveitamento de suas riquezas naturais.

64. (G1 - IFSUL 2016)

A partir da segunda metade do século XIX, vários intelectuais, escritores, jornalistas e políticos discutiam a relação existente entre a utilização da mão de obra escrava e a questão do desenvolvimento nacional. Enquanto as nações europeias se industrializavam e buscavam



formas de ampliar a exploração da mão de obra assalariada, o Brasil se afastava desses modelos de civilidade ao preservar a escravidão como prática rotineira.

Disponível em: <http://www.brasilecola.com/datas-comemorativas/dia-abolicao-escravatura.htm>. Acesso em 21 set. 2015.

A campanha abolicionista ganhou força nacional, mas ainda encontrava alguns obstáculos, tais como:

- A) a falta de apoio de alguns setores sociais, como o intelectual e o artístico.
- B) a noção de escravo como um bem, o que exigia a indenização para os proprietários de escravos.
- C) a reação do proletariado urbano, pelo temor da concorrência da mão de obra escrava.
- D) o apoio dos senhores de engenho para a abolição, principalmente do setor açucareiro, devido à mecanização da agricultura nordestina.

65. (ESPM 2016)

...uma Constituição não é outra coisa que a ata do Pacto Social que fazem entre si os homens, quando se juntam e associam para viver em reunião ou sociedade.

(Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca. Citado por Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota in *História do Brasil: uma interpretação*).

As palavras do Frei Caneca foram proferidas a propósito de crítica ao modelo autocrático-imperial de Pedro I.

Assinale a alternativa que apresente a revolução republicana e separatista que eclodiu no nordeste, ocorrida contra o governo de Pedro I:

- A) Revolução Pernambucana de 1817;
- B) Sabinada;
- C) Cabanagem;
- D) Balaiada;
- E) Confederação do Equador.

66. (G1 - IFBA 2016)

Os negros livres e libertos preocuparam os observadores do acaso do Império português no Brasil, mas foi, sobretudo, pensando nos escravos que eles distinguiram a atuação de um “partido negro”. Um anônimo informante da Coroa portuguesa escreveria numa data entre 1822 e 1823: (...) embora havendo no Brasil aparentemente só dois partidos [portugueses e brasileiros], existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o



mais perigoso, pois se trata do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seus números reduzidos”.

Fonte: REIS, João José. *O Jogo Duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” da Independência da Bahia*. In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79-98.

A denúncia da existência de um perigoso “partido negro”, no contexto da luta pela independência na Bahia, pode ser explicada pela:

- A) ameaça dos negros, escravizados e libertos, de se revoltarem contra os brancos e lutarem pela continuidade do domínio lusitano sobre a colônia.
- B) existência de uma organização partidária de negros livres e escravizados, que regulava ações conjugadas em toda a colônia pela extinção do trabalho escravo.
- C) participação de grande número de escravizados e negros livres na guerra de independência do Brasil, que poderia evoluir para uma luta contra o regime de escravidão.
- D) Ameaça de união entre as organizações antiescravistas brasileiras e os grupos revolucionários que estabeleceram uma República de negros no Haiti, no final do século XVIII.
- E) aliança firmada entre os negros libertos e os portugueses contra os proprietários de terras brasileiros, que poderia resultar num decreto do governo lusitano extinguindo o trabalho escravo na colônia.

67. (G1 - CFTMG 2016)

“Após a Independência, o governo brasileiro encontrava-se em uma situação complicada. Afora vozes isoladas, não apenas os grandes proprietários e traficantes, como toda a população livre, estavam convencidos de que o fim do tráfico de escravos, a curto prazo, provocaria um colapso na sociedade brasileira. No entanto, a Inglaterra, país de quem dependia, pressionava cada vez mais em sentido contrário. Apesar da dependência brasileira, a extinção do tráfico de escravos foi um longo processo de desavenças e acordos entre Brasil e Inglaterra.”

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 192.

Dentre os fatores que contribuíram para a extinção do tráfico de escravos, é INCORRETO afirmar que:

- A) a Lei Eusébio de Queirós, de setembro de 1850, reconhecia que o tráfico equivalia à pirataria.
- B) o endividamento dos fazendeiros forçou a hipoteca de suas terras como pagamento aos traficantes.



C) a Lei de Terras, aprovada em 1850, estipulava que os imigrantes não poderiam se tornar proprietários fundiários.

D) a diminuição do tráfico transatlântico resultou no deslocamento de escravos da região mineradora para suprir as necessidades de cativos na lavoura açucareira.

68. (UECE 2016)

No que concerne à Confederação do Equador de 1824, analise as afirmações a seguir, e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

() A Confederação costuma ser considerada um prolongamento da Revolução Pernambucana de 1817.

() As propostas liberais, republicanas e federativas serviram de bandeira política para os insurretos.

() Os revoltosos propunham a organização de uma república nos moldes dos Estados Unidos da América.

() A adesão dos segmentos populares foi fundamental para unir todos os revoltosos.

() A imprensa, infelizmente, atuou contra o movimento e nenhum jornal nas províncias envolvidas quis apoiar a causa.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

A) F, V, V, V, F.

B) V, F, F, V, V.

C) V, F, F, V, V.

D) V, V, V, F, F.

69. (PUCCAMP 2016)

República ou monarquia? Esse dilema esteve presente em todo o processo de *Independência* do Brasil. Mas a monarquia acabou sendo o sistema adotado em terras brasileiras, ao contrário do que ocorreu em outras nações americanas, pois, para essas novas nações surgidas na América espanhola, a república:

A) promovia uma relativa descentralização do poder, uma vez que o regente deveria ser eleito pelo povo.

B) significava um rompimento maior com a metrópole e a fragmentação do antigo império colonial.

C) facilitava a manutenção de um vasto território nas mãos dos chefes de Estado e dos proprietários rurais.



D) garantia a implantação do princípio da soberania popular e da igualdade de direitos na América.

E) atendia o desejo de políticos liberais e conservadores de libertar as províncias do poder metropolitano.

70. (UFRGS 2015)

Observe as figuras abaixo.



RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Circulo do Livro, s.d., p. 215 e 225.

Considere as seguintes afirmações sobre o processo escravista no Brasil.

I. As relações sociais entre senhores e escravos, no Brasil, eram definidas pelo equilíbrio de poder estabelecido pela miscigenação, conferindo à experiência histórica brasileira o caráter de "democracia racial".

II. Os africanos deportados da África para a América desenvolveram mecanismos de sociabilidade, constituindo famílias e formas de identidades sociais.

III. A Lei Áurea, além da emancipação dos escravos, decretava uma série de benefícios sociais e políticos para os libertos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.



71. (FGV 2015)

Observe o mapa.



(Armelle Enders, *A nova história do Brasil*, p. 109)

Os dados do mapa mostram que a emancipação política do Brasil

A) efetivou-se com o chamado Grito do Ipiranga, porque todas as províncias do Brasil, imediatamente, passaram a obedecer às ordens vindas do Rio de Janeiro na pessoa do Imperador Dom Pedro I e romperam todos os laços com as Cortes de Lisboa, defensoras da recolonização brasileira.

B) ocorreu de forma homogênea, com a divisão da liderança do movimento emancipacionista entre os principais comandos regionais do Brasil e com a constituição de acordos políticos que garantiram a unidade territorial e a efetivação do federalismo.

C) dividiu as regiões brasileiras entre as defensoras de uma emancipação vinculada ao fim do tráfico de escravos, caso das províncias do Norte e do Nordeste, e as províncias do Centro-Sul, contrárias à separação definitiva de Portugal e favoráveis à constituição de uma monarquia dual.

D) foi um processo complexo, no qual não houve adesão imediata de algumas províncias ao Rio de Janeiro, representado pelo poder do imperador Dom Pedro I, pois essas províncias continuaram fiéis às Cortes de Lisboa, levando à guerras de independência.

E) diferencia-se radicalmente das experiências da América espanhola, porque a América portuguesa obteve a sua independência sem que houvesse qualquer movimento de resistência armada por parte dos colonos ou da metrópole, interessados em uma separação negociada.

72. (IMED 2015)

A Constituição de 1824, primeira Constituição do Brasil, estabelecia:

I. Estado unitário, monárquico e hereditário.



II. Independência da Igreja Católica em relação ao Estado.

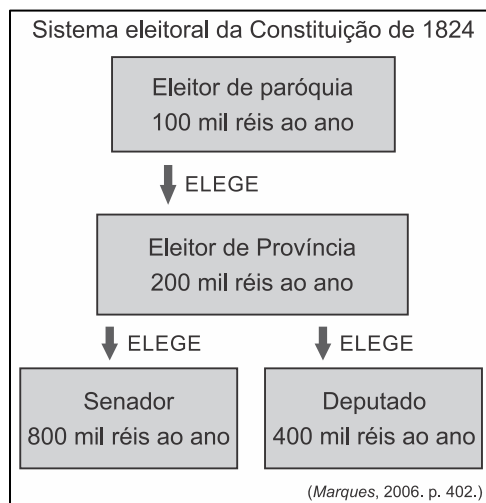
III. Voto indireto, censitário e aberto.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

73. (UERN 2015)

Observe o quadro.



A partir da análise do quadro e tendo em vista o contexto do Brasil no I Império, é possível classificar o voto, naquele período, como

- A) censitário, amplo, indireto e irrestrito.
- B) universal, masculino, direto e representativo.
- C) censitário, masculino, indireto e em dois graus.
- D) universal, apartidário, direto e em quatro graus.

74. (FGVRJ 2013)

A história da construção do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX foi a história da tensão entre unidade e autonomia. Por outro lado, no interior do Estado, de elites com fortes vínculos com os interesses de sua região de origem e ao mesmo tempo comprometidas



com uma determinada política nacional, pautada pela negociação destes interesses e pela manutenção da exclusão social, marcou não apenas o século XIX, como também o século XX. Através do parlamento essas elites regionais têm imposto uma determinada dinâmica para o jogo político que se materializa na imensa dificuldade de empreender reformas sociais profundas.

Dolhnikoff, Miriam. O pacto imperial. As origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 11-12.

De acordo com o ponto de vista apresentado no texto,

- A) a história brasileira é marcada por práticas de tolerância política acentuadas nas últimas décadas com a redemocratização do país.
- B) o parlamento é a única instituição política imune aos interesses e ao controle das elites regionais brasileiras.
- C) as profundas reformas sociais só foram possíveis graças às transformações políticas ocorridas na primeira metade do século XIX no Brasil.
- D) a dinâmica política do Estado nacional se constituiu com base em negociações entre as elites regionais e a exclusão social de outros setores.
- E) as características descritas sobre o Estado revelam a supremacia do Poder Judiciário sobre o Poder Legislativo na história política brasileira.

75. (UPF 2012)

Em setembro de 1822, o príncipe regente Dom Pedro proclamou a separação do Brasil em relação ao reino de Portugal. Sobre a independência do Brasil é correto afirmar:

- A) Modificou parcialmente as estruturas do país, pois, embora tivesse mantido o latifúndio, a monocultura e a escravidão, o Brasil tornou-se política e economicamente independente.
- B) Não modificou o país em profundidade, pois manteve a concentração da terra, a monocultura e a escravidão.
- C) Modificou o país, pois a Lei de Terras propiciou um maior acesso à terra pela população.
- D) Não chegou a modificar o país concretamente, pois as ideias de fim de escravidão e de adoção de uma política agrária para o país não foram cumpridas, como queriam os cafeicultores.
- E) Representou um avanço social, pois o país passou a ser governado por uma família real cuja mentalidade era abolicionista.

76. (ESPCEX (Aman) 2013)

Era “exclusivo do imperador e definido pela Constituição como ‘chave mestra de toda organização política’. Estava acima dos demais poderes”.



(COTRIM, 2009)

O texto em epígrafe aborda a criação no Brasil, pela Constituição de 1824, do Poder:

- A) Moderador.
- B) Justificador.
- C) Executivo.
- D) Judiciário.
- E) Legislativo.

77. (UFRGS 2013)

Em 1824, é outorgada a Constituição do Império do Brasil. Entre suas características, podemos afirmar que:

- A) dividia os poderes do Estado exclusivamente em Executivo, Legislativo e Magistratura.
- B) separava a Igreja Católica do Estado Laico.
- C) previa a eleição direta do Primeiro Ministro.
- D) estabelecia o voto universal e secreto para a população masculina.
- E) dividia os poderes do Estado em Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador.

78. (UFPR 2011)

“Temos a tendência de pressupor que todas as mudanças que decorreram de um movimento de independência foram para o melhor. Raramente, por exemplo, consideramos um movimento de independência como uma regressão, um triunfo do despotismo sobre a liberdade, de um regime imposto sobre um regime representativo. Apesar disso, no caso da independência do Brasil, essas acusações foram na época imputadas ao novo regime”.

(Adaptado de MAXWELL, K. “Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência”. In: MOTTA, C. G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: *Editora Senac*, 2000, p 181.)

Qual dos eventos citados a seguir gerou as acusações mencionadas no texto?

- A) A outorga da Constituição de 1824, feita por D. Pedro I depois de dissolvida a Assembleia Constituinte que elaborava o texto constitucional.
- B) O tratado de comércio que estipulou vantagens econômicas para a Inglaterra.
- C) O incentivo à imigração europeia e a gradual emancipação dos escravos, resultado de políticas públicas realizadas no período monárquico com objetivo de promover a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.
- D) A guerra empreendida contra o Paraguai na década de 1860.



E) A decretação da maioria de D. Pedro II que, em 1840, favoreceu as medidas de centralização do poder, chamadas à época de “regresso”.

79. (G1 - IFCE 2014)

Era característica da Primeira Constituição Brasileira, de 1824:

- A) ser imposta pelo Imperador D. Pedro I.
- B) ser fruto de uma Assembleia Constituinte decorrente da Confederação do Equador.
- C) instituir o voto universal, secreto, obrigatório, para maiores de 18 anos, independente de ser alfabetizado ou não.
- D) estabelecer três poderes, que funcionaram em harmonia e independência.
- E) decretar o fim da escravidão, além de definir direitos, como a propriedade de terras, para os indígenas e seus descendentes que ainda viviam no Brasil.

80. (FGV 2013)

A independência, porém, pregou uma peça nessas elites. Um ano após ser convocada, a Assembleia Constituinte foi dissolvida e em seu lugar, o imperador designou um pequeno grupo para redigir uma Constituição “digna dele”, ou seja, que lhe garantisse poderes semelhantes aos dos reis absolutistas. Um exemplo disso foi a criação do Poder Moderador (...)

(Mary del Priore e Renato Venancio, *Uma breve história do Brasil*)

Esse poder:

- A) ampliava os direitos das Assembleias Provinciais, restringia a ação do Imperador no tocante à administração pública e a ação do Senado.
- B) permitia que o Imperador reformasse a Constituição por decreto-lei e que escolhesse parte dos deputados provinciais.
- C) sofria de uma única limitação institucional, pois o Estado brasileiro não tinha direito de interferir nos assuntos relacionados com a Igreja Católica.
- D) proporcionava ao soberano poderes limitados, o que permitiu alargamento da autonomia política e econômica das províncias do Império.
- E) oferecia importantes prerrogativas ao Imperador, como indicar presidentes de províncias, nomear senadores e suspender magistrados.



81. (Upe 2010)

A liberdade política exige lutas e enfrentamentos, muitas vezes, violentos. Em Pernambuco, a insatisfação da população levou à organização da Confederação do Equador, logo depois de 1822.

Liderada pelos liberais, a Confederação tinha como objetivo

- A) afirmar um governo baseado numa Monarquia Constitucional, segundo os modelos do Iluminismo francês.
- B) definir um governo democrático, com o fim imediato da escravidão e do governo monárquico.
- C) reforçar a centralização política, sem, contudo, alterar a Constituição de 1824 e suas normas básicas.
- D) criar uma república federativa, facilitando a descentralização política e o fim do autoritarismo.
- E) destruir o poder dos grandes latifundiários, proclamando uma constituição radicalmente liberal.

82. (PUCRS 2014)

Depois de declarada a Independência do Brasil, foi necessário dar uma ordenação legal ao novo país por meio da sua primeira constituição. Sobre esse processo, é INCORRETO afirmar que:

- A) O primeiro projeto de constituição recebeu o nome de Constituição da Mandioca, porque estabelecia que, para votar ou se eleger, a pessoa deveria comprovar uma renda mínima, equivalente a determinada quantidade de alqueires plantados desse vegetal.
- B) A Assembleia Legislativa reunida em 1823 para elaborar a primeira Constituição do Brasil foi dissolvida por D. Pedro I, por ter proposto um projeto que privilegiava os grandes proprietários de terra e excluía os pobres da participação política.
- C) A primeira Constituição do Brasil foi outorgada por D. Pedro I e estabelecia o voto censitário e a formação de quatro poderes – Legislativo, Judiciário, Executivo e Moderador –, ficando os dois últimos sob controle do Imperador.
- D) A primeira Constituição brasileira, estabelecida em 25 de março de 1824, instituiu uma monarquia hereditária no Brasil e o catolicismo como religião oficial do novo País, subordinando a Igreja ao controle do Estado.
- E) Instituído pela Constituição outorgada de 1824, o Poder Moderador garantia a D. Pedro I o direito de nomear ministros, dissolver a Assembleia Legislativa, controlar as Forças Armadas e nomear os presidentes das províncias, favorecendo a concentração de poderes no Imperador.



83. (IFSP 2011)

Compare os dois excertos dados.

A- “D. Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos, que tendo-nos requerido os povos deste Império, junto em Câmaras, que nós quanto antes jurássemos e fizéssemos jurar o projeto da Constituição (...)” (*Preâmbulo da Constituição Política do Império Brasileiro, 1824*)

B- “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (...) promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição(...)”

(*Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*)

I. As duas Constituições foram feitas por Assembleias Constituintes (no século XIX, chamadas de Câmaras) e, portanto, as duas Cartas foram promulgadas.

II. Na primeira Constituição Brasileira há a ideia de que o poder Executivo existe pela graça de Deus, enquanto, na atual, a Assembleia Constituinte se colocou sob a proteção de Deus.

III. A Constituição Imperial trazia quatro poderes, sendo o poder Moderador o mais importante, pois dele dependiam os outros poderes; na Constituição de 1988, não se apresenta a superioridade de nenhum poder sobre os demais, pois tornou-se fundamental, à época, a busca da igualdade perante a lei e a prática da justiça.

Assinale a alternativa:

- A) se I, II e III forem corretas.
- B) se apenas II e III forem corretas.
- C) se apenas I e II forem corretas.
- D) se apenas I e III forem corretas.
- E) se apenas a I for correta.

84. (UPF 2016)

As revoltas provinciais do período Regencial, que varreram o país de norte a sul, tiveram distintos atores sociais e propostas.

“As províncias, desprezadas pela corte, curtindo o exílio dentro do país, e insatisfeitas com a Regência, reagem...”

(FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. v.1, 5. Ed., 2012, p. 320).



Sobre essas revoltas, considere as afirmações a seguir.

I. A Cabanagem ocorreu no Pará e teve ampla participação de elementos de baixa condição social (índios, seringueiros, lavradores e caboclos), os quais não tinham um programa sistemático de reivindicações, mas demonstravam seu ódio aos portugueses.

II. A Guerra dos Farrapos foi liderada pela elite dos estancieiros e teve como principal proposta a abolição incondicional da escravidão no Rio Grande do Sul e a defesa do trabalho assalariado.

III. A Sabinada reuniu uma base ampla de apoio, incluindo integrantes da classe média e do comércio de Salvador. Uma de suas bandeiras de luta foi a adoção do federalismo.

IV. A Balaiada caracterizou-se por sucessivos levantes, inclusive de escravos, sem unidade entre si, o que levou a ser vencida pelas tropas legalistas com relativa facilidade. O separatismo não foi proposto pelos rebeldes.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II e III.
- E) II, III e IV.

85. (G1 - IFBA 2016)

Durante o Período Regencial – 1831-1840 – o Brasil foi palco de diferentes tipos de rebeliões como a Farroupilha, a Cabanagem, a Balaiada, entre outras. Embora apresentem particularidades, esses movimentos apontam para pontos comuns como:

- A) o questionamento da unidade territorial, apresentando projetos separatistas e republicanos.
- B) a proposta de antecipar a maioridade de D. Pedro, como forma de garantir um governo de base nacional.
- C) o estabelecimento temporário de um novo regime político, capaz de unir o país até a posse de D. Pedro II.
- D) a extinção imediata do sistema de escravidão e o estabelecimento do trabalho assalariado em todos os setores econômicos.
- E) a luta contra a grande propriedade e pela reforma agrária que permitisse uma reestruturação agrária no país.



86. (Ulbra 2016)



Queremos Pedro II,
Ainda que não tenha idade
A nação dispensa a lei.
Viva a Maioridade!

Por subir Pedrinho ao trono,
Não fique o povo contente;
Não pode ser coisa boa
Servindo com a mesma gente.

(Disponível em <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/antecipacao.html>)

Os dois versos se referem ao processo que culminou com a antecipação da maioridade de D. Pedro II em 1840 e permitem vislumbrar as preocupações na transição para o Segundo Império.

I. A ideia de a nação dispensar a lei encobria a ilegalidade de alçar ao trono um nobre com 14 anos de idade, assim como encerrar o período denominado como Regencial.

II. Grafar Pedro no diminutivo induz ao pensamento de que o momento correto para a coroação do Imperador deveria respeitar o período de amadurecimento estabelecido pelo projeto das Regências.

III. Nos dois últimos versos da segunda estrofe, a discussão é posta no sentido de que existe um grupo interessado na subida ao trono e que interesses políticos e econômicos específicos podem não satisfazer a nação como um todo.

Está(ão) correta(s):

A) Somente a I.

B) I e II.

- C) I e III.
- D) II e III.
- E) I, II e III.

87. (ESPCEX (Aman) 2016)

Pedro I abdicou do trono, em 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, iniciando-se no Brasil o Período Regencial. A partir de 1840 e durante todo o período imperial, a vida política do País passou a ser dominada pelos:

- A) liberais e conservadores.
- B) conservadores e socialistas.
- C) liberais e republicanos.
- D) comunistas e republicanos.
- E) liberais e anarquistas.

88. (Vunesp 2012)

A maioria do príncipe D. Pedro foi antecipada, em 1840, para que ele pudesse assumir o trono brasileiro. Entre os objetivos do chamado Golpe da Maioridade, podemos citar o esforço de:

- A) obter o apoio das oligarquias regionais, insatisfeitas com a centralização política ocorrida durante o Período Regencial.
- B) ampliar a autonomia das províncias e reduzir a interferência do poder central nas unidades administrativas.
- C) abolir o Ato Adicional de 1834 e aumentar os efeitos federalistas da Lei Interpretativa do Ato, editada seis anos depois.
- D) promover ampla reforma constitucional de caráter liberal e democrático no país, reagindo ao centralismo da Constituição de 1824.
- E) restabelecer a estabilidade política, comprometida durante o Período Regencial, e conter revoltas de caráter regionalista.

89. (Vunesp 2013)

A Revolução Farroupilha foi um dos movimentos armados contrários ao poder central no Período Regencial brasileiro (1831-1840). O movimento dos Farrapos teve algumas particularidades, quando comparado aos demais.

Em nome do povo do Rio Grande, depus o governador Braga e entreguei o governo ao seu substituto legal Marciano Ribeiro. E em nome do Rio Grande do Sul eu lhe digo que nesta



província extrema [...] não toleramos imposições humilhantes, nem insultos de qualquer espécie. [...] O Rio Grande é a sentinela do Brasil, que olha vigilante para o Rio da Prata. Merece, pois, maior consideração e respeito. Não pode e nem deve ser oprimido pelo despotismo. Exigimos que o governo imperial nos dê um governador de nossa confiança, que olhe pelos nossos interesses, pelo nosso progresso, pela nossa dignidade, ou nos separaremos do centro e com a espada na mão saberemos morrer com honra, ou viver com liberdade.

(Bento Gonçalves [carta ao Regente Feijó, setembro de 1835] *apud* Sandra JatahyPesavento. *A Revolução Farroupilha*, 1986.)

Entre os motivos da Revolução Farroupilha, podemos citar

- A) o desejo rio-grandense de maior autonomia política e econômica da província frente ao poder imperial, sediado no Rio de Janeiro.
- B) a incorporação, ao território brasileiro, da Província Cisplatina, que passou a concorrer com os gaúchos pelo controle do mercado interno do charque.
- C) a dificuldade de controle e vigilância da fronteira sul do império, que representava constante ameaça de invasão espanhola e platina.
- D) a proteção do charque rio-grandense pela Corte, evitando a concorrência do charque estrangeiro e garantindo os baixos preços dos produtos locais.
- E) a destruição das lavouras gaúchas pelas guerras de independência na região do Prata e a decorrente redução da produção agrícola no Sul do Brasil.

90. (UEL 2013)

No contexto histórico das transformações ocorridas no século XIX, que envolveram questões da identidade nacional e da política, no Brasil, após a abdicação de D. Pedro I, ocorreu uma grave crise institucional. As tentativas de superação por meio das Regências provocaram uma série de revoltas como a Sabinada (BA), a Balaiada (MA) e a Cabanagem (PA).

A superação da crise, que coincidiu com o fim do período regencial, deveu-se à:

- A) antecipação da maioridade do príncipe herdeiro.
- B) consolidação da Regência Una e Permanente.
- C) formação e consolidação do Partido Republicano.
- D) fundação das agremiações abolicionistas.
- E) volta imediata de D. Pedro I às terras brasileiras.



91. (UESPI 2012)

Após a abdicação de D. Pedro I ao trono, o Brasil foi governado por Regências Trinas, conforme previa a Constituição, mas o Ato Adicional de 1834 provocou algumas mudanças, entre as quais se estabelecia:

- A) a regência una, para a qual o candidato era eleito e não mais indicado pela Assembleia Nacional, saindo vitorioso no primeiro pleito o Padre Diogo Antônio Feijó.
- B) a eleição direta e secreta de um regente, cuja candidatura era efetivada por seu partido político, ganhando em primeiro lugar o brigadeiro Francisco de Lima e Silva.
- C) a nomeação de um regente escolhido pelo presidente do Senado, a partir de uma lista composta dos nomes de três deputados, sendo nomeado o ministro Diogo Antonio Feijó.
- D) as regências unas provisórias, cujo regente seria escolhido entre os deputados provinciais, que revezavam-se no poder, sendo o primeiro, José da Costa Carvalho.
- E) a eleição popular de um regente, que ocuparia o cargo até a maioria do herdeiro do trono, sendo eleito em primeiro lugar o senador Nicolau Vergueiro.

92. (UESPI 2012)

Durante o governo Regencial, foi criada no Brasil a Guarda Nacional (1831), que teve entre seus objetivos:

- A) apoiar o reinado de D. Pedro I na consolidação da Independência.
- B) proteger os grupos que lideravam a oposição à aristocracia rural.
- C) substituir as tropas das milícias do exército e reforçar o poder das elites agrárias.
- D) proteger as fronteiras quanto a possíveis invasões, sobretudo as do Nordeste.
- E) conter as rebeliões e motins que pudessem perturbar a ordem institucional militar.

93. (UECE 2014)

O período historicamente conhecido como Período Regencial foi caracterizado:

- A) por rebeliões populares cujas ações exigiam o retorno da antiga realidade social com a volta de Pedro I ao poder.
- B) pela promoção política e pela ascensão social dos setores menos favorecidos proporcionadas pelos regentes.
- C) por um conjunto de rebeliões populares que clamavam pelo estabelecimento da república e pelo fim da escravidão.
- D) pela convulsão política que desencadeou várias rebeliões que questionavam as estruturas estabelecidas.



94. (UFTM 2012)

No Brasil, os anos que se seguiram à Independência foram marcados por crises políticas e revoltas em várias províncias. A situação ganhou novos rumos com o Golpe da Maioridade, que pode ser caracterizado como:

- A) o movimento que afastou D. Pedro I e deu início ao Período Regencial.
- B) a luta entre monarquistas e republicanos, que marcou o Primeiro Reinado.
- C) a manobra do Partido Liberal, que antecipou a coroação de D. Pedro II.
- D) a reação conservadora, que restringia o poder das assembleias provinciais.
- E) a ação de Feijó que, com apoio da Guarda Nacional, instituiu a Regência Una.

95. (G1 - Col. Naval 2011)

"A revolta de 1835, também chamada a * grande insurreição', foi o ponto culminante de uma série que vinha desde 1807. A revolta desses escravos islamizados, em consequência, não será apenas uma eclosão violenta, mas desorganizada, apenas surgida por um incidente qualquer. Será, pelo contrário, planejada nos seus detalhes, precedida de todo um período organizativo (...). Reuniam-se regularmente para discutirem os planos de insurreição, muitas vezes juntamente com elementos de outros grupos do centro da cidade. (...) O movimento vinha sendo articulado também entre os escravos dos engenhos e os quilombolas da periferia. (...) O plano não foi cumprido na íntegra porque houve delação. (...) os escravos, vendo que tinham de antecipar a revolta, lançaram-se à carga de qualquer maneira. (...) Derrotada a insurreição, os seus líderes se portaram dignamente."

(Moura, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. pp. 63-69.)

Sobre a rebelião escrava relatada no texto, é correto afirmar que:

- A) foi comandada por Ganga Zumba que planejava implantar um território livre no Recôncavo Baiano.
- B) nessa rebelião, chamada de Revolta dos Males, participaram escravos de diversas etnias que pretendiam acabar com a escravidão na Bahia.
- C) a revolta ocorreu devido à intolerância religiosa, já que os escravos foram impedidos de praticar sua religião, o Candomblé.
- D) seu líder Zumbi dos Palmares, após longa resistência às tropas do governo, acabou sendo preso e enforcado e o quilombo foi destruído.
- E) nessa rebelião, denominada Conjuração Baiana, os revoltosos queriam a independência do Brasil e o fim da escravidão.



96. (UESPI 2012)

Entre os movimentos sociais que contestavam o poder centralizado do Império brasileiro, destaca-se o conflito cuja duração se estendeu da Regência ao Segundo Reinado, reconhecido como:

- A) Confederação do Equador, que, iniciando-se em Pernambuco, contou com a adesão de grande parte das demais províncias nordestinas.
- B) Revolução Praieira, que se singularizou pela luta contra o poder das oligarquias locais de Pernambuco.
- C) Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador (BA) e organizada por negros de religião muçulmana, sendo considerada a maior rebelião de escravos do Brasil.
- D) Guerra dos Farrapos, empreendida pelos Republicanos gaúchos, denominados de Farroupilhas, em que lutaram juntos grandes estancieiros, peões e escravos.
- E) Revolta de Beckman, deflagrada no Maranhão pelos colonos, contra o poder dos jesuítas e o monopólio comercial português.

97. (UFV 2010)

Observe a imagem a seguir:



Com relação à Guarda Nacional, criada durante o Império, é CORRETO afirmar que:

- A) funcionava como única força armada que podia defender os interesses dos escravistas e coibir a fuga dos escravos.
- B) objetivava o controle da Corte e da burocracia imperial, alvos frequentes de manifestações populares de descontentamento.
- C) tinha por finalidade a garantia da segurança e da ordem, defendendo a Constituição, a obediência às leis e a integridade do Império.
- D) atuava na defesa das fronteiras externas brasileiras, impedindo a expansão dos países latinos em direção ao território brasileiro.



- | | | |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| 1. Alternativa B | 34. Alternativa B | 67. Alternativa D |
| 2. Alternativa C | 35. Alternativa C | 68. Alternativa D |
| 3. Alternativa A | 36. Alternativa C | 69. Alternativa B |
| 4. Alternativa A | 37. Alternativa C | 70. Alternativa B |
| 5. Alternativa B | 38. Alternativa E | 71. Alternativa D |
| 6. Alternativa E | 39. Alternativa C | 72. Alternativa C |
| 7. Alternativa B | 40. Alternativa E | 73. Alternativa C |
| 8. Alternativa A | 41. Alternativa C | 74. Alternativa D |
| 9. Alternativa C | 42. Alternativa E | 75. Alternativa B |
| 10. Alternativa D | 43. Alternativa C | 76. Alternativa A |
| 11. Alternativa E | 44. Alternativa C | 77. Alternativa E |
| 12. Alternativa C | 45. Alternativa E | 78. Alternativa A |
| 13. Alternativa E | 46. Alternativa C | 79. Alternativa A |
| 14. Alternativa E | 47. Alternativa C | 80. Alternativa E |
| 15. Alternativa C | 48. Alternativa C | 81. Alternativa D |
| 16. Alternativa A | 49. Alternativa C | 82. Alternativa B |
| 17. Alternativa E | 50. Alternativa E | 83. Alternativa B |
| 18. Alternativa B | 51. Alternativa E | 84. Alternativa C |
| 19. Alternativa B | 52. Alternativa E | 85. Alternativa A |
| 20. Alternativa C | 53. Alternativa E | 86. Alternativa E |
| 21. Alternativa B | 54. Alternativa E | 87. Alternativa A |
| 22. Alternativa D | 55. Alternativa C | 88. Alternativa E |
| 23. Alternativa D | 56. Alternativa E | 89. Alternativa A |
| 24. Alternativa A | 57. Alternativa D | 90. Alternativa A |
| 25. Alternativa D | 58. Alternativa B | 91. Alternativa A |
| 26. Alternativa B | 59. Alternativa C | 92. Alternativa C |
| 27. Alternativa C | 60. Alternativa C | 93. Alternativa D |
| 28. Alternativa A | 61. Alternativa C | 94. Alternativa C |
| 29. Alternativa B | 62. Alternativa B | 95. Alternativa B |
| 30. Alternativa C | 63. Alternativa B | 96. Alternativa D |
| 31. Alternativa B | 64. Alternativa B | 97. Alternativa C |
| 32. Alternativa C | 65. Alternativa E | |
| 33. Alternativa A | 66. Alternativa C | |



14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito bem querido(a) concurseiro. Se chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não esqueça dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcançá-los. Sonhe alto, pois “quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar”. Te encontro na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.